O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sexta-feira 10 de JUNHO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46987
estadão.com.br

Cúpula das Américas __ A10

Diante de Bolsonaro, Biden defende democracia e Amazônia

__ *Sem sofrer cobrança explícita, brasileiro prega 'eleição auditável'*

KEVIN LAMARQUE / REUTERS

Bolsonaro e Biden em seu primeiro encontro, em Los Angeles; admirador de Trump, brasileiro prometeu deixar poder pela via democrática

No primeiro encontro entre Joe Biden e Jair Bolsonaro, ontem, nos EUA, durante a Cúpula das Américas, o presidente americano defendeu as instituições e, num discurso protocolar, elogiou o Brasil, como nação, pela tentativa de proteger a Amazônia. Biden falou em "democracia vibrante e inclusiva e instituições fortes". Bolsonaro afirmou que, por vezes, sente a soberania brasileira ameaçada quando o assunto é a floresta. Ele disse que chegou ao poder pela democracia e sairá pela via democrática, mas voltou a citar o "voto auditável". Após o encontro público, Bolsonaro e Biden tiveram uma conversa privada de 20 minutos, acompanhados de seus chanceleres.

Análise __ A10
Rubens Barbosa

Ambos cumpriram seus objetivos

E&N Energia __ B1

Oferta de ações atrai R$ 33,7 bi e Eletrobras é desestatizada

Com uma acirrada disputa entre investidores, o papel da estatal foi cotado a R$ 42. A venda da empresa de energia por meio da Bolsa foi o maior movimento de desestatização do Brasil em duas décadas.

E&N IPCA em queda __ B3

Com alívio na energia elétrica, inflação cai para 0,47% em maio

Alguns alimentos in natura também tiveram recuo de preço. IPCA acumulado em 12 meses está em 11,73%.

"Nova tabela de preços só em 2023. Vamos parar de aumentar os preços"
Paulo Guedes, em apelo a donos de supermercados

Amazonas __ A12

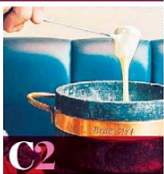
PF acha sangue em barco; decretada prisão de suspeito no desaparecimento

Busca por Bruno Pereira e Dom Phillips continuava ontem. Pescador é apontado como principal suspeito.

Sextou! __ C4 e C5

As panelinhas de fondue estão de volta

Confira uma seleção de restaurantes onde você pode provar sua receita preferida em São Paulo

GABRIELLE FRASSATI

Planos de saúde __ A18
Evidência científica pode gerar cobertura fora do rol da ANS

Educação __ A19
USP sobe 6 posições na lista das melhores universidades

E&N Mudanças no pré-sal __ B5
Governo quer acabar com fundo para saúde e educação

Notas e Informações __ A3

O cheque sem fundos de Lula

PT quer reeditar políticas econômicas que afundaram o País. E num cenário pior.

Fora do mapa da modernização

Fernando Gabeira __ A8
Campanha deveria ser encontro com realidade

Eliane Cantanhêde __ A13
Derrota não, massacre

Rogério Werneck __ B14
Lula e os eleitores de centro

Tempo em SP
15° Mín. 20° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Caciques do União Brasil e do PP reagem 'com o fígado' à aliança de MDB e PSDB

O acordo firmado entre MDB e PSDB incomodou e fez com que políticos experientes "agissem com o fígado", na visão de aliados. O pré-candidato à Presidência pelo União Brasil, Luciano Bivar, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ameaçaram o rompimento de acordos dos seus partidos com o PSDB em São Paulo sem consultar correligionários. No caso de Lira, não houve contato com o presidente do diretório do PP-SP, Guilherme Mussi. Depois do episódio, Mussi ligou para Garcia para lhe dizer, em caráter reservado, que não há risco de rompimento. Outros membros do PP afirmaram que não há chance de desembarque. Já Bivar tampouco combinou com lideranças no Estado.

● **ILHADO.** Garcia, que no início do dia parecia isolado, ganhou sinal de apoio à tarde. Na inauguração de uma obra bancada pelo Estado, o deputado Alexandre Leite (União-SP), filho de Milton Leite, disse que "ninguém de fora vai ditar para quem a família Leite vai pedir voto".

● **IRRIGAÇÃO.** Parlamentares do PP paulista vêm sendo abastecidos com fartos recursos do governo do Estado para seus redutos eleitorais. O próprio Mussi, embora seja deputado federal, está divulgando em suas redes o envio de milhões estaduais para cidades como Itararé e Buri.

● **REAL.** Em 21 de maio, Mussi postou no grupo de WhatsApp do PP que a aliança com Garcia seria desfeita para liberar interessados em apoiar Tarcísio de Freitas. Dois dias depois voltou atrás. Seus colegas disseram que não romperiam com Garcia, com quem também têm acordos para irrigar suas bases.

● **CHANCELA.** Na segunda, antes de o PSDB sacramentar a aliança com o MDB de Simone Tebet, Tasso Jereissati (PSDB-CE), favorito ao posto de vice, esteve no CDPP, ninho da inteligência tucana em São Paulo. Disse que pensava em "pendurar as chuteiras", mas demonstrou estar engajado em oferecer alternativa à polarização.

● **CENÁRIO.** Tasso tratou de temas como a captura do Congresso pelo orçamento secreto, o que faz com que, não importa o eleito, enfrente dificuldades nas casas legislativas. E também sobre como a eleição patrocinada pelo fundo eleitoral, nas mãos dos caciques, desincentiva a renovação no Parlamento.

● **CAMINHOS.** A indicação a vice é considerada o "caminho natural" nos partidos. Nesta quinta, ele participou da reunião tucana por meio virtual. Viajou ao Ceará e segue para a Itália, para o aniversário de Abilio Diniz.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Rodrigo Garcia, governador de São Paulo (PSDB)

● **CURSO.** O ex-chanceler Ernesto Araújo, seguidor do finado Olavo de Carvalho, lançou um curso para ensinar tudo o que ele sabe de "globalismo" e o que ele batizou de "logopolítica".

● **TÁ FÁCIL.** Com a teoria, promete explicar problemas complexos. "Quando temos os fenômenos da inflação, da guerra, da carestia, estamos diante de processos que têm a ver com as ideias. São as ideias por trás desses processos que determinam a sua problemática."

COM JULIA LINDNER E GUSTAVO CÔRTES. COLABOROU ELIANE CANTANHÊDE

PRONTO, FALEI!

Joice Hasselmann
Deputada federal (PSDB-SP)

"O ministro da Economia, Paulo Guedes, pede o congelamento dos preços até o presidente Jair Bolsonaro vencer as eleições. O 'liberal' virou Sarney."

CLICK

REPRODUÇÃO

Vivi Reis
PSOL-PA

Ela e deputados da oposição fizeram um protesto na Câmara exigindo a busca do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, sumidos no AM

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

O cheque sem fundos de Lula

Rascunho de programa econômico confirma que o PT quer reeditar políticas que afundaram o País, mas num cenário muito pior do que quando esteve no poder

Líder nas pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se mantinha evasivo a respeito do plano de governo de sua candidatura. Qualquer manifestação espontânea de sua parte, marca de sua trajetória como dirigente sindical e político, colocava em risco o discurso que pretendia encarnar: o de líder de uma frente ampla em defesa da democracia que deixou as divergências de lado ao se aliar a um antigo adversário político, o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin. Mas se nos eventos em que prega para convertidos Lula já havia deixado escapar suas convicções, o rascunho de seu plano de governo só confirma que o PT não aprendeu nada com o passado.

Depois de um legado de recessão econômica, é inacreditável que o partido continue a insistir nos mesmos erros cometidos em período tão recente da história brasileira. Entre as ideias centrais do documento está a revogação do teto de gastos, fundamental para conter a gastança desenfreada do governo Dilma Rousseff. Outro alvo é a reforma trabalhista de 2017, que assegurou o trabalho a distância durante a pandemia de covid-19 e teve vários de seus dispositivos já reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Cabe então uma pergunta: o que PT e Lula pretendem colocar no lugar? Basta ler o teor do documento para vislumbrar um futuro enraizado em um passado supostamente glorioso. Uma das premissas é "colocar o pobre outra vez no Orçamento" e taxar os mais ricos, mas não há nenhuma explicação sobre o que impediu os petistas, na longa década em que estiveram no poder, de aprovar uma reforma tributária.

No lugar do teto de gastos, o programa propõe um "novo regime fiscal que disponha de credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que possua flexibilidade e garanta a atuação anticíclica". Na falta de esclarecimentos sobre o que essa frase significa, é bom lembrar que as medidas anticíclicas petistas foram precisamente a causa da ruína fiscal em que o País se meteu. Economistas são unânimes ao apontar que o ciclo de alta de preços das commodities, que coincidiu com o governo Lula, foi fundamental para garantir o crescimento do PIB e a queda do desemprego ao longo da primeira década de 2000. O problema é que, quando esse período vantajoso para a economia brasileira se encerrou, os governos petistas mantiveram a aposta em políticas caras, mal desenhadas e pouco efetivas.

Mesmo diante de sinais claros de uma economia excessivamente aquecida, a taxa de juros foi mantida em níveis excessivamente baixos. O governo, por sua vez, ampliou o gasto público de maneira imprudente, com o uso de bancos públicos para bancar uma política industrial de empréstimos subsidiados aos "campeões nacionais", aumento real de servidores, expansão sem critérios do programa de financiamento estudantil Fies, represamento artificial de preços de combustíveis e de energia e investimentos com retornos "patrióticos" assumidos pela Petrobras, Eletrobras e fundos de pensão. São medidas, entre muitas outras iniciativas questionáveis, que contribuíram para empobrecer o País, já devidamente destrinchadas por economistas e convenientemente esquecidas pela classe política.

O PT reitera agora a defesa da recomposição do "papel indutor e coordenador do Estado e das empresas estatais" no desenvolvimento e da necessidade de "fortalecimento dos bancos públicos", e prega que a Petrobras seja "colocada de novo a serviço do povo brasileiro". Ou seja, é um grande salto para trás.

Como bem definiu o jornalista argentino Joaquín Morales de Sá, não há populismo que sobreviva sem talão de cheques – isto é, o populismo requer muito dinheiro, inclusive de recursos que pertencem a gerações futuras, e precisa de uma conjuntura muito favorável, como foi o caso do ciclo das commodities, que criou a falsa sensação de uma "era dourada" do petismo. Hoje, com a terrível conjunção de guerra, pandemia e toda a razia bolsonarista que maltratou o País, o único cheque que Lula terá condições de passar, se eleito, provavelmente não terá fundos. ●

Fora do mapa da modernização

A indústria mundial de semicondutores começa a redesenhar seu mapa de investimentos, mas o Brasil foi deixado de lado nesse rearranjo de um setor crucial

O Brasil escolheu ficar fora do mapa mundial das grandes transformações que o avanço tecnológico vem desenhando. O mundo, como mostrou o **Estadão** (7/6), "refaz o mercado de chips para a indústria". A despeito da pandemia, ou por causa dela – e da guerra na Ucrânia –, a cadeia global de produção de semicondutores está mudando para reduzir a escassez desse item essencial para uma imensa rede de produtos. Investimentos estimados em US$ 140 bilhões em dois anos foram decididos pelos principais produtores. É dinheiro importante para estimular a atividade econômica nos países produtores e reduzir o impacto da pandemia e da guerra na economia mundial.

Não há registro de que uma parcela minimamente significativa dos investimentos previstos tenha o Brasil como o destino. A sensação que esse quadro deixa é a de que o País, depois de ter largado muito mal na corrida pela inserção no mercado dos produtos industriais de alta tecnologia, está sem forças para se recuperar. A demanda desses produtos é a que mais cresce no mundo.

A interrupção de linhas de produção de eletrodomésticos, comandos eletrônicos de uso doméstico, equipamentos de segurança e, sobretudo, de veículos em todo o mundo por falta de semicondutores é a prova mais evidente da importância que esse item assumiu na atividade industrial e na vida moderna. Estima-se, por exemplo, que, por falta de chips, o Brasil deixou de produzir quase 350 mil automóveis no ano passado. No mundo, a quebra de produção pode ter alcançado 10 milhões de unidades.

Com a suspensão ou o encerramento de atividades de unidades industriais por falta de componentes como os semicondutores, governos de diversos países lançaram programas de apoio financeiro para novos investimentos na fabricação desses itens. Ainda assim, e com os investimentos já anunciados pelos maiores produtores, prevê-se que a escassez, mesmo mitigada, se estenda até 2025.

É um quadro que projeta o crescimento continuado da produção de semicondutores, que hoje são o quarto produto mais comercializado no mundo, atrás de petróleo, veículos e derivados de petróleo.

Mesmo não tendo tido papel relevante no período inicial de crescimento desse segmento industrial, que vem puxando a expansão da economia mundial, o Brasil poderia inserir-se nessa onda e dela se aproveitar. Mas o rearranjo desse setor produtivo em escala mundial apenas vai aumentar o peso de alguns centros em operação em relação a outros. E esses centros estão em países e regiões como Estados Unidos, Europa Ocidental, China, Coreia do Sul e Taiwan. Já com um setor industrial altamente sofisticado e de grande produtividade, essas áreas ampliarão sua distância em relação ao resto do mundo quanto ao avanço tecnológico.

A participação do Brasil nesse mundo se limita ao segmento final da montagem. Como mostrou o **Estadão**, o Ministério da Economia promete apresentar proximamente um programa de estímulo à produção local de semicondutores, por meio de desoneração da cadeia produtiva, apoio a pesquisa e desenvolvimento, formação e capacitação de profissionais e facilitação de importações.

Tudo isso é importante. Mas, ainda que tudo comece a ser feito já – o que parece pouco provável no mandato do atual presidente da República –, será tardio. "O Brasil não tem como competir com os mercados maiores e, infelizmente, não tem política séria de exportação de produtos de alto valor agregado", reconhece o analista do mercado automotivo José Augusto Amorim.

A indústria de transformação continua sendo o principal indutor da modernização do setor produtivo no Brasil, mas vive uma crise que já dura décadas. A redução notável de seu peso no Produto Interno Bruto (PIB) é a síntese perfeita de sua involução nos últimos anos. Há problemas estruturais graves, sobre os quais já se manifestaram todos os segmentos produtivos, mas que persistem. O agudo déficit de mão de obra qualificada, que se estende para diversos segmentos da produção, reflete o fracasso de políticas públicas no campo da educação. Há muito a fazer. ●

ESPAÇO ABERTO

‘Para não esquecer’

Simon Schwartzman

O Brasil não é atrasado por acaso. Em quase 800 páginas, Marcos Mendes e 32 colaboradores fazem uma autópsia minuciosa de 24 políticas econômicas e sociais que, nos últimos 20 anos, levaram à insolvência do Estado, à estagnação econômica e à persistência da pobreza. Os temas são os incentivos fiscais, créditos direcionados, protecionismo econômico, empresas estatais, previdência social e educação, entre outros.

A corrupção é mencionada, mas o que mais preocupa são políticas que, mesmo quando bem intencionadas, resultam de concepções erradas sobre a capacidade do setor público de intervir e comandar a economia; políticas que não se baseiam em análises adequadas dos problemas que se tenta resolver; e a falta de mecanismos de acompanhamento de resultados e correção de erros. Em comum, essas políticas compartem a ideia de que são os gastos públicos, não a produtividade, que criam riqueza; que os recursos públicos são infinitos; atendem a grupos ou setores mais articulados, cujos interesses acabam prevalecendo sobre os da grande maioria que não consegue se organizar; e, uma vez implantadas, tendem a persistir, mesmo quando sua ineficiência e seus efeitos negativos se tornam evidentes.

Minha contribuição para o livro foi o capítulo sobre a expansão da educação superior, cujas matrículas passaram de 2,7 milhões para 8 milhões entre 2000 e 2015. Não é que a expansão não fosse necessária: o número de pessoas com formação superior no Brasil é ainda pequeno, há uma busca crescente, da população, pelos empregos e o reconhecimento social trazidos pelos títulos superiores, e o País precisa de profissionais mais competentes. Mas pretender dar “universidade para todos” é simplesmente vender ilusões, a alto preço.

Nos países desenvolvidos, a proporção de pessoas com diploma superior dificilmente passa de 40%, e isso graças a uma combinação de universidades tradicionais, grande oferta de cursos profissionais curtos e a existência de um amplo sistema de educação superior básica, como os *community colleges* de 2 anos ou 4 anos nos Estados Unidos e o ciclo inicial de 3 anos do Modelo de Bolonha na Europa. No Brasil, as escolas técnicas federais, que poderiam ter sido o embrião de um amplo sistema público de formação profissional, foram transformadas em institutos semelhantes às universidades federais, concebidas como instituições elitistas nos anos 60, que custam cada vez mais e mal conseguem atender a 20% das matrículas. O setor privado, que cresceu por atender como seja à demanda da sociedade por mais educação, passou a ser subsidiado por isenções fiscais e um sistema de crédito educativo garantido pelo governo que cresceu exponencialmente até explodir. Tudo isso em cima de um ensino médio precário, em que metade ou mais dos alunos terminam sem um mínimo de competências em leitura, Matemática e Ciências.

É na reforma política e institucional que devemos buscar o caminho para não persistir nos erros de sempre

O resultado foi um sistema inchado, em que milhões se candidatam todos os anos às 300 mil vagas do sistema federal, os que não passam desistem ou se matriculam no sistema privado, cerca de metade abandona antes de terminar e mais da metade dos que se formam acaba trabalhando em atividades de nível médio.

Outros capítulos tratam do sistema de financiamento da educação básica, o Fundeb; do piso nacional dos professores; e do Pronatec, o programa de apoio à educação técnica e profissional. Em todos, existia uma boa intenção inicial, que acabou sendo desvirtuada em todo ou parte pela falta de objetivos claros, de análise adequada e de acompanhamento de resultados e pela captura dos recursos disponíveis por determinados setores, em detrimento do interesse geral. Ficou faltando, ainda, nesta lista o programa Ciência Sem Fronteiras, em que cerca de R$ 10 bilhões foram gastos em poucos anos em bolsas no exterior sem maior benefício para o País.

Em toda parte, políticas públicas são objeto de grupos de interesse, e as pressões de cada dia dificultam o planejamento e as políticas públicas de longo prazo. Mas, nos países que conseguem se desenvolver, a capacidade técnica do Poder Executivo de elaborar políticas públicas de qualidade e acompanhar seus resultados é protegida do vaivém dos lobbies e da política do dia a dia por um sistema adequado de negociação, equilíbrio e separação entre os Poderes. Nesses países, também, a intervenção do Estado na economia tende a ser limitada e o sistema legal garante a estabilidade e a previsibilidade da iniciativa privada.

Vários setores da administração pública brasileira têm hoje capacidade técnica semelhante à dos países desenvolvidos, mas grande parte da máquina pública é ainda capturada por grupos de interesse. A fragmentação do sistema partidário impede que o Executivo tenha sustentação para políticas de longo prazo, e as incertezas jurídica, financeira e tributária fazem com que grande parte do setor privado dependa de favores e privilégios dos governos, mais do que de sua produtividade, para sobreviver. É na reforma política e institucional, em última análise, que devemos buscar o caminho para não persistir nos erros de sempre. ●

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

FÓRUM DOS LEITORES

Planos de saúde

A decisão do STJ

Acertada a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de restringir certos procedimentos oferecidos pelas operadoras de planos de saúde. De fato, como afirmou o juiz federal Clenio Jair Schulze, “o magistrado precisa levar em consideração as evidências científicas de que a medicação solicitada será realmente útil”, a fim de balizar seu julgamento. Mas, segundo levantamento do Grupo de Estudos sobre Planos de Saúde, quase metade das ações judiciais ocorridas nos últimos anos contra planos de saúde foi motivada por negativas de coberturas assistenciais de procedimentos já há muito consagrados: cirurgias, hemodiálise, radioterapia, internações hospitalares em UTIs, tratamentos domiciliares psiquiátricos, fisioterapia, fonoaudiologia, entre outros. Este é o ponto: a Justiça precisa ser mais rápida, decisiva e veemente em relação às operadoras que, por motivos vários – muitos absurdos e burocráticos –, dificultam e retardam o início de um tratamento, causando estresse e desconforto ao paciente e seus familiares.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Visão distorcida

É incrível a visão distorcida de mercado que se tem no Brasil. O STJ fez o óbvio, que é estabelecer a segurança jurídica. Como você quer que os planos paguem aquilo que não estava previsto? Como você consegue precificar algum produto, se você não pode prever o custo? Simples, insira uma margem exorbitante para cobrir o risco! E tem pessoas que defendem isso. Lamentável a falta de visão empresarial. Uma parcela significativa da população quer ser tutelada pelo Estado e não entende por que o País não cresce nem funciona.

Claudio Hebling
chebling@yahoo.com.br
São Paulo

Fome

Retrocedemos

Apesar de ser um dos maiores produtores de grãos do mundo, o Brasil tem hoje cerca de 33,1 milhões de pessoas passando fome e cerca de 125,2 milhões com algum grau de insegurança alimentar. Retrocedemos à década de 1990 nesse quesito. Além de aumentar o número de famintos, alimentamo-nos com um nível de qualidade cada vez menor, com menos proteína de carnes, leite e ovos, e menos verduras e vegetais, graças aos aumentos vertiginosos dos preços dos alimentos no País. Só em São Paulo a cesta básica custa em média R$ 777,93, a mais cara do Brasil. O salário mínimo (R$ 1.212,00) é praticamente corroído só pela cesta, então como pagar as demais despesas? Essa situação não se deve só a este desgoverno, mas teve início ainda na crise gerada pela gestão petista. Portanto, jamais será resolvida com a reeleição de Bolsonaro nem com uma nova eleição de Lula, porque ambos já demonstraram não ter competência para gerir o Brasil e suas peculiaridades.

Boris Becker
borisbecker@uol.com.br
Praia Grande

Enquanto isso

Há, hoje, 33 milhões de brasileiros passando fome. Enquanto isso, o presidente Bolsonaro gasta parte de seu precioso tempo para falar de voto impresso...

Virgílio Melhado Passoni
mmpassoni@gmail.com
Jandaia do Sul (PR)

Eleições 2022

Chapa Tasso-Tebet

Minhas esperanças de uma terceira via competitiva evaporaram de vez, com a definição de Tasso Jereissati como vice de Simone Tebet. Infelizmente, composições frágeis assim não conseguirão deter a nefasta polarização. Apertem os cintos, coloquem as boias, enfrentar o tsunami não vai ser fácil.

Francisco Eduardo Britto
britto@znnalinha.com.br
São Paulo

Projeto de país

Simone e Tasso formam uma chapa brilhante. Finalmente, teremos um projeto de país.

Maria Lucia Ruhnke Jorge
mlucia.rjorge@gmail.com
Piracicaba

O Brasil merece

Muito inteligente o artigo *Cinco nomes e um destino*, de Paulo Delgado, no **Estadão** de 8/6 (A8). Infelizmente, o Brasil parece preferir andar para trás e não avançar, com dois candidatos fora de época liderando o noticiário e as pesquisas. Esperemos que a cobertura da mídia dos outros três candidatos que têm o que dizer e que podem reconduzir o Brasil ao desenvolvimento social e econômico seja mais ampla daqui para diante. O Brasil merece um presidente com ideias novas.

Mario Ernesto Humberg
marioernesto.humberg@cl-a.com
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Realidade e campanha eleitoral

Fernando Gabeira

Há pouco mais de dez anos, um colunista do *The New York Times* advertia para a alta dos preços de alimentos e de energia, para a sucessão de eventos extremos no clima, o aumento da população mundial e afirmava: daqui a alguns anos, perguntaremos como não entramos em pânico com indícios tão evidentes de uma crise profunda.

Depois disso, entre outras coisas, aconteceram uma pandemia que matou 6,3 milhões de pessoas e uma guerra no leste europeu envolvendo um grande produtor de petróleo e um grande produtor de alimentos, Rússia e Ucrânia. Era de esperar, com tudo isso, que o preço dos alimentos fosse às alturas, impulsionado também pelo valor dos combustíveis.

Interessante como essa crise profunda não chega, ainda, a acionar o sinal de emergência no planeta e como, de certa forma, ela passa ao largo do Brasil, em plena campanha eleitoral. Naturalmente que não escapam ao governo os seus efeitos imediatos, nem poderiam escapar, porque a reeleição de Bolsonaro depende disso. Daí sua encenação, mal ensaiada, de um esforço para baixar o preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

Chega a ser comovente como não se dão conta, governo e aliados do Centrão, da existência de uma crise mais profunda. Acham que o preço da energia está um pouco alto e que, com algumas medidas superficiais, tudo voltará ao normal. Não percebem como o mundo mudou nem a própria emergência em que estamos mergulhados. E não creio que ela se resolverá apenas emitindo menos carbono, reduzindo aqui e ali uma prática destrutiva. A própria estrutura do consumo será questionada.

O candidato favorito à Presidência da República promete fazer voltar a felicidade de 20 anos atrás. Mas ela se compunha, também, do estímulo ao consumo de automóveis, algo que talvez não seja mais, passado tanto tempo, um indicador de felicidade.

Quando digo que o consumo terá de ser reavaliado, não me refiro aos itens básicos para uma sobrevivência digna. Portanto, não cabe aqui o argumento de que haja restrição aos pobres. Ao contrário, há margem de avanço nesse campo, mas não um tipo de avanço vivido no passado, uma simples ascensão do consumo da classe média, sem visão crítica de um modelo suicida.

A ideia de Bolsonaro de subvencionar a gasolina, por exemplo, é muito mais do que uma negação da crise. É uma forma de aprofundá-la. Não se fala mais em melhorias no transporte público. No encontro com Elon Musk, por exemplo, ele se interessou mais pelo Twitter do que pela performance de um carro elétrico.

> ***Chega a ser comovente como não se dão conta, governo e aliados do Centrão, da existência de uma crise mais profunda***

No texto da década passada, os eventos extremos já eram notados. O que diria do Brasil hoje, quando perdemos 233 pessoas em Petrópolis e 129 em Pernambuco?

É como se tudo isso acontecesse num outro planeta. O debate no Brasil é como prosseguir no desenvolvimento, sem nenhuma visão crítica da forma de crescer, como se todos os fatos que se acumulam ao longo dos anos, inclusive a pandemia, fossem apenas um raio em céu azul. A pandemia aconteceu e matou, só no Brasil, até agora, 668 mil pessoas, porém não se associa a doença à relação com os animais e, nem de longe, à proteção da floresta.

Já é sabido como se intensificou o tráfico de animais silvestres na Amazônia e como ele se associa a outras formas de crime, como o garimpo ilegal, a grilagem, o desmatamento. Ainda não se falou em projeto de segurança. Mas a Amazônia é tão controlada por grupos criminosos como os morros do Rio de Janeiro. Que tipo de projeto de segurança pública pode abordar esse problema? Mais da metade do território brasileiro é um espaço de trânsito livre para o crime organizado.

Não creio que essas realidades possam entrar facilmente nas campanhas políticas, condicionadas a prometer crescimento sem uma visão crítica do próprio crescimento. No entanto, elas podem entrar na cogitação dos próprios eleitores. Estamos votando para quê? Vamos continuar apenas colocando um esparadrapo no ferimento ou vamos tratá-lo adequadamente?

Claro que, quando um governo rejeitado pela sua estupidez está em vias de ser derrotado, surge uma grande sensação de alívio. No entanto, é importante vê-lo, também, como uma espécie de bode na sala. A crise profunda que vivemos há algumas décadas foi mantida assim por um processo de negação.

Segundo todos os que estudam o problema, quanto mais a crise se aprofunda, maior a negação. Bolsonaro talvez tenha representado o auge desta tentativa de contornar a realidade: negou a pandemia, nega as mudanças climáticas, acha que pode conter o preço dos combustíveis e subestima a fome que ronda os lares brasileiros. Ele representa o auge da negação.

As eleições brasileiras poderiam ser o início de um encontro com o real. Dificilmente vamos encontrá-lo no modelo de 20 anos atrás. Ele é dinâmico e expressa a necessidade de uma ruptura muito maior do que as clássicas discussões sobre tamanho do Estado, direita e esquerda e toda a atmosfera do século passado.

Talvez, numa campanha política, o eleitor precise mais do que votar num projeto de crescimento econômico, mas compreender que algo se esgotou. Toda a interrogação consequente se volta para a pergunta: que tipo de modelo temos condições de colocar em campo? ●

JORNALISTA

TEMA DO DIA

OSMAN ORSAL/REUTERS

'Rebatizada'

Turquia muda seu nome em inglês para evitar trocadilhos com 'peru'

Sai Turkey, entra Türkiye. Pedido do país foi aprovado na última semana pelas Nações Unidas. Nova alcunha aproxima pronúncias nas línguas inglesa e turca e evita confusão com a ave tradicional das festas natalinas. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "E o nosso vizinho Peru? Será que não vai querer mudar o seu nome para evitar todos os trocadilhos brasileiros?"
VICTOR GRINBAUM

● "A Turquia devia se preocupar mais com a inflação que está acima de 60% por lá."
WILLIAN N.B.

● "Fazem bem. Mas 'peru' em turco se diz 'hindi'. E Índia, o país, é 'Hindistan' (terra dos perus). O ciclo dos trocadilhos segue."
RELVA CAROLINE

● "Isso é assunto de governo conservador."
MATHEUS CONCEIÇÃO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

PIXABAY

The New York Times

Como evitar erros ao ler os sentimentos dos cães. ●
www.estadao.com.br/e/erros

Blog Meu Primeiro Apê

4 dicas para comprar a mesa de cabeceira ideal. ●
www.estadao.com.br/e/cabeceira

Checagem de fatos

Inscreva-se no canal do Estadão Verifica no Telegram. ●
www.estadao.com.br/e/verificatele

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Eleições 2022 | Cúpula das Américas

Biden exalta Amazônia e democracia em reunião com Bolsonaro

No primeiro encontro entre os dois presidentes, brasileiro reitera retórica da soberania nacional e defende 'voto auditável' nas eleições

EVAN VUCCI/AP

Bolsonaro e Biden, nos EUA; brasileiro diz que teve ótima relação com Donald Trump, mas 'isso é passado'

BEATRIZ BULLA
ALINE BRONZATI
ENVIADAS ESPECIAIS
LOS ANGELES

O encontro do presidente Jair Bolsonaro com Joe Biden ontem, o primeiro entre os dois líderes, teve a pauta ambiental e a democracia no Brasil como temas centrais. Os dois assuntos são caros para os americanos. Biden defendeu as instituições do País e elogiou o Brasil pela tentativa de proteger a Amazônia. Bolsonaro, por sua vez, afirmou que, por vezes, sente a soberania brasileira ameaçada quando o assunto é a floresta. O brasileiro disse, ainda, que chegou ao poder pela democracia e sairá, também, pela via democrática e voltou a falar em "voto auditável".

A imprensa pôde acompanhar a abertura da reunião, momento em que os presidentes normalmente trocam cumprimentos. Biden falou por cerca de um minuto e meio, em um discurso protocolar, em encontro que explicitou o incômodo de ambos. "O Brasil é um lugar maravilhoso. Por sua democracia vibrante e inclusiva e instituições fortes, nossas nações são ligadas por profundos valores compartilhados", afirmou.

O americano também disse que o Brasil tem feito um bom trabalho para proteger a Amazônia. "Nós todos nos beneficiamos disso." E lembrou que já esteve no País três vezes.

Já Bolsonaro discursou por cerca de seis minutos, quando deu justificativas a três assuntos pelos quais é criticado: o posicionamento sobre as eleições, a proteção da Amazônia e a relação com a Rússia. Ele, porém, não recuou na retórica que mantém no Brasil.

"O Brasil é um lugar maravilhoso. Por sua democracia vibrante e inclusiva e instituições fortes, nossas nações são ligadas por valores compartilhados."
Joe Biden
Presidente dos EUA

"Este ano, temos eleições no Brasil. E nós queremos eleições limpas e auditáveis."
Jair Bolsonaro
Presidente do Brasil

ELEIÇÕES. Bolsonaro disse que o País terá eleições livres e justas. Disse ainda trabalhar para que sejam auditadas. "Queremos eleições limpas, confiáveis e auditáveis, para que não haja dúvida após o pleito", disse ao lado de Biden. "Cheguei pela democracia e tenho certeza de que quando deixar o governo também será de forma democrática", afirmou.

A retórica do brasileiro para atacar o sistema eleitoral passa pela alegação de que urnas eletrônicas não são auditáveis.

Último líder do G-20 a cumprimentar Biden pela vitória contra Donald Trump, o brasileiro reproduziu repetidas vezes as versões do republicano que punham em dúvida a legitimidade da eleição do democrata. "Tive excelente relacionamento com o presidente Trump. Isso é passado", disse Bolsonaro antes da reunião.

Bolsonaro mantinha com Trump relação de admiração. Os encontros dos dois sempre foram amigáveis. Com Biden foi diferente. Os presidentes não sorriram, não deram aperto de mãos na frente das câmeras nem se elogiaram. Em boa parte do tempo, Biden olhava para as próprias mãos.

Depois da reunião bilateral, Bolsonaro e Biden tiveram uma conversa a sós, de cerca de 20 minutos. "Fomos para a reunião confidencial. O resto é segredo de Estado. O que eu falei, e ele concordou, é que, se a gente ampliar esse eixo norte-sul, será bom para todo mundo", disse Bolsonaro.

AMBIENTE. Ao tratar da Amazônia, Bolsonaro citou dados de preservação. "Dois terços do Brasil são preservados. Mais de 85% da Amazônia, também. Nossa legislação ambiental é bastante rígida e fazemos o possível para cumpri-la pelo bem do nosso país", afirmou. O presidente não tratou, no entanto, de críticas internas e externas ao avanço do desmatamento.

A reunião foi costurada a contragosto por ambos. Biden se curvou à ideia de convidar o brasileiro para um encontro bilateral diante do risco de sediar uma Cúpula das Américas esvaziada e da aproximação de Bolsonaro a Vladimir Putin.

Bolsonaro justificou sua visita a Putin, sem mencionar o nome do russo. "Sempre adotamos uma posição de equilíbrio. Lamentamos os conflitos, mas eu tenho um país para administrar." ●

Primeiro encontro foi diálogo de surdos

ANÁLISE

RUBENS BARBOSA

Jair Bolsonaro e Joe Biden alcançaram seus objetivos ao se reunirem pela primeira vez desde o início do governo de Washington em janeiro de 2021. Biden evitou maior esvaziamento político da Cúpula das Américas pela não participação do México e do Brasil, os dois maiores países hemisférios, depois dos EUA. Bolsonaro obteve uma foto ao lado do presidente americano para mostrar na campanha eleitoral que não está isolado e pode discutir temas globais e de interesse brasileiro com líderes como Biden e Putin.

Os presidentes, como seria de esperar, trataram, de forma superficial, cada um expondo as próprias percepções, questões de interesse de seus governos, como meio ambiente e preservação da Amazônia, sobre o fortalecimento da democracia e comércio exterior (expansão das trocas bilaterais, cadeias de valor, suspensão das restrições ao aço e necessidade de fertilizantes, segurança alimentar, do lado brasileiro).

Embora reconhecendo que Brasil e EUA estiveram afastados por questões ideológicas, Bolsonaro afirmou que os dois países têm tudo para ampliar relações e se integrarem para serem exemplos ao mundo. No tocante às eleições, o presidente comentou que quer eleições auditáveis e que sejam resolvidas democraticamente. Quanto à Amazônia, reiterou que, por vezes, sente a soberania ameaçada, mas defende bem o território e a riqueza da região. Bolsonaro ainda mencionou esperar um fim rápido da guerra e que o mundo retorne à normalidade. Evitando constrangimentos, Biden citou a democracia vibrante e as instituições fortes brasileiras e elogiou o trabalho do Brasil para defender a Amazônia.

Confirmou-se a percepção de que pouco se poderia esperar do encontro em termos de resultados concretos, em vista das resistências políticas recíprocas. Felizmente, a reunião transcorreu em clima ameno, sem cobranças sobre eleições, democracia e meio ambiente de parte de Biden. A reaproximação dos EUA, buscada por Bolsonaro, contudo, não deverá prosperar sem avanços concretos na agenda amazônica e na atenuação da retórica sobre ameaças à democracia e às eleições.

Bolsonaro ficou menos de 48 horas em Los Angeles, mas sua presença não passou despercebida, sendo marcada por forte reação pública com críticas à política na Amazônia e cobrança sobre o desaparecimento do jornalista britânico e do indigenista brasileiro. ●

PRESIDENTE DO IRICE E EX-EMBAIXADOR DO BRASIL EM WASHINGTON E LONDRES

Vale do Javari

PF encontra sangue em lancha de suspeito de sumiço no Amazonas

Prisão temporária de pescador conhecido como 'Pelado' foi decretada pela Justiça; indigenista e jornalista seguem desaparecidos

VINÍCIUS VALFRÉ
ENVIADO ESPECIAL
TABATINGA (AM)
RAYSSA MOTTA
SÃO PAULO

A Polícia Federal encontrou ontem vestígios de sangue na lancha do pescador Amarildo da Costa de Oliveira, conhecido como "Pelado", apontado como principal suspeito de envolvimento no desaparecimento do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, na região do Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas. A informação foi divulgada pelo comitê de crise das forças de segurança responsáveis pela investigação sobre o sumiço da dupla.

O material coletado foi enviado para análise em Manaus, onde há a estrutura necessária para a perícia. Ainda não está claro se o sangue seria humano ou de animais. Pelado teve a prisão temporária decretada pela Justiça ontem à noite. Ele já estava preso em flagrante por posse ilegal de munição de uso restrito, após uma abordagem policial.

"A Operação Javari realizou busca fluvial na região do Rio Itaquaí, último local de avistamento dos senhores Bruno Pereira e Dom Phillips. Foram percorridos cerca de 100 km, computando a calha do Rio Itaquaí e seus afluentes. Todas as comunidades no percurso foram abordadas, especialmente as de Santa Cruz, Cachoeira, São Gabriel e São Rafael", diz nota do comitê de crise.

CRIME. A região do desaparecimento é conhecida por uma rede de crimes ambientais que se conectam com o tráfico de drogas e de armas internacional. Anteontem, autoridades estaduais e federais haviam anunciado o comitê coordenado pela PF no Amazonas. Até o momento, não há informações sobre o paradeiro de Pereira, servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai), e de Phillips, colaborador do jornal *The Guardian*. Eles foram vistos pela última vez na manhã de domingo.

Os dois sumiram durante uma viagem de barco entre a Comunidade São Rafael, a mesma de Pelado, e a cidade de Atalaia do Norte. Como mostrou o **Estadão**, Pereira foi mencionado em um bilhete apócrifo com ameaças, escrito por pescadores ilegais que atuavam na área e dirigido à entidade para a qual o indigenista trabalhava. Segundo a PF, as ameaças foram feitas há cerca de um mês.

REAÇÃO. Sob observação internacional, o presidente Jair Bolsonaro reagiu ontem às críticas de falta de empenho e às cobranças para que o governo federal desvende o paradeiro da dupla. O mandatário afirmou que o governo trabalha para "solucionar o caso o quanto antes".

"Nossas três Forças (*Armadas*), bem como o nosso MRE (*Ministério das Relações Exteriores*), a Polícia Federal, dentre outros, estão trabalhando desde segunda-feira de forma intensa na busca dos senhores Bruno Pereira e Dom Phillips. Mais de duas centenas de militares foram mobilizadas para solucionar o caso o quanto antes", escreveu o presidente, no Twitter.

> *"Mais de duas centenas de militares foram mobilizadas para solucionar o caso o quanto antes."*
> **Jair Bolsonaro**
> **Presidente do Brasil, no Twitter**

"Instruí meus auxiliares a não se distraírem com narrativas midiáticas para que possam concentrar todas as energias no monitoramento dos trabalhos e nas buscas. Esses oportunistas só querem se promover com o caso. Nós queremos solucioná-lo e levar conforto aos familiares", afirmou o presidente.

Nos Estados Unidos, onde Bolsonaro participa da Cúpula das Américas, integrantes do Partido Democrata cobraram uma ação mais eficaz de autoridades brasileiras para esclarecer o caso. Nas ruas de Los Angeles, houve protestos por causa da falta de informações sobre o desaparecimento de Pereira e Phillips. Fotos de ambos foram exibidas. ● COLABORARAM FELIPE FRAZÃO, GUSTAVO QUEIROZ e LÍVIA ANSELMO, ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO' EM MANAUS

VICTORIA JONES/AP

Mobilização na embaixada brasileira em Londres após desaparecimento de Dom Phillips e Bruno Pereira

Reino Unido pede ao Brasil que 'faça todo o possível' na apuração

A embaixadora interina do Reino Unido no Brasil, Melanie Hopkins, disse ontem que o governo britânico está "profundamente preocupado" com o desaparecimento do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira. Em nota, ela afirmou que seu país apelou ao Brasil para que "faça todo o possível para apoiar a investigação sobre o caso".

"Entendemos que a localização remota da região impõe desafios logísticos consideráveis e já solicitamos ao governo brasileiro que faça todo o possível para apoiar a investigação do caso", disse. Esta foi a terceira vez que a embaixadora se manifestou sobre o desaparecimento. Na nota de ontem, ela também afirmou que o governo britânico está provendo apoio consular à família do jornalista e está "em contato próximo com autoridades do mais alto nível no Brasil para se manter atualizado em relação aos esforços de busca e resgate".

O ministro da Justiça, Anderson Torres, teve reuniões ontem com os governos americano e britânico para tratar do assunto. Em Los Angeles, Torres se reuniu com o assessor para meio ambiente do governo Biden, John Kerry, e com diplomatas britânicos, que pediram que o Brasil esgote as possibilidades na investigação. ● A.S.

Funai vive 'dança das cadeiras' e três dirigentes renunciam em duas semanas

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

Em crise desde o começo da gestão do presidente Jair Bolsonaro, a Fundação Nacional do Índio (Funai) vive uma dança das cadeiras. Nas últimas duas semanas, ao menos três dirigentes deixaram seus postos. Segundo servidores, o abandono contínuo dos cargos de chefia é resultado do estilo pessoal do presidente do órgão, o delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier, que seria incapaz de manter equipes.

O último a sair foi o delegado da Polícia Federal César Augusto Martinez, até então diretor de Proteção Territorial da Funai. Martinez tinha sob sua alçada a Coordenação de Indígenas Isolados e de Recente Contato, setor no qual trabalhou o indigenista Bruno Pereira, desaparecido desde domingo no Vale do Javari (AM). Martinez deixou o cargo ontem, mas sua saída já estava prevista e não tem relação com o desaparecimento de Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, que viajava com ele.

Pereira pediu licença não remunerada da Funai em janeiro de 2020, depois de ser removido da coordenação de Indígenas Isolados em outubro de 2019. Desde então, o indigenista atuava na União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Para servidores da Funai ouvidos pelo **Estadão**, o desaparecimento de Pereira poderia ter sido evitado se ele estivesse trabalhando com o auxílio do aparato de Estado.

PREVISTA. Em entrevista ao programa *A Voz do Brasil*, anteontem, Xavier disse que a exoneração de Martinez já estava prevista havia mais de 30 dias, e não tem relação com o desaparecimento de Pereira. Além de Martinez, deixaram os cargos recentemente o coordenador de Gestão Estratégica da Funai, João Francisco Goulart dos Santos, e o coordenador-geral de Promoção dos Direitos Sociais, Oscar Homero de Lima Marsico.

No dia 25 de maio, saiu publicada no Diário Oficial da União a exoneração, a pedido, de Goulart dos Santos, considerado um dos mais preparados na Funai. Sua saída foi descrita como "abrupta" por servidores. Seis dias depois, quem entregou o cargo foi Lima Marsico, responsável por montar a operação para a entrega de cestas básicas às comunidades indígenas. Procurada pelo **Estadão**, a Funai não respondeu até a conclusão desta edição.●

> **Desaparecido**
> **Bruno Pereira se licenciou da Funai em 2020, após ser removido da coordenação de Indígenas Isolados**

Eleições 2022

Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

‘Derrota, não massacre’

Ao recrudescer os ataques ao Supremo, o presidente Jair Bolsonaro consegue o oposto do que gostaria. Em vez de rachar, ele une os ministros, que voltam a jogar como time contra o inimigo maior, ou melhor, contra quem a maioria da Corte considera o inimigo da democracia: ele próprio.

O time repetiu ontem a articulação de bastidores (ou de vestiários...) que usou com sucesso para derrubar a liminar do ministro Kassio Nunes Marques, bolsonarista, que devolvia o mandato e a elegibilidade do deputado Fernando Francischini, também bolsonarista.

Nunes Marques tentou demolir a decisão do TSE que, por 6 a 1, transformou a punição de Francischini num marco contra fake news e ataques às urnas eletrônicas. Bolsonaro comemorou. Depois, por 3 a 2, a Segunda Turma mandou a liminar de Nunes Marques para o lixo e Francischini continuou cassado. Aí, Bolsonaro teve um chilique.

A decisão seria no plenário virtual, mas os ministros se acertaram e André Mendonça pediu vista aos 43 segundos de terça-feira, menos de um minuto antes de iniciada a votação, e jogou a bola para a Segunda Turma, que fez o gol. Nunes Marques perderia de qualquer jeito, mas “foi derrota, não massacre”, diz um ministro. Um alívio.

Ontem, o plenário decidiu que os votos de ex-ministros continuam valendo quando a ação sai do plenário virtual para o presencial, com impacto direto na “revisão da vida toda”, pela qual, se houver mudanças de regras, o aposentado pode optar pela mais conveniente. Bom para o trabalhador, ruim para o governo.

STF articula nos vestiários o jogo contra ataques à democracia e manobras bolsonaristas

Mesmo após todos os 11 ministros votarem, Nunes Marques apresentou questão de ordem para trocar o plenário virtual pelo físico. Seria a chance de derrubar o voto do ministro Marco Aurélio, que se aposentou, para André Mendonça votar no lugar dele. Com placar de 6 a 5, bastaria mudar um voto para inverter o resultado.

O presidente Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes, entre outros, entraram em ação e o voto de Marco Aurélio continua valendo, logo, o placar também. E há várias ações que poderiam ser mudadas no plenário físico, tanto por Mendonça quanto por Nunes Marques, substituto de Celso de Mello. Não poderão mais.

Mantida a cassação de Francischini, Bolsonaro disse que também fala que as urnas foram fraudadas em 2018, que pode descumprir decisões do STF e que o ministro Edson Fachin cometeu “estupro da democracia”. E desacatou: “Canalhas! Venham para cima de mim se são homens!”. Os ministros estão indo, mas não com fuzil e sopapos, mas com urnas, eleição, instituições, Federação e... democracia. No Supremo, é jogo. Com Bolsonaro, é guerra. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. João Gabriel de Lima ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Executiva do PSDB aprova aliança com MDB

Cúpula tucana confirma acordo para apoiar Simone Tebet na eleição para o Planalto; ainda há, porém, divergências em palanques estaduais

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

ANTONIO MOLINA / FOTOARENA

Simone Tebet em reunião virtual com Baleia Rossi (MDB), Bruno Araújo (PSDB) e Roberto Freire (Cidadania)

Por 39 votos a favor, seis contra e uma abstenção, a cúpula do PSDB aprovou ontem uma aliança com o MDB para lançar a senadora Simone Tebet (MS) à sucessão do presidente Jair Bolsonaro (PL). Após mais de seis meses de negociações, a frente que reúne PSDB, MDB e Cidadania põe a terceira via na disputa presidencial, mas ainda enfrenta muitas divergências para a montagem dos palanques nos Estados.

O nome de Simone passou pelo crivo da reunião ampliada da Executiva Nacional do PSDB, com a participação das bancadas da Câmara e do Senado. Na composição para apoiar o MDB, os tucanos vão indicar mais adiante o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para vice da chapa.

Apesar do acerto, tanto o PSDB quanto o MDB já preveem traições. A divisão na seara tucana ficou evidente desde as prévias, em novembro de 2021, quando o então governador de São Paulo João Doria venceu. No mês passado, porém, Doria foi pressionado a desistir da disputa porque a cúpula do PSDB dizia que sua alta rejeição atrapalhava a candidatura do governador Rodrigo Garcia a um novo mandato. Principal colégio eleitoral do País, São Paulo é a “joia da coroa” para o PSDB, que governa o Estado desde 1995.

O deputado Aécio Neves (MG) liderou a ala do partido contra o lançamento de Simone, sob o argumento de que desejava candidatura própria, mas foi derrotado. “Seria uma bênção se a candidatura da senadora Simone pudesse se fortalecer e ocupar esse espaço da terceira via, mas eu vejo que ela está tendo dificuldade no seu próprio partido”, disse ele, que afirmou ter receio de um movimento pelo voto útil.

COMANDO. Há uma ala do MDB no Nordeste que já faz campanha para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e outra, no Sul, que está mais vinculada a Bolsonaro (PL).

Aécio defendeu a candidatura própria do tucano Eduardo Leite, ex-governador do Rio Grande do Sul. Nos bastidores, porém, o presidente do PSDB, Bruno Araújo, chegou a dizer a aliados que Aécio queria mesmo era deixar a porta aberta para Bolsonaro. O deputado sempre negou que tivesse esse plano e já chamou a insinuação de “absurda”. Aécio pretende voltar a comandar o PSDB, em 2023, e é hoje um dos principais adversários de Araújo.

Chapa
Na composição para apoiar o MDB, tucanos vão indicar o senador Tasso Jereissati para vice de Simone Tebet

“A alma do PSDB é pela candidatura própria, mas entendemos que o PSDB não existe como fim em si próprio. Existe como fim para permitir o que é melhor para a alternativa dos brasileiros”, afirmou o presidente do PSDB, após a reunião. Simone está com Covid-19, mas na noite de ontem participou de videoconferência com Araújo e com os presidentes do MDB, Baleia Rossi, e do Cidadania, Roberto Freire, para definir os próximos passos da campanha.

O movimento pela terceira via, também batizado pelo grupo de “centro democrático”, foi anunciado em meados do ano passado com o objetivo de quebrar a polarização entre Bolsonaro e Lula, favorito nas pesquisas. Até agora, porém, muitos nomes ficaram pelo caminho, como os do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro (União Brasil) e o do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD).

ESTADOS. O PSDB e o MDB, porém, ainda se estranham na montagem dos palanques em alguns Estados, como Minas Gerais, Goiás, Pará, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. Em Alagoas, por exemplo, uma possível aliança entre os dois partidos também ameaça um acordo feito em São Paulo.

A deputada estadual Jó Pereira (PSDB-AL), prima do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se movimenta para ser candidata a vice na chapa do senador Rodrigo Cunha (União Brasil-AL). Uma ala tucana, porém, negocia apoio à pré-candidatura de Paulo Dantas (MDB), afilhado político do senador Renan Calheiros (MDB-AL), ao governo alagoano.

O presidente do PSDB admitiu divergências nos Estados, mas disse que isso não atrapalha a aliança nacional. “As eleições nacionais não verticalizam todo o processo”, afirmou. “O que vai valer é o conjunto dessa unidade.” Além de Aécio, votaram contra o apoio a Simone os deputados Alexandre Frota (SP), Paulo Abi Ackel (MG), Eduardo Barbosa (MG), Rossoni (PR) e o senador Plínio Valério (AM). O ex-prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan Junior se absteve.

A decisão do PSDB ocorreu um dia depois de o partido acertar um acordo que envolveu o compromisso do apoio dos emedebistas à candidatura de Leite ao governo do Rio Grande do Sul. O deputado estadual Gabriel Souza (MDB) ainda mantém a pré-candidatura ao Palácio Piratini, mas a expectativa é de que ele seja convencido a concorrer como vice do tucano. ●

Eleições 2022 | Sucessão presidencial

Aliados do PT condenam 'revogação' de reforma da CLT em diretrizes

Conteúdo de prévia de plano de governo causa desconforto; apoiadores se queixam de 'autoelogio' de Lula no combate à corrupção

LUIZ VASSALLO
GIORDANNA NEVES

Partidos aliados da pré-candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reclamaram do uso do termo "revogação" para tratar da reforma trabalhista na prévia do programa de governo divulgada na segunda-feira. Houve ainda queixas sobre autoelogios da legenda no item combate à corrupção. Apoiadores disseram m que não houve diálogo para a elaboração das propostas.

Lideranças de PV, PCdoB, PSOL, PSB, Rede e Solidariedade se reuniram ontem, em São Paulo, com dirigentes petistas para buscar alinhamento em torno das diretrizes para as eleições 2022. O **Estadão** apurou que o maior incômodo ocorreu em razão do "vazamento", como dizem aliados, do documento de 90 tópicos.

Intitulado de Diretrizes para o Programa de Reconstrução do Brasil Lula 2023-2026, o texto foi divulgado pela Fundação Perseu Abramo. Aliados disseram que faltou alinhamento com os demais partidos da chapa do petista com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB).

TERMOS. O termo "revogação" ao tratar da reforma trabalhista tem sido evitado até mesmo por Lula em discursos. Ele já havia usado a expressão, mas recuou. O petista tem falado agora em revisar as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), implementadas no governo Michel Temer (MDB). Centrais sindicais também preferem evitar "revogação" para não entrar em atritos com o empresariado.

No documento, constava a data de ontem como limite para envio de sugestões. "No sábado, vamos nos reunir para verificar a incorporação e consolidação dessas emendas apresentadas", afirmou o ex-deputado Domingos Leonelli, que representou o PSB na reunião.

No PSB e na Rede, a divulgação da prévia sem diálogo com os partidos foi a questão considerada mais grave do que o teor do documento. Ao **Estadão**, integrantes das legendas afirmam que o desconforto ficou no passado.

CARLA CARNIEL / REUTERS - 27/5/2022

Ex-presidente Lula, em evento, em SP; ruído na pré-campanha

Até amanhã, haverá mais um debate sobre a reforma trabalhista. Centrais sindicais também serão ouvidas. "Os partidos deliberaram por solicitar as posições das centrais sindicais a respeito das reformas trabalhistas, dos trabalhadores do campo, da reforma agrária, da agricultura familiar, dos ambientalistas. Educadores também vão ser ouvidos. Esse caso (*reforma trabalhista*) é um aspecto pontual. O PT defende a revogação, mas vamos ouvir as centrais sindicais", afirmou a ex-ministra Maria do Rosário, representante do PT na reunião de ontem.

AUTOELOGIO. Integrantes dos partidos afirmaram ao **Estadão** que houve descontentamento com o tópico combate à corrupção. No Solidariedade, questiona-se o motivo de o PT ter se colocado como "baluarte" na área – o partido teve integrantes envolvidos e condenados no esquema do mensalão e em os casos de desvios na Petrobras investigados pela Operação Lava Jato.

No documento, há uma exaltação do reforço da Polícia Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Carf) durante a era petista. Consta ainda que durante as gestões do PT teria havido, "de forma inédita no Brasil, uma política de Estado de prevenção e combate à corrupção e de promoção da transparência e da integridade pública". ●

Líder na Bahia, ACM Neto quer distância de polarização

REGINA BOCHICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
SALVADOR

Líder nas pesquisas de intenção de voto, que indicam eleição em primeiro turno para o governo da Bahia, quarto maior colégio eleitoral do Brasil, o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil) tem se mantido neutro em relação à disputa presidencial. Já o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva testará sua capacidade de transferência de votos ao candidato Jerônimo Rodrigues (PT), desconhecido da maioria do eleitorado baiano.

Ex-secretário da Educação do governo Rui Costa (PT), Rodrigues tende a crescer quando Lula apontá-lo como seu candidato, avaliam cientistas políticos ouvidos pelo **Estadão**. A dúvida que fica é quanto desse apoio se transformará em votos. Na Bahia, Lula aparece com 63% das intenções de votos, enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem 17%, conforme pesquisa Genial/Quaest, de maio.

O petista ainda terá um adversário que vem de dois mandatos bem avaliados à frente da capital baiana e fez seu sucessor em 2020. Na mesma pesquisa, ACM Neto tem 67%, e Rodrigues, 6%. Correndo por fora, o ex-ministro da Cidadania João Roma (PL), candidato de Bolsonaro, aparece com 5%. Ele tentará tirar votos de ACM Neto ligando-o a Lula, enquanto o PT vai tentar colar no ex-prefeito o rótulo de bolsonarista. Os demais candidatos ao governo da Bahia são Kleber Rosa (PSOL) e Giovani Damico (PCB), que somam 1%. ●

Governo paulista 1

Procuradoria Eleitoral arquiva pedido para anular domicílio de Tarcísio em São Paulo

A Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo arquivou ontem um pedido de anulação do domicílio eleitoral do ex-ministro Tarcísio de Freitas (Republicanos), pré-candidato ao governo do Estado. A informação foi antecipada pela *Coluna do Estadão*. Carioca, Tarcísio alugou um apartamento em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, em setembro de 2021 – dentro do prazo permitido para requerer a mudança. ●

AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Pré-candidato ao governo de SP, Tarcísio de Freitas é carioca

Governo paulista 2

Fernando Haddad lidera corrida ao Palácio dos Bandeirantes com 27%, mostra pesquisa

Fernando Haddad (PT) lidera a disputa ao governo de São Paulo com 27% das intenções de voto, mostra pesquisa Exame/Ideia divulgada anteontem. Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem 17%, Márcio França (PSB), 14% e Rodrigo Garcia (PSDB), 11%. Vinicius Poit (Novo), Felicio Ramuth (PSD) e Elvis Cezar (PDT) têm 1% cada. O levantamento entrevistou 1.200 pessoas entre 3 e 8 de junho. Registro: SP-08096/2022. ●

Legislativo

Levantamento mostra José Luiz Datena na frente na disputa ao Senado por SP, com 19%

Pesquisa Exame/Ideia divulgada anteontem também apontou o apresentador José Luiz Datena (PSC) na liderança na disputa por uma cadeira do Senado por São Paulo, com 19% das intenções de voto. O ex-governador Márcio França (PSB), que é pré-candidato ao Palácio dos Bandeirantes, mas teve seu nome testado para o cargo no levantamento, tem 14%. Carla Zambelli (PL) aparece com 9%; Paulo Skaf, com 8% e Janaina Paschoal (PRTB), com 6%. ●

Vereador do Rio

Testemunha de defesa de Gabriel Monteiro nada acrescentou, diz integrante do Conselho de Ética

WILTON JUNIOR / ESTADÃO - 7/4/2022

Duas testemunhas de defesa do vereador Gabriel Monteiro (PL-RJ) prestaram depoimento, ontem, ao Conselho de Ética da Câmara Municipal do Rio no processo que pode levar à cassação do ex-PM. Foram ouvidos o perito Leandro Lima, contratado por Monteiro para periciar um vídeo citado no processo, e o PM Bruno Assumpção. Para os vereadores, ambos pouco acrescentaram sobre supostos crimes de estupro e assédio atribuídos a Monteiro. ●

Após protesto em shopping

MBL aciona Ministério Público para que MTST seja enquadrado como 'organização criminosa'

Membro do Movimento Brasil Livre (MBL), o vereador Rubinho Nunes (União Brasil) protocolou no Ministério Público pedido para enquadrar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) como organização criminosa. Anteontem, o MTST protestou contra a fome no shopping Iguatemi, em São Paulo. Em nota, o MTST disse que "luta para erradicar a pobreza". ●

Judiciário

Supremo limita interferência de Nunes Marques e Mendonça em votações antigas

CARLOS MOURA/STF ROSINEI COUTINHO/STF CARLOS MOURA/STF
Ministros Nunes Marques, André Mendonça e Alexandre de Moraes; troca de regra para julgamentos

STF decide que votos de ministros que já se aposentaram feitos em sessões virtuais ainda vão valer quando caso for para o presencial

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de ontem vai restringir o poder de interferência dos dois ministros indicados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), Kassio Nunes Marques e André Mendonça, em processos que já tenham votos de ministros aposentados que eles substituíram.

O plenário decidiu, por oito votos a um, que os votos apresentados por ministros que deixaram a Corte durante julgamentos no plenário virtual continuam a valer quando o caso for encaminhado para votação presencial, por meio do chamado pedido de destaque.

A regra que estava em vigor previa reiniciar a votação quando um caso fosse transferido do ambiente virtual para o plenário físico. Seria, portanto, necessário que todos os ministros votassem novamente, o que excluía os votos dos ministros aposentados que já tinham votado na discussão online.

Um dos casos que será afetado e norteou as tratativas internas para aprovar a resolução é o processo chamado de "revisão da vida toda" das aposentadorias. A ação foi paralisada em março por um pedido de destaque de Nunes Marques, quando a votação estava em 6 votos a 5 a favor dos aposentados. Nunes Marques fez a solicitação minutos antes do fim do prazo que encerraria o debate.

O pedido de destaque de Nunes Marques é de março, mas como a ação voltará a julgamento após a mudança da regra, ele não poderá votar. Com isso, o placar está mantido com o voto do ministro aposentado Marco Aurélio Mello em favor dos aposentados. Conforme cálculos do governo, a mudança nas aposentadorias traria um impacto de R$ 360 bilhões em 15 anos aos cofres públicos. Com a "revisão da vida toda", segurados do INSS poderão acrescentar no cálculo de suas aposentadorias salários maiores que recebiam antes de 1994 – hoje, somente os vencimento de depois dessa data são aceitos.

Para Lembrar

Decisão de Kassio causou desconforto no Supremo

● **Mandato**
Na semana passada, o ministro Kassio Nunes Marques, do STF, revogou decisão do TSE que cassou o mandato do deputado estadual do Paraná Francisco Francischini (União) por divulgar notícias falsas as urnas eletrônicas.

● **Liminar**
A liminar gerou desconforto entre os ministros do STF porque suspendeu um julgamento considerado paradigma no TSE para punir fake news de políticos e, ao mesmo tempo, deu munição aos ataques de bolsonaristas contra o Judiciário, o sistema eleitoral e a segurança das urnas.

● **Julgamento**
O presidente da Corte, Luiz Fux, marcou sessão extraordinária no plenário virtual para julgar a suspensão da ordem de Nunes Marques. No mesmo dia, o ministro pautou para no plenário da Segunda Turma, o julgamento da decisão dada por ele próprio.

● **Resultado**
A Segunda Turma STF restabeleceu, por três votos a dois, a cassação de Francischini, derrubando a decisão liminar de Nunes Marques.

Um dia após Nunes Marques ter feito o pedido de destaque, Bolsonaro disse que um julgamento a favor de uma nova regra para as aposentadorias "quebraria o País". "Querem quebrar o Brasil. A decisão é lá do Supremo", disse.

RESOLUÇÃO. A mudança nas regras dos votos dos ministros aposentados do STF foi proposta pelo ministro Alexandre de Moraes, uma semana depois de Nunes Marques ter concedido liminar que derrubava uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou o mandato de um deputado federal apoiador de Bolsonaro por espalhar informações falsas sobre as urnas eletrônica – o próprio STF já derrubou a liminar.

O único a discordar da nova regra foi André Mendonça. "Se quem se aposentou, se é verdade que não tem mais como defender sua tese, também não tem mais o direito de rever sua posição", disse. ●

MP inicia ações para apurar de novo 'rachadinha' de Flávio Bolsonaro

RAYANDERSON GUERRA
RIO

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) entrou com um recurso no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) para esclarecer pontos da decisão que rejeitou a denúncia contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso das "rachadinhas" em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Os promotores buscam sanar eventuais questionamentos para recomeçar as investigações.

O TJ do Rio rejeitou, em maio, a denúncia por peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro oferecida contra Flávio. Com a decisão do tribunal, o MP afirma que poderá recomeçar as investigações sobre o caso, com a coleta de novas provas.

As apurações se iniciariam em 2018 com base no primeiro relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), revelado pelo **Estadão**. O documento apontou movimentação atípica de R$ 1,2 milhão em uma conta no nome de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio, no período de um ano, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017.

Nova investida

Promotoria do Rio quer evitar questionamentos no TJ para recomeçar investigação

A decisão do tribunal de rejeitar a acusação foi tomada após o próprio MP fluminense solicitar a anulação da denúncia. A Promotoria decidiu pedir a nulidade da peça acusatória que apresentaria à Justiça após decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de anular provas colhidas durante as investigações.

O procurador-geral de Justiça do Rio, Luciano Mattos, comunicou ao TJ, em maio, que, com a anulação de quase todas as provas obtidas na investigação pelo STJ e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a denúncia ficou insustentável.

A decisão de pedir a nulidade do processo foi tomada após o STJ aceitar pedido feito pela defesa de Flávio para anular as decisões tomadas pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27.ª Vara Criminal do Rio de Janeiro. O STJ entendeu que um juiz de primeira instância não era competente para julgar o caso de Flávio, que passou a ter foro privilegiado como senador. ●

Prefeitura de SP cobra R$ 2,8 milhões de Maluf

PEPITA ORTEGA
FAUSTO MACEDO

A Procuradoria-Geral da Prefeitura de São Paulo acionou a Justiça para cobrar do ex-prefeito Paulo Maluf uma multa de R$ 2,8 milhões referente a uma condenação por improbidade administrativa imposta ao político em razão da abertura de créditos adicionais suplementares em 1996.

A ação foi movida pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) em 2000. A condenação definitiva ocorreu em maio do ano passado. Maluf, hoje com 90 anos, foi prefeito da capital paulista entre 1993 e 1996.

Conforme a denúncia do MP, Maluf e dois então secretários de Finanças, Celso Pitta e José Antonio de Freitas, usaram "artifícios contábeis para projetar uma arrecadação maior e justificar a irregular abertura" de créditos adicionais ao orçamento no valor de R$ 2,6 bilhões em valores da época. Na primeira instância, o trio foi condenado a devolver os valores. A sentença foi reformada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que suspendeu a devolução, mas manteve a multa. Também foram interpostos recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas a decisão da corte paulista foi mantida.

O pedido de execução da sentença de improbidade foi apresentado pelo procurador do município Makarius Sepetauskas à 14.ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo no dia 2 de maio. O valor cobrado de Maluf corresponde a 100 vezes a remuneração recebida pelo ex-prefeito à época dos fatos. A defesa do ex-prefeito foi procurada, mas até a conclusão desta edição não houve manifestação. ●

Agricultores retiram minas para salvar safra de grãos

● A Guerra de Putin

ONU costura acordo com Ucrânia e Rússia para liberar comércio de grãos

Enquanto russos e ucranianos trocam acusações sobre o desabastecimento, relatórios internacionais apontam risco de aumento do custo de vida e da fome no mundo

NOVA YORK

A ONU negocia com Rússia e Ucrânia um acordo que permita liberar as exportações de alimentos e fertilizantes ucranianos retidos pela guerra. O esforço diplomático, anunciado ontem pelo secretário-geral, António Guterres, vem no momento em que Moscou e Kiev culpam um ao outro pela crise.

A Rússia impôs sua superioridade naval no Mar Negro, conquistando boa parte das cidades e portos ucranianos. A reação de Kiev, para impedir o avanço russo, foi minar vias marítimas de acesso aos portos, como em Odessa, ainda sob controle ucraniano.

As ofensivas e contraofensivas interromperam o principal canal de escoamento de commodities ucranianas. "A guerra ameaça desencadear uma onda sem precedentes de fome e miséria, deixando o caos social e econômico em seu rastro", disse Guterres, que não deu detalhes das discussões.

PLANET LABS PBC / REUTERS

Imagem de satélite mostra terminal de grãos destruído no Porto de Mikolaiv, no sul da Ucrânia

ATAQUES. A movimentação de russos e ucranianos não parece dar brecha a um consenso. Altos funcionários dos dois países têm trocado acusações e culpado uns aos outros pela crise. O presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, pediu ontem a exclusão da Rússia da FAO (agência da ONU para alimentação e agricultura). "A Rússia está provocando a fome de pelo menos 400 milhões de pessoas, talvez mais de um bilhão de pessoas", disse Zelenski durante reunião da OCDE por videoconferência.

Importância
Juntas, Rússia e Ucrânia respondem por cerca de 30% das exportações mundiais de trigo

De acordo com ele, há entre 20 milhões e 25 milhões de toneladas de grãos bloqueadas na Ucrânia, uma quantidade que pode chegar a 75 milhões de toneladas no segundo semestre do ano.

Moscou tenta minimizar o impacto de sua operação militar na Ucrânia no aumento do preço internacional de cereais. Na quarta-feira, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, pediu para a comunidade internacional não "exagerar" a importância da produção ucraniana para o mundo. "É uma porcentagem muito pequena para ter um impacto significativo na crise alimentar mundial, que já começou", afirmou o ucraniano.

Embora a Rússia diga que outros fatores como a seca estejam prejudicando a produção e o abastecimento ao redor do mundo, várias organizações internacionais, como o Banco Mundial, apontam a guerra na Ucrânia como um fator decisivo.

GUERRA. Juntos, Rússia e Ucrânia respondem por cerca de 30% das exportações mundiais de trigo. Até a invasão, as exportações mensais ucranianas representavam 12% do trigo mundial, 13% do milho e 50% do óleo de girassol.

Apesar dos riscos de desabastecimento, o clima segue tenso. Em viagem à Turquia, na quarta-feira, o chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, afirmou que a guerra "não era a causa da crise alimentar". O chanceler ucraniano, Dmitro Kuleba, respondeu, apontando que "a verdadeira causa da crise é a invasão russa, não as sanções".

Enquanto isso, a proposta costurada por Turquia e Rússia para a criação de um corredor seguro no Mar Negro, para permitir as exportações da Ucrânia, segue paralisada. Lavrov exige a retirada das minas ucranianas, o que a Ucrânia até agora rejeita. ● NYT, WP, REUTERS e AP

Itamaraty confirma morte de brasileiro em Severodonetsk

O Itamaraty confirmou ontem a morte do brasileiro André Hack Bahi, de 43 anos, que combatia os russos ao lado das tropas ucranianas na região de Donbas, epicentro do conflito nas últimas semanas. Na quarta-feira, em entrevista ao 'Estadão', uma das irmãs dele, Tatiane, disse ter esperanças de encontrá-lo vivo. André desembarcou na Ucrânia em 28 de fevereiro, quatro dias após o início da invasão russa, e morreu em Severodonetsk, em 5 de maio. ●

Não importa de onde vem a comida em meio à fome

ANÁLISE

ISHAAN THAROOR
THE WASHINGTON POST

Pense nisso como a guerra além da guerra. A invasão da Ucrânia e a ofensiva militar russa causaram destruição e deixaram dezenas de milhares de mortos. Mas a crise também teve efeitos dramáticos em todo o mundo. O efeito cumulativo dos ataques russos à Ucrânia e o bloqueio de seus portos no Mar Negro, assim como as sanções ocidentais às exportações russas, levaram à disparada dos preços em lugares distantes da zona de conflito.

Nos países mais pobres da Ásia e da África, o custo de produtos básicos, como trigo e óleo de cozinha, disparou e criou tensões para as sociedades que menos podem comprá-los. Somente no Chifre da África, até 20 milhões de pessoas podem passar fome este ano em meio à escassez de alimentos e seca prolongada.

Agora, governos estrangeiros estão lutando por opções para liberar a imensa oferta de produtos agrícolas da Ucrânia, principalmente trigo. Autoridades ucranianas dizem que 20 milhões de toneladas de grãos estão presas no país.

ACORDO. Por meio de canais diplomáticos, autoridades ucranianas exploram a possibilidade de transferir o carregamento de grãos por trem para portos no Mar Báltico e para a vizinha Romênia. Mas há problemas logísticos, incluindo se esses portos têm capacidade para acomodar os encargos crescentes.

As construções da época da Guerra Fria também são um obstáculo. "Ucrânia, Rússia, Lituânia e outros ex-membros da União Soviética usam o padrão russo de bitola ferroviária (estreita)", explica o *Wall Street Journal*.

Para piorar, autoridades dos EUA citam evidências de navios russos transportando grãos ucranianos "roubados" de portos sob seu controle e destruindo produtos alimentícios na Ucrânia, exacerbando a insegurança alimentar global.

Entre 2018 e 2020, a África importou 44% de seu trigo de Rússia e Ucrânia. Desde as recentes interrupções, os preços do trigo subiram 45%, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento. A maioria dos países do continente na Assembleia-Geral da ONU votou para condenar a invasão da Ucrânia.

Crise alimentar
A África, que entre 2018 e 2020 importou 44% de trigo de Rússia e Ucrânia, sofre grande impacto da guerra

Mas, em tempos de crise econômica, importa menos para os países distantes do conflito como eles recebem seus alimentos e quem os está enviando. ●

É COLUNISTA

Investigação

Audiências querem colocar Trump no centro do motim no Capitólio

Em setembro, comitê enviará relatório ao Departamento de Justiça, que decidirá se haverá indiciamentos

WASHINGTON

O comitê da Câmara dos EUA que investiga o ataque de 6 de janeiro de 2021 ao Capitólio iniciou ontem as audiências públicas para apurar a insurreição e tentar estabelecer a responsabilidade do ex-presidente Donald Trump. Serão exibidos vídeos com os testemunhos de assessores e parentes de Trump, além de imagens revelando o papel dos Proud Boys, grupo de extrema direita.

Integrantes do comitê dizem que as evidências mostrarão que Trump estava no centro de um "esforço coordenado e de várias etapas para anular os resultados das eleições de 2020 – que resultou na invasão dos corredores do Congresso por uma multidão de apoiadores, que protagonizaram uma quebradeira generalizada – cinco pessoas morreram na confusão.

Este mês, ao todo, serão seis audiências, todas realizadas em horário nobre – às 20 horas (horário de Washington) –, o que deve atrair a atenção de toda a imprensa americana. "Vamos demonstrar o esforço multifacetado para derrubar uma eleição presidencial", disse o deputado democrata Adam Schiff, membro do comitê. "É uma história importante que deve ser contada para garantir que nunca mais aconteça."

LEAH MILLIS / REUTERS-6/1/2021

Multidão de apoiadores de Donald Trump durante a invasão do Capitólio, em janeiro de 2021

TESTEMUNHAS. O comitê planeja apresentar gravações de entrevistas conduzidas por seus investigadores com mais de mil testemunhas, incluindo funcionários do alto escalão da Casa Branca, assessores da campanha e parentes do ex-presidente. A filha mais velha de Trump, Ivanka, seu genro Jared Kushner e seu filho Donald Trump Jr. estão entre as testemunhas.

A deputada democrata Bennie Thompson, presidente do comitê, e a republicana Liz Cheney, vice-presidente, devem liderar a apresentação das provas e interrogar as testemunhas. As audiências são a conclusão de um esforço do comitê, formado em julho de 2021, depois que os republicanos bloquearam a criação de uma comissão apartidária para investigar o ataque.

ELEIÇÕES. As audiências acontecem cinco meses antes das eleições de meio de mandato, em que a maioria democrata no Congresso está em jogo. Os aliados de Joe Biden tentam traçar um forte contraste entre eles e os republicanos, que permitiram e abraçaram Trump, incluindo representantes do Congresso que estimularam a virada de mesa na eleição.

As sessões devem se concentrar também no papel de Trump em promover a tese de que a eleição foi fraudada. Entre os crimes, o ex-presidente teria cometido abuso de poder, ao forçar o Departamento de Justiça a ajudá-lo. Ele ainda pressionou seu vice-presidente, Mike Pence, a descartar votos eleitorais para Biden e insuflado a multidão.

IMPORTÂNCIA. Entre as testemunhas aguardadas estão Jeffrey Rosen, ex-secretário interino de Justiça, e Richard Donoghue, ex-vice-secretário interino de Justiça. Tanto Rosen quanto Donoghue disseram a vários comitês do Congresso que Trump e seus aliados pressionaram o departamento a inventar a descoberta de fraudes e a usar seu poder para desfazer os resultados das eleições.

'Roubo'
Sessões devem abordar papel de Trump em promover a tese de que a eleição foi fraudada

As audiências também podem ter um impacto na possível candidatura de Trump a presidente, em 2024. Em setembro, o comitê deve divulgar um relatório final, que pode encaminhar recomendações criminais ao Departamento de Justiça, que será, em última análise, quem decidirá se haverá ou não indiciamentos individuais. ● NYT, WP e REUTERS

Ufologia

Nasa formará equipe científica para pesquisar observação de óvnis

WASHINGTON

A Nasa começará a se envolver na busca por óvnis, formando uma equipe que examinará "observações de eventos que não podem ser identificados como aeronaves ou fenômenos naturais conhecidos", disse ontem um funcionário de alto escalão da agência espacial americana.

"A Nasa deve levar uma perspectiva científica aos esforços já em andamento do Pentágono e de agências de inteligência dos EUA para investigar dezenas de observações", afirmou Thomas Zurbuchen, diretor de missões científicas da Nasa. Ele disse que é uma pesquisa de "alto risco e impacto" da qual a agência espacial não deve se esquivar, mesmo que seja um campo de estudo controvertido.

FENÔMENOS. O anúncio foi feito apenas algumas semanas após uma rara e histórica audiência no Congresso sobre a observação daquilo que o Departamento de Defesa chama de "Fenômenos Aéreos Não Identificados", mais comumente conhecidos como óvnis, e a divulgação de um relatório, de 2021, pelo diretor de inteligência nacional, que catalogou mais de 140 objetos voadores não identificados.

Mas o relatório de nove páginas e a audiência no Congresso não deram muitos detalhes e não tiraram conclusões definitivas sobre o que eram os objetos voadores, muitos dos quais foram vistos por aviadores navais.

Autoridades disseram que não encontraram nenhuma evidência de que os objetos fossem algum tipo de tecnologia aeroespacial avançada desenvolvida por China, Rússia ou outras nações. Também não havia evidências de que eles vieram de fontes extraterrestres.

O número limitado de tais observações torna difícil "tirar conclusões científicas sobre a natureza de tais eventos", disse a Nasa, em comunicado. A agência está preocupada não apenas com a segurança nacional, mas também com a segurança aérea.

O estudo, que começará no segundo semestre do ano, durará cerca de nove meses e não custará mais de US$ 100 mil, de acordo com a Nasa. ● WP

Tailândia

Em crise econômica, país legaliza maconha

BANGCOC

A Tailândia legalizou ontem o cultivo e o comércio de maconha dentro de alguns parâmetros definidos, tornando-se o primeiro país do Sudeste Asiático a fazê-lo. O governo pretende impulsionar o cultivo a fim de recuperar sua economia altamente afetada pelo impacto econômico da guerra na Ucrânia.

O ministro da Saúde tailandês, Anutin Charnvirakul, disse à CNN americana que espera que a medida ajude a impulsionar a economia em dificuldades, particularmente seu setor agrícola, que foi duramente atingido pelo aumento dos custos de fertilizantes em meio a interrupções na cadeia global de suprimentos.

O clima tropical da Tailândia é ideal para cultivar a planta, e o governo tomou medidas para estabelecê-la como uma cultura comercial. O ministro da Saúde disse, no mês passado, que o governo distribuiria um milhão de plantas de cannabis gratuitas, para alavancar o setor.

EXCEÇÕES. Embora a Tailândia tenha legalizado o uso de maconha medicinal em 2018, Anutin adverte que aqueles que forem pegos usando a droga de "maneiras não produtivas", como fumar maconha ao ar livre, ainda serão punidos com até 3 meses de prisão, além de uma multa de US$ 780 (R$ 3,7 mil). As autoridades disseram ainda que não pretendem incentivar o turismo da maconha. ● AP e WP

Saúde

STJ prevê liberar remédios fora do rol da ANS com evidência científica

Para advogado, o papel do médico fica mais importante na hora de defender cada tratamento; segundo juiz federal, agora não bastará prescrição, mas prova robusta

CRISTIANE SEGATTO

A decisão da 2.ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que definiu o rol com mais de 3,3 mil itens da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) como taxativo, ainda causava dúvidas ontem entre usuários dos planos de saúde. Na prática, as operadoras devem fornecer obrigatoriamente os tratamentos da lista, mas há possibilidade de adoção de outros procedimentos.

Segundo o STJ, pode haver cobertura fora do rol, desde que a incorporação da tecnologia demandada não tenha sido indeferida após análise técnica da ANS; haja comprovação da eficácia do tratamento à luz da medicina baseada em evidências; haja recomendações de órgãos técnicos de renome nacionais (como a Conitec e o Natjus). Sugere-se ainda, quando possível, que o magistrado consulte pessoas com expertise técnica na área da saúde.

"Não ficou claro quem atestaria a eficácia do tratamento à luz da medicina baseada em evidências, mas entendo que isso ficaria a cargo do médico que assiste o paciente", diz o advogado Rafael Robba, especialista em direito à saúde do escritório Vilhena Silva Advogados. Na interpretação dele, bastaria que o médico fizesse um relatório técnico, declarasse que existe eficácia comprovada e anexasse estudos para comprovar isso. "O papel do médico ficou ainda mais importante. Ele deve auxiliar o paciente que pretende demandar um tratamento por via judicial e fornecer subsídios", afirma.

Robba aconselha que os consumidores não se desesperem. "A decisão do STJ vai funcionar como uma jurisprudência, como algo que vai influenciar as decisões dos juízes, mas ela não tem o poder de revogar decisões já tomadas pelos magistrados, por exemplo. Os juízes continuam a ter autonomia para analisar os casos e até interpretar se a decisão do STJ se aplica ao caso específico."

O novo entendimento pode facilitar a defesa dos planos de saúde nos casos em que o beneficiário solicite um tratamento fora do rol, sem ter uma justificativa clara. "Além disso, a mensagem que o STJ transmitiu pode estimular as operadoras a negar mais tratamentos solicitados pelos beneficiários, antes mesmo da ação judicial", acredita Rafael Robba. "A partir de agora, pode ser que as operadoras de saúde utilizem o rol como uma lista burocrática para negar ainda mais os tratamentos."

ANÁLISE TÉCNICA. Ao mencionar a necessidade de que o tratamento em questão tenha sido recomendado por órgãos como a Conitec (que auxilia na análise de incorporação de procedimentos na rede pública) e o NatJus, o STJ valorizou o esforço de avaliação criteriosa das novas tecnologias de saúde. O NatJus foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para auxiliar os juízes a tomar decisões embasadas pelas evidências científicas quando precisam decidir sobre o fornecimento de medicamentos. Por meio de convênio com o CNJ, instituições como o Hospital Israelita Albert Einstein fazem avaliações técnicas.

O juiz federal Clenio Jair Schulze, professor da Escola de Magistratura Federal de Santa Catarina e pesquisador da judicialização da saúde, analisou o resultado de mais de 17 mil notas técnicas emitidas por essa ferramenta até o fim de março. Segundo ele, 45,9% das análises técnicas não eram favoráveis aos autores das demandas, por razões como falta de evidência científica de eficácia do produto. "Medicina baseada em evidências não significa uma opinião médica", afirma. "Antes da decisão de ontem, bastava uma mera prescrição médica. Agora, o STJ sinaliza a necessidade de uma prova robusta."

Como professor, Schulze participou de dezenas de cursos em tribunais brasileiros para orientar os juízes. "É fundamental que os magistrados usem essas ferramentas e considerem esses conceitos antes de decidir", diz. "Muitas vezes os juízes concedem tratamentos que não têm evidência científica e o resultado não é o esperado para o cidadão. Há um dispêndio do recurso pela operadora (ou pelo SUS), sem que o resultado do tratamento seja razoável. Em última análise, é um dispêndio inútil. A conta será paga por todos os outros clientes do plano." ●

Balanço técnico
Em 17 mil notas feitas, 45,9% de análises técnicas não eram favoráveis aos autores das demandas

Saiba mais

● O que ficou definido?
O rol com mais de 3,3 mil itens da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é taxativo, ou seja, deve ser usado pelos planos de saúde como base de cobertura.

● Há exceções?
Sim. Segundo o STJ, pode haver cobertura pelos planos de saúde de itens fora do rol, desde que a incorporação da tecnologia demandada não tenha sido indeferida após análise técnica da ANS; haja comprovação da eficácia do tratamento à luz da medicina baseada em evidências; haja recomendações de órgãos técnicos de renome nacionais (como a Conitec e o Natjus). Sugere-se ainda, quando possível, que o magistrado consulte pessoas com expertise técnica na área da saúde, antes de decidir.

● Como fica a situação de quem já tem liminar?
As liminares concedidas anteriormente pela Justiça continuam vigentes. Ou seja: quem já recebe um tratamento conquistado por via judicial não perderá acesso a ele por causa da decisão do STJ. No entanto, é preciso lembrar que toda liminar pode ser revogada a qualquer momento, a critério do juiz que a concedeu ou se a operadora recorrer e o tribunal revogar a decisão.

● Como os juízes devem avaliar cada solicitação?
Sugere-se que o tratamento em questão tenha sido recomendado por órgãos como a Conitec e o NatJus. Basta o juiz procurar o sistema e-NatJus no site do CNJ, digitar o nome do produto solicitado pelo paciente e consultar as avaliações antes de decidir. A base de dados é pública. Qualquer pessoa pode pesquisar os relatórios disponíveis sobre o tratamento que esteja recebendo por via judicial ou pretenda receber.

Pai de paciente sofre com incerteza sobre o futuro de tratamento

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) trouxe nova preocupação para o coordenador administrativo Aguinaldo Vicente Junior, morador de São Paulo. Ele já viveu momentos de angústia quando seu plano de saúde negou por duas vezes o tratamento com canabidiol para o filho, diagnosticado com epilepsia nos primeiros dias de vida. O plano alegava que o tratamento não constava no rol de cobertura obrigatória da ANS. Ele recorreu ao Judiciário e, após uma primeira negativa, conseguiu decisão determinando ao plano o fornecimento do canabidiol.

Depois disso, vem recebendo regularmente a medicação do convênio, com a condição de, a cada seis meses, apresentar relatório médico dizendo da necessidade de ser mantido o tratamento. "Recebi com surpresa a decisão, pois acreditava que o STJ iria julgar favorável a quem mais precisa. Até o momento, não recebi nenhuma informação do convênio, mas espero que os casos já julgados não sofram nenhuma mudança", disse.

O filho de Aguinaldo, atualmente com 22 meses, dias após o nascimento apresentou sangramento digestivo, sendo transferido para UTI neonatal, onde evoluiu para hemorragia intensa que atingiu áreas do cérebro. Durante o período em que esteve na unidade, a criança apresentou crises epiléticas resistentes aos tratamentos convencionais. Ao longo dos meses de acompanhamento, o bebê evoluiu para a Síndrome de Lennox Gastaut, tipo de epilepsia de controle difícil mesmo com medicação.

A equipe médica decidiu introduzir o canabidiol para controlar as crises epiléticas. A medicação, segundo o relatório, reduziu as crises e melhorou a qualidade do sono da criança.

TRANSPLANTE. O corretor de imóveis Washington Miranda, residente em Belém (PA), foi acometido de problemas de saúde que levaram os médicos a atestarem a necessidade de um transplante de fígado, em abril. Quando recorreu ao plano, foi informado de que a cirurgia não estava no rol de procedimentos cobertos.

Miranda recorreu à justiça e obteve decisão favorável. "Hoje estou me recuperando bem, graças a Deus e à sentença do juiz. Se não fosse pela via judicial, não sei como iria conseguir o tratamento, nem como seria minha vida hoje. Por isso, acho essa decisão do STJ muito preocupante", disse. ● JOSÉ MARIA TOMAZELA

Ação regular
A cada 6 meses, ele deve apresentar relatório sobre a necessidade de uso do canabidiol

Epidemia

SP confirma primeiro caso no Brasil de varíola dos macacos

Paciente é um homem de 41 anos, residente na capital e que teve viagem para Portugal e Espanha; há ainda outro caso suspeito

O Estado de São Paulo confirmou ontem o primeiro caso da varíola dos macacos no Brasil. O paciente é um homem de 41 anos, que mora na capital paulista e tem histórico de viagem para Portugal e Espanha. Ele está internado no Instituto de Infectologia Emílio Ribas e, segundo a secretaria estadual de Saúde, "em bom estado clínico".

Todos os contatos do paciente nas últimas semanas estão sendo monitorados pelas equipes de Vigilância, segundo a pasta estadual. A confirmação de que o paciente estaria infectado pela varíola dos macacos foi feita pelo Instituto Adolfo Lutz, após realização de diagnóstico diferencial de detecção por RT-PCR do vírus *Varicela Zoster* (com resultado negativo) e análise metagenômica do material genético, quando então foi identificado o genoma do *Monkeypox*.

Um segundo caso suspeito da doença, também no Estado, é acompanhado desde a semana passada pelo Centro de Vigilância Epidemiológico (CVE) estadual e a pela Prefeitura de São Paulo. A paciente é uma mulher de 26 anos, que também mora na capital paulista. Ainda na véspera, a Secretaria Municipal de Saúde afirmou que ela está internada em um hospital público, apresenta quadro clínico estável e não tem histórico de viagem recente nem de contato com casos suspeitos, a princípio.

Até a última quarta-feira, o Brasil acompanhava oito casos suspeitos da doença, nos Estados de São Paulo, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rondônia. Há três semanas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia pedido reforço de medidas não farmacológicas, como distanciamento, uso de máscara e higienização frequente de mãos, em aeroportos e aeronaves, para retardar a entrada do vírus da varíola dos macacos no Brasil. O Ministério da Saúde instituiu uma sala de situação para monitorar o cenário do vírus *monkeypox* no Brasil.

EUROPA. O primeiro caso europeu da varíola dos macacos foi confirmado ainda em 7 de maio, em um indivíduo que retornou à Inglaterra da Nigéria, onde a doença é endêmica. Depois disso, países como Estados Unidos, Canadá e Austrália, confirmaram casos.

Dados mais recentes da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam para mais de 1,2 mil casos em mais de 30 países. Em Portugal, houve 18 casos registrados em 24 horas e o número total já chega ontem a 209 confirmações. Todas as infecções são de homens entre 19 e 61 anos – a maioria com mais de 40 anos. Todos os doentes, porém, apresentam bom quadro clínico, segundo a Direção-Geral de Saúde.

Já a Espanha chegou a 242 casos confirmados. Para tentar conter as contaminações, o Ministério da Saúde local decidiu ontem vacinar todos os contatos próximos de todas as pessoas infectadas. Ainda ontem um painel consultivo independente da Alemanha recomendou a utilização de vacinas, também para evitar o avanço nos contágios. ●

O QUE SE SABE

Existem duas cepas principais: a do Congo, que é mais grave, com até 10% de mortalidade, e a da África Ocidental, com taxa de cerca de 1%

Como se dissemina

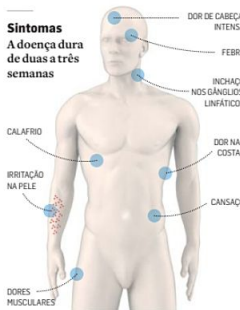
Principalmente por animais, em geral roedores

Mordidas, arranhões e consumo de carne de animais selvagens

Transmissão entre humanos

É possível, mas rara. Ela pode ocorrer por meio do contato com secreções do trato respiratório infectadas ou por lesões na pele

Sintomas

A doença dura de duas a três semanas

FONTE: CENTROS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Investigação da OMS sobre origem da covid é inconclusiva

A OMS informou ontem que sua mais recente investigação sobre as origens da covid-19 também foi inconclusiva – em grande parte porque faltam dados da China para uma melhor análise. O painel de especialistas, porém, considera que todos os dados disponíveis indicam que o novo coronavírus provavelmente veio de animais, com maior probabilidade para morcegos.

● COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Educação

USP sobe 6 posições no ranking das melhores universidades

O Brasil tem 35 universidades entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, conforme o ranking *QS World University Ranking*, divulgado nesta semana. Na edição anterior do levantamento, um dos principais na análise internacional de ensino superior, eram 27 instituições brasileiras. A melhor colocada é a Universidade de São Paulo (USP), em 115.º lugar, seis posições acima do que obteve em 2021.

Entre as brasileiras com melhores colocações estão a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 210.ª, e a Federal do Rio (UFRJ), em 333.ª. A maioria das brasileiras da lista é pública, exceto as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) do Rio, São Paulo, Campinas, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas, além do Mackenzie. O Brasil é a nação latino-americana com mais representantes. No topo estão o Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), dos EUA, Universidade de Cambridge, do Reino Unido, e Stanford, também americana.

O ranking, que está na 19.ª edição, analisou mais de 2,4 mil universidades, de 100 países, e quase 1,5 mil foram incluídas na lista. Entre os critérios para classificar as instituições estão reputação acadêmica e entre empregadores, proporção de professor por aluno, citações científicas, proporção de docentes estrangeiros, entre outros elementos.

Segundo Ben Sowter, vice-presidente sênior da QS, o ensino superior brasileiro enfrenta desafios, diante de reduções de verba por parte do governo. "Considerando que a maioria das pesquisas brasileiras é realizada por universidades públicas e financiada por recursos estatais e nacionais, estes cortes são um golpe nas ambições das universidades do País", afirma. "Apesar disso, o Brasil continua a produzir pesquisas relevantes e importantes. Por exemplo, Jaqueline Goes de Jesus, da Universidade de São Paulo (USP), alcançou reconhecimento global por seu trabalho sequenciando o genoma de uma variante da covid-19."

Em abril, a USP já apareceu entre as 100 melhores em cinco áreas do QS: Ciências da Vida e Medicina, Artes e Humanidades, Ciências Sociais e Administração, Ciências Naturais e Engenharia e Tecnologia. ●

AGENDA COVID

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO

Permanece também na capital paulista a aplicação da quarta dose em pessoas acima de 50 anos, assim como todos os profissionais de saúde com mais de 18 anos, desde que tenham tomado a terceira dose há pelo menos quatro meses. Foco também nos que estão com doses em atraso.

RIBEIRÃO PRETO

A Secretaria Municipal de Saúde oferta a partir desta sexta-feira, no site do município, o agendamento para a aplicação da quarta dose da vacina contra a covid-19 para trabalhadores da saúde com idade entre 18 e 49 anos.

RIO DE JANEIRO

Permanece a aplicação da quarta dose em pessoas acima de 50 anos que tenham recebido a terceira dose há pelo menos quatro meses. Todas as crianças acima de 5 anos que ainda não foram vacinadas devem comparecer com os pais ou responsáveis a um dos postos de imunização oficial espalhados pela cidade.

CURITIBA

Podem ser imunizados com a quarta dose todos os idosos nascidos até 1964. A terceira deve ter sido administrada há pelo menos quatro meses. Continua a aplicação ainda para todos os demais grupos elegíveis, sobretudo os com doses atrasadas. ●

Números

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

TOTAL DE MORTES	667.849
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	148
MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	124
TOTAL DE VACINADOS	178.778.099
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	31.360.157
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	45.644
NÚMERO DE RECUPERADOS**	30.158.256

* ATÉ AS 20H DE ONTEM
** NÚMEROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.
https://bityli.com/7JErsR

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 15° (92%) | TARDE 20° (78%) | NOITE 16° (88%) | VOLUME DE CHUVA 20MM | UMIDADE RELATIVA 70%

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
11°/16°	10°/16°	8°/16°	9°/18°

SOL — NASCENTE: 6H44 / POENTE: 17H27

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	7/06	11H49
CHEIA	14/06	8H52
MINGUANTE	21/06	0H11
NOVA	28/06	23H53

Estado de SP

Cidade	Mín./Máx.
VOTUPORANGA	17°/25°
FRANCA	16°/23°
S. J. DO RIO PRETO	18°/24°
ARAÇATUBA	17°/24°
RIBEIRÃO PRETO	17°/23°
ARARAQUARA	17°/23°
ADAMANTINA	16°/23°
PRESIDENTE PRUDENTE	15°/22°
MARÍLIA	15°/21°
SÃO CARLOS	16°/22°
C. DO JORDÃO	12°/17°
BAURU	16°/22°
CAMPINAS	17°/22°
PIRACICABA	17°/23°
S. J. DOS CAMPOS	15°/23°
OURINHOS	15°/21°
ITAPETININGA	15°/20°
SOROCABA	15°/20°
SÃO PAULO	15°/20°
UBATUBA	18°/26°
GUARUJÁ	19°/22°
ITAPEVA	13°/19°
SANTOS	19°/22°
IGUAPE	15°/23°
CANANEIA	17°/21°

ACIMA DE 32° | 28° | 24° | 19° | ABAIXO DE 19°

● Dia úmido e instável, com chuva a qualquer momento. Há risco de chuva e vento fortes.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: 25 nós (N, NE, L, SE, S, SO, O, NO) | Ondas: 1,0m

HOJE		
5h45	↓	0.6
11h10	↑	1.2
18h37	↓	0.5

SÁBADO, 11		
0h41	↑	1.2
6h45	↓	0.5
12h34	↑	1.3
19h46	↓	0.5

DOMINGO, 12		
1h34	↑	1.2
7h39	↓	0.4
13h46	↑	1.4
20h44	↓	0.5

SEGUNDA, 13		
2h20	↑	1.2
8h28	↓	0.2
14h46	↑	1.5
21h36	↓	0.5

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	22°/27°	MACEIÓ	22°/26°
BELÉM	23°/31°	MANAUS	23°/32°
BELO HORIZONTE	14°/27°	NATAL	25°/30°
BOA VISTA	23°/29°	PALMAS	21°/36°
BRASÍLIA	13°/28°	PORTO ALEGRE	9°/17°
CAMPO GRANDE	15°/20°	PORTO VELHO	23°/28°
CUIABÁ	18°/23°	RECIFE	24°/28°
CURITIBA	11°/18°	RIO BRANCO	21°/26°
FLORIANÓPOLIS	14°/22°	RIO DE JANEIRO	19°/27°
FORTALEZA	23°/28°	SALVADOR	23°/28°
GOIÂNIA	16°/30°	SÃO LUÍS	24°/30°
JOÃO PESSOA	24°/28°	TERESINA	21°/32°
MACAPÁ	24°/29°	VITÓRIA	17°/29°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	-1	15°/22°	MÉXICO	-2	17°/28°
ATENAS	6	21°/27°	MIAMI	-1	25°/33°
BARCELONA	5	19°/29°	MONTEVIDÉU	0	9°/12°
BERLIM	5	13°/25°	MOSCOU	6	15°/26°
BRUXELAS	5	14°/22°	NOVA YORK	-1	14°/27°
BUENOS AIRES	0	9°/14°	PARIS	5	12°/24°
CARACAS	-1	20°/29°	ROMA	5	20°/27°
CHICAGO	-2	14°/16°	SANTIAGO	-1	9°/21°
ESTOCOLMO	5	13°/23°	SYDNEY	13	8°/15°
GENEBRA	5	4°/18°	TEL-AVIV	6	22°/33°
JOHANNESBURGO	5	10°/19°	TÓQUIO	12	20°/24°
LIMA	-2	17°/17°	TORONTO	-1	12°/20°
LISBOA	4	17°/35°	WASHINGTON	-1	14°/26°
LONDRES	4	15°/22°			
LOS ANGELES	-4	22°/33°			
MADRID	5	18°/34°			

CLIMATEMPO — A StormGeo Company

Investigação

Polícia apura ligação de vereador do PT em São Paulo com o PCC

Deic lança operação em que investiga ainda o envolvimento de Senival Moura em um homicídio; parlamentar nega

MARCELO GODOY
MARCO ANTÔNIO CARVALHO

A Polícia Civil deflagrou operação ontem para investigar o envolvimento do vereador de São Paulo Senival Moura (PT) em um crime de homicídio, além de supostas ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC) na gestão de uma empresa de ônibus da capital paulista. Buscas foram autorizadas pela Justiça em oito endereços ligados ao vereador e a outros suspeitos; duas prisões temporárias foram decretadas.

De acordo com o Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), a investigação começou depois da morte de Adauto Soares Jorge, ex-presidente da empresa de transporte Transunião, que tem contrato com a Prefeitura de São Paulo. Adauto foi executado em 4 de março de 2020. A partir do homicídio, a polícia diz ter descoberto o envolvimento do crime organizado com a empresa.

Em nota, o vereador nega as acusações e disse ter sido "surpreendido" pela operação policial na casa dele. "Quero aqui reafirmar que eu não tenho nenhum envolvimento com as ações que estão sendo noticiadas. Entretanto, estou à disposição da Justiça para quaisquer esclarecimentos", declarou.

Lavagem de dinheiro
Suspeitas atingem gestão de uma empresa de ônibus que mantém contrato com a Prefeitura

"Sobre o Adauto Jorge Soares sinto até hoje essa perda, principalmente pela forma cruel e violenta que foi."

Segundo a polícia, a Transunião "era utilizada para a lavagem de dinheiro de membros do PCC". A empresa não respondeu aos questionamentos da reportagem.

A Prefeitura informou que a Transunião tem frota de 564 veículos e atende 49 linhas. "No momento, não há alteração na operação do sistema. A população que depende do serviço, em média 315 mil pessoas, segue sendo plenamente atendida." Também destacou que a Secretaria Executiva de Mobilidade e Transportes e a SPTrans "não foram informadas formalmente a respeito do teor das investigações". Mas assegurou que vai "acompanhar e colaborar com a polícia em tudo que for solicitada".

De acordo com a polícia, foi apreendida uma relação de 521 ônibus. Ao lado do veículo, vinha o nome do "laranja" e do verdadeiro dono. Cerca de 40% dos ônibus seriam pertencentes a membros do PCC.

IRMÃO. Senival é líder do PT na Câmara e presidente da Comissão de Trânsito e Transporte. É irmão do ex-deputado estadual Luiz Moura, expulso do PT em 2014 após ter sido flagrado pela polícia em uma reunião em que, segundo a investigação, havia membros do PCC. ● COLABOROU LEON FERRARI

SÃO PAULO RECLAMA

Dificuldade de cancelar uma compra eletrônica

Reclamação de Ualefi Augusto Ivo de Lima: "Comprei um guarda-roupas no cartão da minha sogra e ao fazer o pagamento no cartão acabei colocando à vista, mas precisava que fosse compra parcelada. Tentei cancelar a compra imediatamente e o Mercado Livre não cancelou. Mandou enviar mensagem para o vendedor, que me respondeu com mensagens automáticas. Antes o Mercado Livre fazia cancelamentos automaticamente, agora está com o hábito de colocar o cliente em contato com os vendedores e eles sempre dificultam e em muitos casos causam confusão."

Resposta do Mercado Livre: "O Mercado Livre informa que a compra do consumidor foi cancelada e o valor estornado será devolvido no fechamento de sua fatura do cartão de crédito. Caso a fatura atual já esteja fechada, o saldo será atualizado na próxima. Se necessário, o cliente ainda poderá entrar em contato com seu banco para mais detalhes sobre o devido estorno. Permanecemos à disposição para mais esclarecimentos." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Club de Regatas Tietê

Em regozijo pela passagem do 15.o anniversario da sua fundação o club de Regatas Tietê fará realisar amanhan em sua séde social, na Chacara da Floresta, Ponte Grande, um festival esportivo de cujo programma que publicaremos opportunamente, terá provas de athletismo, provas de remo e uma festa veneziana que terá inicio às 20 horas, logo depois de serem queimados fogos de artificios. Aos barcos que na festa forem classificados em 1.o e 2.o logares a directoria do club fará entrega de premios... ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

A família de

† **Jacqueline Martin Zarouk**
"Jackie"

agradece as manifestações de pesar e convida para a missa de 7º dia a ser realizada na quarta-feira, dia 15 de junho às 11h, na Paróquia São José, Rua Dinamarca, nº 32 - Jd. Europa

Estera Schindler – Aos 94 anos. Filha de Abram Jankiel Zylberman e Dvojra Ides Zylberman. Deixa as filhas Lilian e Margot. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

Ursulina Alves Cardoso – Aos 94 anos. Era viúva de Jose Alves Cardoso. Deixa os filhos Sebastião, Eunice, José, João, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Alexandrina de Souza – Aos 88 anos. Era viúva de Sebastião Alves de Souza. Deixa o filho Ronaldo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Ester Bromberg – Aos 76 anos. Filha de Chaim Jakub Wikanski e Emma Wikanski. Deixa os filhos Jairo, Renata e parentes. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

Ana Maria Cardozo Abd El Azim – Aos 59 anos. Era casada com Ali Mohamed Abd El Azim Ali. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSAS

Ana Maria Colletes Pinto e Silva – Hoje, às 12 horas, na Paróquia de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, na R. Honório Líbero, 100, Jardim Paulistano (7º dia).

Veralice Summa – Dia 13, às 18h30. Paroquia Santissimo Sacramento, na R. Tutóia, 1125, Paraíso (7º dia).

Jorge Frederico Messas Bittar – Hoje, às 19 horas, na Paróquia São Dimas, na R. Domingos Fernandes, 588, Vila Nova Conceição (7º dia).

Caio Souza se garante em duas finais na Copa do Mundo de ginástica

Campeonato Brasileiro

Corinthians rescinde contrato de Jô após pagode e falta a treinamento

Clube diz que atacante pediu a antecipação do fim do vínculo que iria até dezembro de 2023 e foi atendido; jogador ficou sem clima após se envolver em seguidas confusões

A participação em um pagode na noite de terça-feira, no momento em que o time jogava, e perdia, em Cuiabá, e a falta ao treinamento no dia seguinte significaram o fim da linha para Jô no Corinthians. O atacante teve o contrato rescindido ontem. O compromisso iria até dezembro de 2023, mas as últimas polêmicas que protagonizou anteciparam o encerramento de sua terceira passagem pelo clube que o formou.

Oficialmente, a rescisão foi pedida por Jô e feita de comum acordo. No entanto, o clima para o atacante no clube não era bom há algum tempo, por seguidos episódios de mau comportamento extracampo.

O Corinthians foi respeitoso ao comunicar a saída do jogador de 35 anos, que se recupera de um trauma no pé, mas mesmo assim optou por ir a uma casa noturna na terça. "Nesta quinta-feira (09), o Sport Club Corinthians Paulista e o atleta Jô chegaram a um acordo para o encerramento do contrato. O jogador manifestou a vontade de rescindir o vínculo de forma antecipada. O Corinthians aceitou a decisão do atleta e informa que o contrato, com validade até dezembro de 2023, foi encerrado. Ao Filho do Terrão, maior artilheiro da história da Neo Química Arena, bicampeão Brasileiro e campeão Paulista, o Corinthians agradece por todos os momentos e deseja o melhor na sequência da carreira de um dos grandes nomes da história do Clube", informou o clube, por nota.

REPRODUÇÃO

Jô foi se divertir numa casa noturna enquanto o Corinthians jogava

Jô já criara mal-estar no mês de março. Foi multado pelo por faltar dois dias seguidos aos treinos. Teria comemorado o seu aniversário no Rio e não conseguiu voltar a tempo para se apresentar ao clube. Ele não havia sido relacionado para o jogo contra o Novorizontino pelo Paulistão, mas deveria ter se ido ao CT Joaquim Grava para seguir o tratamento de um desconforto na coxa.

Na ocasião, recebeu um ultimato do técnico Vítor Pereira. "O Jô tem que aprender que é preciso conduta profissional. Jogador experiente, espero que ele tenha aprendido com a situação e não volte a acontecer. Costumamos dizer que na vida podemos errar, mas duas vezes não pode acontecer", disse o português.

COLEÇÃO DE POLÊMICAS. Jô se meteu em várias confusões nesta sua última passagem pelo Corinthians. Em 9 de dezembro passado, por exemplo, após a última rodada do Brasileirão, desapareceu por três dias para supostamente ir a uma festa de Douglas Costa, ex-Grêmio, em Porto Alegre. Ao reaparecer, foi às redes sociais pedir desculpas à família e anunciar o fim de seu casamento. "Sou um otário", escreveu. Como os atletas estavam de férias, o Corinthians não se pronunciou sobre o episódio.

Em junho passado, entrou em campo com uma chuteira verde, que e alegou ser azul, e foi alvo da torcida e multado pelo clube. Meses antes, publicou fotos em um hotel com Otero, então no Corinthians, em meio a um surto de covid-19 no elenco do Alvinegro. ●

Flamengo contrata Dorival Júnior para o lugar de Paulo Sousa

Dorival Júnior será o sucessor de Paulo Sousa no Flamengo. O treinador de 60 anos acertou a sua saída do Ceará ontem e vai assinar com o clube carioca. O Flamengo decidiu demitir Paulo Sousa após a derrota para o RB Bragantino por 1 a 0, na quarta-feira. O português foi comunicado apenas após o treino de ontem. Ele será indenizado em R$ 7,7 milhões pelo clube. ●

Palmeiras goleia Botafogo e reassume a liderança

O Palmeiras reassumiu a liderança do Brasileirão ao atropelar o Botafogo ontem à noite, no Allianz Parque. Goleou por 4 a 0 e poderia ter feito mais em noite inspirada de Rony e Gustavo Scarpa. O Alviverde soma 19 pontos e superou o Corinthians, que tem 18.

Existe um abismo que separa Palmeiras e Botafogo atualmente. Isso ficou claro no gramado do Allianz Parque. Somente no primeiro tempo, foram três gols em 34 minutos, além de um gol anulado e duas bolas de Dudu na trave.

Na ausência de Raphael Veiga, contundido, Scarpa e Rony comandaram o passeio em casa. O atacante marcou o primeiro e o terceiro gols e o meia fez o segundo. Além disso, deu as duas assistências para o camisa 10 ir às redes.

No segundo tempo, Abel aproveitou a vantagem para descansar Danilo, Gabriel Veron, Scarpa e Rony. No fim, Wesley selou o triunfo com uma pintura ao acertar o ângulo esquerdo de Gatito. ● RICARDO MAGATTI

10ª RODADA DO BRASILEIRÃO

PALMEIRAS 4 × **BOTAFOGO** 0

Gols: Rony, aos 10 e aos 34, e Gustavo Scarpa, aos 17 do 1º tempo. Wesley, aos 41 do 2º.
PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Murilo, Luan e Piquerez; Danilo (Fabinho), Zé Rafael e Gustavo Scarpa (Atuesta); Dudu (Breno Lopes), Gabriel Veron (Rafael Navarro) e Rony (Wesley).
Técnico: Abel Ferreira.
BOTAFOGO: Gatito Fernandez; Saravia, Kanu, Cuesta e Hugo; Tchê Tchê (Kayque); Lucas Fernandes (Chay), Luiz Oyama (Del Piage); Daniel Borges, Vinicius e Victor Sá.
Técnico: Luís Castro.
Juiz: Anderson Daronco (Fifa/RS).
Amarelo: Saravia .
Público: 33.431 torcedores.
Renda: R$ 2.094.253,17.
Local: Allianz Parque.

São Paulo sai na frente, mas vacila e empata com o Coritiba

O São Paulo pagou de novo o preço por não definir o jogo no primeiro tempo. Teve excelente atuação nos 45 minutos, marcou com Calleri e criou diversas chances para ampliar. Não aproveitou e viu o Coritiba buscar o empate por 1 a 1 na etapa final, ontem, no Couto Pereira, gol de Alef Manga.

Ambas as equipes estão com 15 pontos no Brasileirão, com os paranaenses em 5º e os paulistas em 6.º. ●

10ª RODADA DO BRASILEIRÃO

CORITIBA 1 × **SÃO PAULO** 1

Gols: Calleri, aos 4 minutos do 1ºT; Alef Manga, aos 14 minutos do 2ºT.
CORITIBA: Alex Muralha; Natanael, Luciano Castán, Henrique e Guilherme Biro; Val (Robinho), Bernardo (Galarza) e Thonny Anderson (Clayton); Adrián Martínez (Neilton), Igor Paixão e Alef Manga (Fabrício Daniel). **Técnico:** Gustavo Morínigo.
SÃO PAULO: Jandrei, Diego Costa, Miranda e Léo; Rafinha, Luan (Patrick), Nestor, Igor Gomes e Reinaldo (Welington); Luciano (Eder) e Calleri.
Técnico: Rogério Ceni.
Árbitro: Wagner Magalhães (RJ).
Amarelos: Diego Costa, Adrián Martínez, Alef Manga, Igor Paixão, Igor Gomes, Eder.
Público e renda: Não fornecidos.
LOCAL: Couto Pereira, em Curitiba.

O MELHOR NA TV

FÓRMULA 1
● **GP do Azerbaijão** (treinos)
8h e 11h / BandSports

● **Liga das Nações - Masc.**
Sérvia x Argentina
12h / SporTV 2

● **Liga das Nações da Uefa**
Áustria x França
15h45 / ESPN
Dinamarca x Croácia
15h45 / SporTV

● **Série B**
Sampaio Corrêa x Náutico
19h / Première
Chapecoense x Criciúma
21h30 / SporTV e Première

BASQUETE
● **NBA**
Boston Celtics x Golden State (final, jogo 4)
22h / Band e ESPN 2

VÔLEI

FUTEBOL

— Estúdio ganha fôlego ao criar filmes com tramas ambientadas em realidades paralelas

Marvel traça seu futuro ao apostar no multiverso

DIVULGAÇÃO

A origem
Foi com 'O Incrível Hulk', de 2008, que a Marvel começou a usar oficialmente o conceito de multiverso, somando mais de 20 filmes

MATHEUS MANS

O lançamento do trailer de *Thor: Amor e Trovão* causou uma surpresa generalizada: em vez de Chris Hemsworth, quem empunha o lendário martelo Mjölnir é Natalie Portman. No lugar de Anthony Hopkins como Odin, morto em uma das aventuras dos *Vingadores*, está um bonachão Russell Crowe. Nas redes sociais, fãs já começaram a se questionar: será que é a Marvel entrando ainda mais nas maravilhas, desafios e surpresas do multiverso?

Não se sabe, por enquanto, se a nova versão de Thor e Odin, que estreia dia 7 de julho, é parte dessa colisão de universos ou se existirá uma explicação dentro do próprio Universo Cinematográfico da Marvel (UCM), sem viagens temporais. Mas o fato é que esse termo, de apenas dez letras, tem revolucionado uma franquia de filmes que começou oficialmente em 2008 com *O Incrível Hulk* e já acumula mais de 20 filmes, seis séries originais e bilhões de bilheteria.

"Se, de 2008 para cá, a Marvel Studios apostou na criação do universo compartilhado conectando seus filmes como acontece nos quadrinhos há bastante tempo, o sucesso dessa empreitada abre as portas para que a estrutura do multiverso seja o próximo passo no audiovisual", diz Antônio Davi Delfino, doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará e autor de *Universo Compartilhado Marvel: Dos Quadrinhos ao Cinema*.

ORIGEM. Antes de entender mais sobre o multiverso, vale a pena conhecer como ele surgiu. Apesar de novo no UCM, ele já é sessentão nos quadrinhos: a ideia apareceu em 1962, quando Tocha Humana, do Quarteto Fantástico, visita a Quinta Dimensão em *Strange Tales #103*. Foi mais uma brincadeira científica, aproveitando o viés cósmico desse quarteto de heróis. Era, até então, mais uma sacada localizada e específica, sem maiores pretensões.

Só que a Marvel viu, nessa possibilidade, uma forma de corrigir situações que se contradiziam nos quadrinhos, muito por conta das histórias escritas por diferentes artistas e roteiristas. Com isso, o termo aparece de fato em 1977, em *What If?*, publicação que, tal qual a série, explorava personalidades de personagens conhecidos e reunia grupos que, nas revistinhas normais, quase nunca se cruzavam ou nas quais viviam até mesmo em eras distintas.

A partir disso, inicialmente sem preocupação com explicações de como esse multiverso poderia acontecer dentro dos quadrinhos, a Marvel começou a publicar histórias que se passavam em outros universos. Era a deixa da qual eles precisavam para trazer personagens queridos de volta à vida, promover uniões inesperadas dentro de um título que vendia milhões de exemplares ou até brincar com universos absurdos e totalmente inesperados.

"O multiverso surgiu para solucionar um problema de contradição. Várias histórias eram desenvolvidas por artistas e roteiristas diferentes, começando a aparecer situações contraditórias. É uma maneira de lidar com essas histórias que se anulavam umas às outras, dando liberdade aos autores", explica Márcio Moreira, pesquisador de histórias em quadrinhos e autor de *Mundos Paralelos: O Papel da Imagem na Construção dos Multiversos de Super-Heróis*.

Contradições
Para a Marvel, era a chance de corrigir situações surgidas em histórias de diferentes roteiristas

Dentre os maiores sucessos de histórias que se dedicam a explorar o multiverso estão o *Universo Ultimate* (Terra-1610), com bases um pouco mais realistas para os personagens, chegando a eliminar alguns poderes; *Zumbis Marvel* (Terra-2149) que, como o próprio nome diz, insere os mortos-vivos dentro desse universo de super-heróis; a *Marvel 1602* (Terra-311), escrita por Neil Gaiman, e que coloca os heróis em uma Terra ainda pouco explorada; e, um dos mais ousados, o *Amálgama* (Terra-9602), que mistura personagens da Marvel e DC.

"Quem lê os quadrinhos da Marvel, mais cedo ou mais tarde vai ser apresentado ao conceito do multiverso. Não tem como fugir disso. Por isso, acho que faz sentido que o tema seja levado para o universo cinematográfico", esclarece Lucas Werneck, quadrinista brasileiro de 28 anos que passou pela DC Comics e agora empresta seus traços à Marvel, principalmente nas HQs dos X-Men. "Este é um conceito que abre infinitas possibilidades criativas."

COMO FUNCIONA. Desde esse começo atropelado da Marvel nas HQs, sem explicação clara do que estava acontecendo, a Casa das Ideias começou a colocar algumas regras no multiverso. Primeiramente, definiram o multiverso como "uma coleção de universos alternativos que compartilham uma hierarquia universal", com algumas realidades nascendo de eventos com entidades cósmicas ou, como é mais comum, formadas por tradicionais viagens temporais.

A Marvel ainda criou uma entidade, o Tribunal Vivo, para proteger esses multiversos. Em essência, ele evita que um universo acumule muitos poderes e perturbe o equilíbrio cósmico mantido por *Aquele Acima de Tudo* – uma representação de Deus na Marvel. Por fim, a Casa das Ideias ainda criou a agência temporal Time Variance Authority (TVA), apresentada na série *Loki*, e que observa discrepâncias temporais para manter a "continuidade oficial".

O fato é que tudo nasce da física. Ainda que não conte com viagens temporais, o conceito de multiverso se amplificou conforme a teoria do espaço e tempo e ganhou profundidade no ambiente acadêmico com a Teoria da Relatividade. Realidades dividem tempo e espaço. "São como bolhas de sabão flutuando em um universo ainda maior", explica William Santos, físico e pesquisador da Teoria da Relatividade. "O multiverso é a so-

FOTOS DISNEY STUDIOS

JASIN BOLAND/MARVEL

1. Benedict Cumberbatch em 'Doutor Estranho no Multiverso da Loucura'

2. 'Vingadores: Ultimato'

3. Natalie Portman e Chris Hemsworth em 'Thor: Amor e Trovão'

breposição das bolhas."

O termo foi explorado cientificamente pela primeira vez em 1952, por Erwin Schrödinger e, desde então, não saiu mais da boca da cultura pop. "É claro que há adaptações e uma boa parte de criatividade na forma como isso é contado. Mas é interessante colocar um conceito tão duro, complicado e áspero da física como a dos universos paralelos cada vez mais perto do público", continua William. "É legal ver conceitos da física traduzidos para os cinemas."

FUTURO, MULTIVERSO E MARVEL. Com isso posto à mesa, surge a questão: como fica o Universo Cinematográfico Marvel? De um lado, há a preocupação de que a Marvel torne os filmes complexos demais – com tantos personagens, reencontros e histórias se misturando, fica a sensação de que são conteúdos demais que precisam ser consumidos antes de assistir a um único filme. Será que isso não vai deixar engessado demais algo que deveria ser divertido?

"O multiverso traz para essa equação o fator multiplicidade, que pode tanto complicar quanto facilitar o acesso às histórias. A princípio, a instância do multiverso exige uma abstração da realidade que subverte a tese da realidade como unitária e linear a que estamos acostumados", analisa Delfino. "Apresentar e popularizar esse conceito é um desafio que avança na serialização do cinema inerente às sagas do universo compartilhado."

Por outro lado, conforme avança a abstração e o público aceita a colisão de histórias, especialistas veem uma forma de tornar tudo mais simples. "O multiverso surgiu para dar uma maior liberdade para as histórias não ficarem tão presas. Os novos fãs terão horas e horas para assistir", avisa o pesquisador Márcio Moreira. "O multiverso traz histórias diferentes, sem toda aquela carga, mesmo histórias que se contradizem. Se o Homem de Ferro morreu, em outra história pode ser trazido de volta." ●

Evolução

Veja como o multiverso aparece em cada filme

● **Vingadores: Ultimato**
O multiverso foi apresentado ao público pela primeira vez em 2019 (Disney+).

● **What If?**
A Marvel embarca de vez no multiverso com pequenas histórias animadas em universos paralelos (Disney+).

● **Loki**
O eterno vilão-irmão de Thor mostra que, no multiverso, há várias versões dos mesmos personagens (Disney+).

● **Homem-Aranha: Sem Volta para Casa**
O espetáculo do multiverso, com o clássico encontro das três versões do Homem-Aranha (Amazon Prime).

● **Doutor Estranho no Multiverso da Loucura**
O filme estabelece a lógica do multiverso, com detalhes e possibilidades (no cinema).

● **Homem-Formiga e a Vespa: Quantumania**
A história do herói microscópico dá um olhar diferente ao multiverso (em 2023).

Sociedade

Homem consegue adotar o filho da ex-mulher

Processo de adoção do menino, hoje com 11 anos, demorou quase uma década. Mãe morreu de câncer em 2013

LUCIANO NAGEL
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

ARQUIVO PESSOAL

Rodrigo Medina Lopes gravou a reação do filho adotivo Bruno Carneiro Lopes ao saber da decisão

O corretor de planos de saúde Rodrigo Medina Lopes, de 45 anos, viralizou na internet na última semana ao publicar a gravação da reação emocionada do jovem Bruno Carneiro Lopes, de 11 anos, lendo a decisão judicial que oficializou a adoção e a nova certidão de nascimento com o nome do pai adotivo. Bruno é filho da ex-mulher de Rodrigo Lopes, que morreu de câncer em 2013. Agora, o laço entre os dois, que vem desde a infância do menino, está totalmente oficializado.

Foram quase dez anos de espera até que o cartório expedisse, sob ordem judicial, a certidão de adoção. "Isto me dá paz de saber que ele está registrado e tem meu sobrenome, entende? Que Bruno terá acesso aos benefícios que eu tenho em relação a seguro de vida, planos de saúde. É uma felicidade e uma garantia que estará super acolhido, caso ocorra algo comigo. Eu trabalhei muito na vida e sei que ele terá os mesmos direitos que a irmã dele", disse Lopes, em entrevista ao **Estadão**.

Ele vive com Bruno em um apartamento na zona norte de Porto Alegre. Foi lá que o pai gravou o vídeo que registrou o momento de felicidade do garoto ao ler a decisão da Justiça. As imagens viralizaram nas redes sociais e comoveram internautas.

"O significado de adoção para mim é o maior amor. É amar e assumir um filho que nasceu para mim, e não feito por mim. Isso que aconteceu comigo, acontece com as mulheres todos os dias, é considerado 'normal', digamos assim, para a sociedade. Precisamos normalizar que pai também pode criar o filho sozinho", reforçou.

CASAL. Ele foi casado com Rejane Carneiro. Eles se conheceram ainda adolescentes. Moravam no município de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre. Aos 18 anos, se casaram e decidiram morar juntos. Durante a união, tiveram uma filha, Luana.

Aos 30, o casal se separou e, posteriormente, Rejane acabou se envolvendo com outro rapaz – e ficou grávida do segundo filho, Bruno. O homem não quis assumir a paternidade. Ao saber do caso, Lopes, que na época morava em São Paulo, começou a cuidar da criança, que tinha apenas 2 anos.

> *'Toda vez que entrava em contato com o Fórum, diziam sempre o mesmo: o processo está em andamento e precisa esperar o parecer da juíza. Talvez tenha demorado por eu ser homem e solteiro. E qual o problema?'*
> **Rodrigo Medina Lopes**
> Corretor de planos de saúde

"Tu não tens ideia do que eu ouvi de asneiras no início da adoção. Meus amigos me perguntavam: cara, tu és louco? Tu não tens ideia do que tu quer para tua vida? Ao menos te casa para essa criança ter uma mãe. Tu tens uma profissão que pode te levar para o mundo todo (*na época trabalhava no ramo da hotelaria*). É sério que tu vais parar a vida para criar uma criança de 2 anos, um filho que nem é teu?", lembrou Lopes, citando a reação das pessoas que se diziam bons amigos dele.

PERDA. Bruno nasceu em dezembro de 2010. Meses depois, em agosto de 2011, Rejane descobriu um câncer no útero, que havia se desenvolvido no mesmo período da gravidez e que, por isso, estava camuflado. Após a descoberta, a mãe de Bruno começou a fazer sessões de quimioterapia e radioterapia, mas a doença continuou avançando de forma rápida. Em 2013, eles perderam Rejane. Lopes contou de um episódio que ficará marcado em sua vida. "O Bruno, até a mãe dele morrer, não falava praticamente nada. Ele teve todo um acompanhamento psicológico no leito paliativo. A psicóloga pedia que eu o levasse até a cama da mãe para ver ela indo embora (*falecer*). Assim, ele, com o tempo, poderia compreender o conceito da morte. Numa dessas visitas ao quarto, vi o Bruninho brincando com um carrinho em cima da mãe. Foi uma das imagens que mais me impactou naquela época", contou, emocionado, o pai adotivo do menino.

FAMÍLIA. A mãe de Bruno sempre deixou claro aos parentes que era um desejo dela que o filho ficasse com Lopes e a irmã, a "mana", Luana, para eles nunca se afastarem.

Lopes admite que não entende os motivos de tamanha demora no processo de judicial – ele levou quase uma década para receber a certidão de adoção de Bruno. "Infelizmente não tenho esta resposta", disse.

"Toda vez que eu entrava em contato com o Fórum, diziam sempre o mesmo: o processo está em andamento e precisa esperar o parecer da juíza. Nunca teve um motivo oficial", contou, arriscando uma conclusão. "Talvez tenha demorado por eu ser homem e solteiro. E qual o problema?", indagou o pai. ●

B16 Varejo Justiça decreta falência da Máquina de Vendas, que recorrerá da decisão

ECONOMIA & NEGÓCIOS
SEXTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2022 O ESTADO DE S. PAULO
E&N

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B20)

Energia Privatização sai do papel

Venda da Eletrobras atinge R$ 33,7 bi

Após acirrada disputa entre investidores, valor da ação saiu a R$ 42, desconto de 4% em relação à cotação de ontem; com operação, governo deixa de ter controle do negócio

FERNANDA GUIMARÃES

A oferta de ações que resultou na privatização da Eletrobras movimentou cerca de R$ 33,7 bilhões, depois de o preço de cada papel ser fixado em R$ 42, segundo fontes de mercado. O ajuste de preço foi alvo de uma intensa disputa entre investidores locais e estrangeiros, que só terminou depois das 20h de ontem. A venda da estatal de energia via Bolsa foi a maior operação de desestatização do País em duas décadas – e a segunda no governo Bolsonaro, depois da venda da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em março.

O preço de R$ 42 representou um desconto de 4% em relação ao valor da ação ao fim do pregão de ontem, de R$ 44. Além de ter sido uma das maiores ofertas de ações em todo o mundo até aqui no ano, a operação da Eletrobras foi a maior operação na B3, a Bolsa brasileira, desde a megacapitalização da Petrobras, em 2012, que movimentou R$ 100 bilhões.

Com a venda, o governo deverá ter sua participação na empresa reduzida de 60% para cerca de 35%, deixando de ser o controlador. Grandes investidores marcaram presença na operação, entre eles, o fundo 3G Capital (dos fundadores da Ambev) e o banco Clássico, de José Abdalla Filho (relevante acionista da Petrobras).

A oferta da Eletrobras teve um empurrão importante com a possibilidade de uso de recursos do FGTS para a compra de ações. Diante da oportunidade, cerca de 350 mil pessoas reservaram ações da companhia. O teto para uso do FGTS era de R$ 6 bilhões, mas a demanda ficou em R$ 9 bilhões, ou 50% a mais. Por essa razão, deverá haver uma redução em relação aos valores reservados por trabalhadores. O investidor que fez uso de seu FGTS para entrar na oferta não poderá se desfazer do investimento por um prazo de no mínimo 12 meses – exceto em alguns casos, como o de demissão sem justa causa. ●

PRIVATIZAÇÃO LEVARÁ A MUDANÇAS NO CONSELHO DA EMPRESA. PÁG. B2

Celso Ming celso.ming@estadao.com

As 'diretrizes' do governo Lula

As diretrizes para o programa de um governo Lula (2023-2026) se caracterizam mais pelo que não dizem do que pelo que dizem. Nos seus pronunciamentos, Lula tem sido mais claro.

Para começar, esse programa passa longe da contundência expressada em 2002 pela *Carta ao Povo Brasileiro*, quando o então candidato Lula apresentou suas principais intenções e avisou que "preservará o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança".

Essas diretrizes mencionam a necessidade de assegurar a responsabilidade fiscal, mas passam sinais contrários. Se eleito, o governo Lula revogará o teto dos gastos, mas não informa qual será a âncora fiscal.

Não importa se uma política econômica é neoliberal, social-democrata ou socialista. Não há como adotar um programa de governo sem equilíbrio fiscal, sem controle da inflação e sem fundamentos sólidos. No entanto, o programa sinaliza disparada das despesas públicas e multiplicação dos investimentos do Estado, enxurrada que tenderá a desarrumar tudo.

O documento avisa que será revogada a reforma trabalhista do governo Temer, mas sem a volta do imposto sindical, que a reforma eliminou. Ou seja, nem tudo será revogado. Falta saber o que virá para o lugar do que for revogado.

PAULO GUERETA/ZIMEL PRESS-14/4/2022

Lula e Alckmin: Programa com pontas desamarradas

A política de preços dos combustíveis deixará o critério da paridade com o mercado internacional. O texto deixa a entender que passarão a ser controlados, levando-se em conta os custos de produção. Ora, custo qualquer um põe onde quer... Também acena com obrigar a Petrobras a importar combustíveis para completar a oferta interna, o que implica vender abaixo do custo e desmantelar a concorrência. No parágrafo 58 indica, ainda, que a Petrobras será obrigada a investir em refinarias, contra a determinação do Cade de se desfazer de cinco delas.

Nos pronunciamentos, o candidato Lula é mais explícito. Adverte que abaterá o regime atual de preços a canetada e, com outra canetada, definirá os novos preços. Ele que se prepare. Se assumir em janeiro, poderá enfrentar nova escalada de preços, quando caducará a "PEC do Diesel" que zerará os impostos.

Lula também vem afirmando que reverterá a privatização da Eletrobras. Seu governo será contra a privatização dos Correios e do Pré-Sal Petróleo.

O texto afirma que a desindustrialização será revertida, mas não diz como. Não há nenhuma menção sobre a necessidade de garantir novos acordos comerciais que se destinassem a abrir mercado externo para a indústria brasileira.

Diz que é necessária uma reforma tributária, mas nada diz sobre o projeto de substituição do ICMS pelo IVA a ser cobrado no destino. Também ignora a necessidade de reforma política e administrativa.

Se o documento deveria ser um esboço para o debate, como está na abertura, faltam amarração e clareza para iniciá-lo. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Energia Privatização sai do papel

Venda deve levar a mudanças em conselho e comando da Eletrobras

Especialistas do setor apostam em valorização de ações com entrada da companhia em novos mercados

FERNANDA GUIMARÃES

A concretização da privatização da Eletrobras, com a oferta de ações concluída ontem, foi recebida com otimismo por analistas, que acreditam na redução do risco relacionado à empresa do setor elétrico. Assim, a maioria dos bancos e casas de análise projeta uma valorização dos papéis da companhia. Apesar desse alívio pontual para o mercado – após um período de marasmo, a operação movimentou cerca de R$ 33,7 bilhões –, o consenso é de que a operação não deve servir para reanimar o mercado de IPOs (ofertas iniciais de ações, na sigla em inglês), parado desde agosto de 2021.

Em relação à privatização da companhia, um dos primeiros passos esperados por fontes de mercado ouvidas pelo **Estadão** é a troca de executivos da companhia e também do conselho de administração. Com a redução de sua participação, o governo terá menos assentos no colegiado, abrindo espaço para que fundos de investimento indiquem seus representantes.

A partir dessa mudança, o novo conselho deverá fazer uma mudança geral no quadro administrativo da empresa, incluindo todo o alto escalão.

FÔLEGO. Analistas do setor acreditam que a empresa poderá ter mais fôlego para investir, incluindo em fontes de energia renováveis. "A Eletrobras terá exatamente o mesmo modelo de governança que já foi testado em outras privatizações do setor elétrico na Europa. A disponibilidade de caixa e o uso do mercado de capitais para novas captações vão permitir novos planos de investimento que são essenciais no segmento", aponta Fabio Coelho, presidente da Amec, associação que representa mais de 60 investidores, entre locais e estrangeiros, que têm investimento de mais de R$ 700 bilhões na Bolsa brasileira.

Segundo Coelho, um dos pontos relevantes na "nova Eletrobras" será uma maior agilidade na tomada de decisão. "É importante ressaltar que o governo continuará sendo o maior acionista individual, e que, portanto, terá acesso a maior porcentual dos lucros esperados, justificando, assim, o interesse público na operação", comenta.

> *"(A empresa) terá mais agilidade para enfrentar um cenário cada vez mais competitivo e ávido por novas tecnologias."*
> **Lucas Miglioli**
> Sócio do M3BS Advogados

EFICIÊNCIA. Sócio do M3BS Advogados e especialista em negócios públicos, Lucas Miglioli afirma que, com a privatização, a Eletrobras deve se tornar mais eficiente. "Tornando sua burocracia mais compatível com a do setor privado, terá mais agilidade para enfrentar um cenário cada vez mais competitivo e ávido por novas tecnologias", disse. "A expectativa é de que, ao deixar de ser controlada pela União, a Eletrobras deixe de atuar como mera operadora e ganhe protagonismo no setor."

Para o público em geral, uma das expectativas é de que a conta de luz fique mais barata, mas pode não ser bem assim. Sócio do PMMF Advogados e especialista em direito público, Ulisses Penachio lembra que apenas parte do novo capital – aquele destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – poderá gerar alguma redução nas tarifas. "A médio e longo prazo, o impacto da privatização na tarifa tende a ser neutro", aponta. ●

Seminário 'Estadão'-FGV Combustíveis

Imposto menor não reduz inflação, diz FGV

VINICIUS NEDER
RIO

A proposta de redução de impostos sobre combustíveis, conta de luz e outros itens, anunciada no início da semana pelo governo, poderá ter o resultado oposto ao esperado pelo Palácio do Planalto, alertaram ontem pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

"É uma enorme ilusão achar que redução de impostos vai reduzir inflação e trazer juro para baixo", afirmou José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários da FGV/Ibre, durante o 2.º Seminário de Análise Conjuntural, evento online realizado em parceria com o **Estadão**. "Tudo ali é temporário. Na virada do ano, o que acontece com a inflação? Sobe de novo."

Para o pesquisador, que foi diretor do Banco Central (BC), as medidas anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) também não deverão moderar o atual ciclo de alta da Selic, atualmente em 12,75%.

Também participante do seminário, a pesquisadora Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre, destacou que o anúncio de redução de impostos tende a elevar as expectativas de inflação para 2023. "Se as medidas forem de redução de impostos, a inflação volta ano que vem. Vamos ter de manter a taxa de juros elevada por tempo maior. E, provavelmente, ela terá de ser mais elevada", afirmou.

Armando Castelar, pesquisador associado do FGV/Ibre, lembrou que, embora as perspectivas de curto prazo para a atividade econômica tenham melhorado nos últimos meses, os principais problemas do atual cenário (a persistência de inflação elevada em todo o mundo e a necessidade de subir juros) seguem pesando sobre a possibilidade de um crescimento sustentável. "Quando a gente comemora que o IPCA caiu abaixo de 12% em 12 meses, tem alguma coisa errada", afirmou, referindo-se ao IPCA até maio, que ficou em 11,73%.

> **'Ilusão'**
> **Para José Júlio Senna, 'é ilusão' achar que redução de tributos vai 'trazer juro para baixo'**

Para piorar, lembrou Castelar, o "risco político-eleitoral" entrou no radar dos agentes econômicos nesta semana, com a divulgação de um primeiro esboço do programa de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o pesquisador, a tendência, até o fim do ano, é de que a elevação das incertezas em torno dos rumos da política econômica num próximo governo pese sobre a economia. Os principais impactos deverão ser o adiamento ou moderação nos investimentos, a elevação do risco-País e a elevação da taxa de câmbio. ●

Elena Landau elena.landau@eusoulivres.org

Dr. Astrov

Por conta do comovente filme *Drive my car*, resolvi reler *Tio Vania*.

Nesta releitura da peça, foi Astrov que me prendeu a atenção ao dizer: "Florestas estão desaparecendo, rios secando, animais morrendo, o clima arruinado e a terra empobrecendo a cada dia". Da desertificação a enchentes e desastres ambientais, o pessimismo do médico tinha sua razão de ser, e seus temores viraram realidade.

A Amazônia reflete esse cenário de forma contundente. São extensas áreas desmatadas. Seus habitantes, em consequência, vivem uma aguda crise social e econômica.

Esse governo trata o cuidado do meio ambiente como inimigo do desenvolvimento. Essa foi a justificativa para o exministro Ricardo Salles passar sua boiada. Foi apoiado pelo seu colega da Economia, para quem "o pior inimigo do meio ambiente é a pobreza". "As pessoas destroem o meio ambiente porque precisam comer." É exatamente o oposto. A ocupação desorganizada em uma terra sem lei coloca cada vez mais pessoas na pobreza.

Cuidar da região é cuidar da natureza, da flora, da fauna, defender o bioma. E é cuidar da sua gente. É na região Norte que se concentram os piores indicadores sociais. Enquanto no resto do País os índices de violência diminuíram, lá aumentaram. Não por acaso. O crime organizado tomou conta

> ***Uma nova política ambiental deve começar por revogar o que foi feito no governo Bolsonaro***

da região e avançou com a retirada, pelo governo Bolsonaro, de instrumentos de fiscalização e mecanismos de punição. Partiu deste governo a proposta de facilitar o garimpo em terras indígenas, já ameaçadas pela prática ilegal, que ocorre sob olhar conivente de Brasília. Os criminosos estão à vontade.

É também lá que se registram os piores índices de acesso a saneamento e água potável. A menor cobertura digital e o atraso no aprendizado decorrente da pandemia são gravíssimos, assim como a evasão escolar. Os jovens estão sem esperanças, e o quadro de saúde mental é preocupante.

A peça de Chekhov estreou em 1897. Como seu personagem, ele era um visionário.

Infelizmente, passados 125 anos, ainda há quem tente negar o efeito do desmatamento sobre as mudanças climáticas e, delas, sobre a humanidade.

Não temos mais tempo a perder. O ponto de partida de uma política ambiental do novo governo deve ser a revogação das políticas de Bolsonaro. De pária, podemos virar agentes de transformação, para, então, podermos dizer como Astrov: "Quando vejo minhas plantas florescendo, eu sinto que, de alguma forma, o clima está sob meu controle. E, por conta desses pequenos gestos, cem anos passados, alguém no futuro será feliz por minha causa". ●

ECONOMISTA E ADVOGADA. CONTRIBUI COM O PLANO ECONÔMICO DE SIMONE TEBET

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Indicadores **Custo de vida**

Energia elétrica dá alívio e inflação desacelera para 0,47% em maio

Pesquisa do IBGE mostra também queda de preços de alimentos in natura; taxa acumulada em 12 meses fica em 11,7%

DANIELA AMORIM
RIO
MARIA REGINA SILVA
GUILHERME BIANCHINI
SÃO PAULO

A inflação oficial no País arrefeceu em maio, com a ajuda da queda na conta de energia elétrica – decorrente do acionamento da bandeira tarifária verde em substituição à cobrança extra do regime de escassez hídrica – e da redução nos preços de alguns alimentos in natura. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou de 1,06%, em abril, para 0,47% em maio, informou ontem o IBGE.

A taxa em 12 meses persiste em dois dígitos: 11,73% (um mês antes, era de 12,13%). Alguns especialistas acreditam que o pico já tenha passado, enquanto outros preveem nova aceleração ao menos no próximo par de meses. O consenso é de que o cenário inflacionário permanece pressionado, podendo arrefecer ou se deteriorar dependendo de riscos que envolvem questões fiscais e combustíveis.

O índice de difusão, que mostra o porcentual de itens com aumentos de preços, desceu de 78,25%, no IPCA de abril, para 72% em maio. Contribuiu para segurar a inflação a redução de preços de alimentos importantes na cesta das famílias como tomate (-23,72%) e cenoura (-24,07%).

PERSPECTIVAS. Analistas de mercado destacaram a boa notícia da desaceleração da inflação em maio, mas ressaltaram os desafios que o País tem para manter a queda nos próximos meses. Para Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, o IPCA de maio indicou que a inflação saiu do pico, porém deve mostrar desaceleração lenta, o que deve obrigar o Banco Central (BC) a manter os juros altos por bom tempo.

Já na visão da gestora de fundos AZ Quest Investimentos, o pico do IPCA em 12 meses pode ser atingido apenas em julho, quando alcançaria 12,4%, puxado pela previsão de novo reajuste do preço da gasolina nos próximos 30 dias. Em junho, a inflação já voltaria a acelerar em relação ao patamar de maio, com uma elevação de 0,84% no mês, subindo a 12,1% em 12 meses, projeta a gestora.

Refresco na cesta

23,72% **foi a queda no preço do tomate, o que contribuiu para a redução no custo da cesta básica**

24,07% **foi o recuo na cotação da cenoura**

11,73% **é a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA, um recuo diante dos 12,13% registrados em abril**

72% **foi o índice de difusão de preços em maio (porcentual de itens que tiveram aumento)**

BOLSONARO. O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, aproveitaram sua participação em evento do setor de supermercados para pedir aos empresários moderação nos reajustes de preços. A inflação, que em 12 meses está em 11,73% (*leia mais abaixo*), é uma das principais preocupações da campanha de Bolsonaro à reeleição.

"É hora de dar um freio nos preços. Empresários precisam entender que temos de quebrar a cadeia inflacionária. Estamos em hora decisiva para o Brasil. Nova tabela de preços só em 2023. Trava os preços, vamos parar de aumentar os preços", disse Guedes, em evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

De Los Angeles, nos EUA, para onde viajou em razão da Cúpula das Américas, Bolsonaro fez um "apelo" e voltou a pedir ao setor que reduza os lucros para que os preços dos produtos da cesta básica possam cair.

"Nós devemos, em momentos difíceis como esses, entendo, todos nós colaborarmos. Então, o apelo que eu faço aos senhores, para toda a cadeia produtiva, para que os produtos da cesta básica, cada um obtenha o menor lucro possível para a gente poder dar uma satisfação a uma parte considerável da população, em especial os mais humildes", afirmou Bolsonaro. ● COM BROADCAST

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 271/2022.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS PARA OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA PARA O ANO LETIVO DE 2023, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 10 de junho de 2022 a 24 de junho de 2022 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 24 de junho de 2022, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 24 de junho de 2022. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452.3477|CLFOR.

Fortaleza – CE, 09 de junho de 2022.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 272/2022.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - PMF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 10 de junho de 2022 a 24 de junho de 2022 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 24 de junho de 2022, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 24 de junho de 2022. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452.3477|CLFOR.

Fortaleza – CE, 09 de junho de 2022.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 006/2022.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA GESTÃO REGIONAL - SEGER.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, CONSIDERANDO O MENOR PREÇO EM FUNÇÃO DO PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS E CUSTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO SINAPI E DA SEINFRA – TABELAS SINTÉTICAS COM DESONERAÇÃO, ACRESCIDAS COM BDI DE 27,47% (VINTE E SETE VÍRGULA QUARENTA E SETE POR CENTO) E DE 16,32% (DEZESSEIS VÍRGULA TRINTA E DOIS POR CENTO), DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, CONFORME CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E MEDIANTE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, DO TIPO MENOR PREÇO EM FUNÇÃO DO PERCENTUAL DE DESCONTO.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo os **Documentos de Habilitação e Propostas de Preços** serão recebidos no dia 14 de julho de 2022, no horário compreendido entre 10h00min às 10h15min.(horário local) na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, CEP:60.140-060 – Fortaleza-CE, e iniciada a abertura dos envelopes com os **Documentos de Habilitação e Propostas de Preços** no dia 14 de julho de 2022 às 10h15min. (horário local). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta no ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452-3477.

Fortaleza-CE, 09 de junho de 2022.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP RGA 01827/22 - "Prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial na captação emergencial Rio Cubatão, no município de Cajuru/SP". Edital completo disponível para download a partir de 10/06/22 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984 ou informações Fone (0**16) 3712-2020. Envio das propostas a partir da 00h00 (zero hora) dia 28/06/22 até às 09hs00 do dia 29/06/22 no site acima para empresas que possuam senha de acesso às 09hs01 do dia 29/06/22 será dado início a sessão pública pelo Pregoeiro. Franca, 10/06/22UNPGrande.

PG SABESP RV 01148/22 - Prestação de serviços de engenharia para ampliação, operação e gestão do aquífero para aumento de vazão e eficiência energética dos sistemas de captação de águas subterrâneas, no âmbito da UN do Vale do Paraíba RV, Diretoria de Sistemas Regionais R. Edital completo disponível para download a partir de 13/06/2022 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-6984. Envio das propostas a partir da 00h00 de 08/07/2022 até as 09h00 de 11/07/2022 no site acima. As 09h00 será dado início a sessão da Licitação. UNVParaíba, 10/06/2022.

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

AVISO DE INCLUSÃO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2022

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no sob CNPJ nº: 08.996.378/0001-07, com sede na Cidade de Mogi Mirim – SP, à Rua Dr. José Alves, nº 403, Centro, CEP 13.800-050, representado pelo seu Presidente, Sr. **Rodrigo Falsetti**, neste ato denominado simplesmente "CON-8", **COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS QUE serão incluídos na TABELA DE PROCEDIMENTOS CREDENCIAMENTO Nº 001/2022, a partir da data de 10 de JUNHO de 2022, os procedimentos abaixo relacionados:**

90.01.01.417-0	CONSULTA – FONOAUDIOLOGO	R$	35,00
90.01.01.418-0	CONSULTA – NUTRICIONISTA	R$	29,00
90.01.01.419-0	CONSULTA – PSICOLOGO	R$	31,25
90.01.01.420-0	CONSULTA – TERAPEUTA OCUPACIONAL	R$	38,75
90.01.01.421-0	CONSULTA – FISIOTERAPEUTA	R$	14,00

Mogi Mirim, aos 10 de junho de 2022.
RODRIGO FALSETTI
Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 264/2021 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 96.576/2021 - EMSERH

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada no serviço de manutenção preventiva, corretiva com reposição de peças de ar condicionado sob demanda para as unidades de saúde administradas pela EMSERH.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
DATA DA ABERTURA: dia 07/07/2022, às **8h30,** horário de Brasília/DF.
ID [nº889963].
Local de Realização: Sistema Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br.**
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **amaral.neto@emserh.ma.gov.br,** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 7 de junho de 2022
Francisco Assis do Amaral Neto
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AGE - 23/06/2022

Prezado(a) mantenedor(a), Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no **dia 23 de junho de 2022,** às 11h em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e às 12h em segunda e última convocação, com qualquer número de associados, por meio virtual e no endereço eletrônico a ser disponibilizado no site do Semesp antes da Assembleia, para o fim especial de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: **a) Tratativas Salariais 2022; b) Outros assuntos de interesses.** Para participar da AGE virtual o representante legal da instituição deverá se inscrever no seguinte link: https://semesp.zoom.us/meeting/register/tZcodemprD8sHNb3-ktBJ-lvFGCI5RIPVeTI. Salientamos que, obrigatoriamente, eventual representante do mantenedor deverá enviar procuração para o e-mail: juridico@semesp.org.br.

Atenciosamente,
Lúcia Maria Teixeira - Presidente

AVISO DE RESULTADO FINAL DA CLASSIFICAÇÃO TÉCNICA

PROCESSO: CHAMADA PÚBLICA **Nº. 011/2021.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA - SECULTFOR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE O CREDENCIAMENTO PARA FINS DE EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTISTAS E/OU GRUPOS ARTÍSTICOS DAS LINGUAGENS DE TEATRO, DANÇA, MÚSICA, LITERATURA, CIRCO, HUMOR E CULTURA TRADICIONAL POPULAR, VISANDO A REALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA DA SECULTFOR E DOS SEUS EQUIPAMENTOS CULTURAIS, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.
O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CPL** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, o **RESULTADO FINAL DA CLASSIFICAÇÃO TÉCNICA**, pelo qual declara como **CLASSIFICADOS** os seguintes proponentes: ALYSSON LEMOS CAMPOS, CINTIA BRITO SILVA, ÉFLEM GONÇALVES NOGUEIRA, FELIPE ABREU PEREIRA, FRANCISCO GLAUDER DA SILVA, FRANCISCO RAFHAEL GUERRA CAMELO, GEORGE HENRIQUE AUGUSTO E SILVA, LAURO FILHO SOUZA OLIVEIRA, RAFAEL MELO SILVA, ANA BEATRIZ OLIVEIRA DA PAIXÃO, DOUGLAS ALVES DOS SANTOS, FRANCISCO ADERALDO DE OLIVEIRA, FRANCISCO DE ASSIS DANIEL DE MOURA, FRANCISCO LUCISLANO SILVA DE BRITO, FRANKLEI CHARLES TAVARES, GEORGE LOUIS PAIVA DE SÓSA, IVALDO ANANIAS MACHADO DA PAIXÃO, JOÃO HUGO COSTA ALBUQUERQUE, JOSÉ THIAGO FERREIRA DA SILVA, MARCOS ANTONIO SILVA AMORIM, MARGARIDA MARIA GONÇALVES DA SILVA, MARIA GARDÊNIA FREITAS DE LIMA, MARIA JANAINA SEVERO DA SILVA, MATHEUS FREIRE BARROS, PEDRO PAULO BARBOSA DA SILVA, RAIMUNDO NONATO DA SILVA BARROS, SELDA DE SOUSA ALMEIDA MONTEIRO, TEONILDO DE ASSIS PEREIRA LIMA, VALERIA MARIA LIMA LAGE ABUD, HALANA ELEN VIEIRA BARBOZA CAVALCANTE, LEANDRO LIMA CHAVES, LUCIANO DA SILVA MONTEIRO, ANTONIO CELIO PINTO LIMA, FRANCISCO ERNESTO MARTINS DA SILVA, KEVEN SABINO FERNANDES, LUCIANO ALVES LOPES, MARCOS AURÉLIO NUNES DA SILVA, EDIVALDO BATISTA RG 2000012050386, FERNANDA FRANCO ZEBALLOS, MONICA RODRIGUES RIBEIRO, ROSA LARISSA BARROS DE OLIVEIRA, SHEYLA PINTO LIMA DA SILVA, MARIA ALEXANDRA SIQUEIRA FARIAS ELOI, ALEX SANDRO PAZ FORTE, ALICE CRISTINA DE ARAUJO NASCIMENTO, ALUÍZIO MOISÉS DE MEDEIROS, ANA CAROLINA ALEXANDRE DOS SANTOS, ANA CRISTINA MALAGUETA E SILVA, ANTONIO ALVES FERREIRA, BÁRBARA SAMPAIO SOUSA, LINDIBERTO BARBOSA BATISTA, BRUNA OLIVEIRA DE QUEIROZ, BRUNO CAVALCANTE BARROS, CAIO CESAR LIMA BRAGA, CAIO GABRIEL HENRIQUE LOPES, CARLOS ALBERTO ALENCAR DA SILVA, CARLOS HENRIQUE LIMA DE ALENCAR, CLÁUDIO ESCUDERO, CLEMENTINO MOURA DA SILVA, MOISÉS RODRIGUES DE FARIAS, DENILSON LIMA DA FONSECA, FRANCISCO ANDRÉ BEZERRA BRASILIANO, ELLEN CHELSEA BRITO ARRUDA, ERIKA RENATA DE SOUSA DA SILVA, FLAVIO RODRIGUES GRANGEIRO JUNIOR, FRANCISCO GOUVEIA FARIAS JÚNIOR, GABRIEL GOMES DOS SANTOS, GEORGETTE CAMINHA BRET MOTA, GERLENA OLIVEIRA DO NASCIMENTO, GILSON GADELHA DE CARVALHO, GILSON PEREIRA LEITÃO FILHO, GLEYDSON SILVA, GLEYSON COSTA DOS SANTOS, ISMAEL VICTOR ARAÚJO DA SILVA, JAMYLLE DE SOUSA MONTEIRO, JANAINA DA SILVA RIBEIRO HOLANDA, JANETTE CRISTINA ALMEIDA SANTOS, JANIO VALE DE FREITAS, JAQUERLANIO RODRIGUES LOUREIRO, JEANICE DE SOUSA CANDIDO - VANIN & NICINHA DO ACORDEON, JEFFERSON JUAN MARTINS CAMPOS, JOÃO PEDRO GUERRA DE MELO, JOÃO WANDERLEY ROBERTO MILITÃO, JOELMA DA SILVA SOUZA, JOSE ALEXANDRE DA SILVA LIMA, JOSÉ POLICARPO DOS SANTOS NETO, KLEYSE DE OLIVEIRA VISITAÇÃO, LORENA LYSE LIMA RODRIGUES, LUANA FLORENTINO CORREIA, LUCIANO JOYMMIR DE MELO, LUIS ALBERTO MAGALHÃES, LUIS CARLOS ALVES SIMPLICIO, LUISETE CARVALHO COSTA, LUIZA FERNANDA DE FREITAS SOUZA, MAILSON MENDES DA SILVA, JOSE MARCIO RODRIGUES DOS SANTOS, MARIA MONIQUE DE SOUZA SANTOS, MARINALDO CARMO DA SILVA, MARIO LUIZ AIRES DE FREITAS, MICAELA ROCHA GOMES, MOISÉS RODRIGUES DOS SANTOS NETO, SIMONE MARY ALEXANDRE GADELHA, PAULO JOSÉ DE SOUSA PONTES, PAULO MARCIO TEIXEIRA BARROSO, PAULO RICARDO VIANA LIMA, PEDRO GABRIEL DE SOUSA LIMA, RAFAEL CAVALCANTE NUNES, RAFAEL SILVEIRA DE AGUIAR, RAIMUNDO IVANILDO SOARES DE SOUZA, RAYANE KARINE DA SILVA FORTES, RICARDO CESAR VITORIANO SOBRINHO, ROBERTO CARDOSO LESSA, RODRIGO DA SILVA GOMES, ROSELIA FREITAS MARTINS, FAMIGERADO PRODUÇÕES, SALATIEL WAGNER CARNEIRO, UBIRATAN BATISTA MATOS JÚNIOR, VENICIO COSTA FILHO, WERA LÚCIA RIBEIRO COSTA, WILLIAN APARECIDO CIRIACO DA SILVA, MOISES FILIPE CARVALHO, AMANDA MONTEIRO SOARES, ANNALIES BARBOSA BORGES, APOLINÁRIO ALVES DE ALENCAR, FRANCISCO BRUNO SOUSA ALENCAR, HAMILTON PAIVA SALES, IZABEL CRISTINA DE VASCONCELOS PINTO, JOÃO MARTINS DE MESQUITA JUNIOR, JULIANA DE AGUIAR TAVARES, KEVEN VILMAR DA SILVA ROCHA, LEUISE LOPES FURTADO, LORETA DIALLA XAVIER MOREIRA, LUIZA MARIA ARAGÃO PONTES E MARIA NEIDE BATISTA DE OLIVEIRA. Maiores informações encontram-se à disposição no site Ecompras: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, através do e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou através do telefone: (85) 3452-3483.

Fortaleza-CE, 9 de junho de 2022.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da CPL

Petróleo Projeto no Congresso

Governo quer vender parte do óleo extraído no pré-sal

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

A quatro meses das eleições, o presidente Jair Bolsonaro envia ao Congresso projeto para vender a sua parte do óleo extraído das áreas de exploração do petróleo do pré-sal feitas por meio dos contratos de partilha. A arrecadação é estimada pelo governo em R$ 398 bilhões (a valores de hoje), de acordo com a exposição de motivos encaminhada ontem com o projeto para subsidiar os parlamentares.

Atualmente, esses contratos são comercializados via Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), estatal que o governo quer desestatizar. O Ministério da Economia aproveitou o projeto para desobrigar o governo de destinar para educação (75%) e saúde (25%) a receita da venda do óleo que vai para o Fundo Social do Pré-sal.

O fundo foi criado em 2010, no governo Lula, com a justificativa de que o dinheiro do pré-sal não se perdesse e tivesse como destino o financiamento, sobretudo, de investimento da educação das gerações futuras. A ideia na época era que os recursos não evaporassem em gastos de custeio da máquina.

Ao justificar a desvinculação, o governo diz que não haverá "prejuízo" às áreas. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência, a vinculação traria ineficiência na gestão fiscal, dado o volume de recursos esperados. ●

Ministério vê a 'reta final da energia fóssil'

A tentativa de avançar na venda dos contratos da PPSA acontece no momento em que o preço do barril de petróleo chega ao maior valor dos últimos 10 anos e há forte demanda por esse produto no mercado.

Para o governo, essa é uma oportunidade de obter ganhos com petróleo antes que a transição energética de fontes fósseis para renováveis se complete. A pandemia e, depois, a guerra da Rússia retardaram o processo.

"Estamos com 70 anos de atraso. Felizmente ainda dá tempo de garantir investimentos e aproveitar essa reta final da energia fóssil. É agora ou nunca", disse ao **Estadão** o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord.

Na sua avaliação, a venda dos contratos é uma mensagem poderosa do Brasil de desinvestimento em fontes sujas para concentrar os esforços no que o País já é líder mundial, a geração de energias renováveis. "É uma decisão do governo de desinvestir petróleo para focar em outras áreas", disse.

Caso aprovado o projeto, a venda será por campos de petróleo. Os parceiros privados na exploração das áreas terão de concordar com a operação. Segundo o secretário, o governo afasta, assim, três riscos inadministráveis: o volume de óleo retirado (hoje os contratos são com base em estimativas), a cotação do dólar e o valor do barril.

De acordo com a PPSA, estão em vigor no País 19 contratos em regime de partilha, incluídos os recém-assinados referentes aos blocos Sépia e Atapu. Com a venda, a PPSA deixaria de integrar os atuais contratos, fazendo com que as decisões empresariais passem a ser tomadas por entes privados.

AGENDA LIBERAL. A medida faz parte da agenda liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, que se acelerou com a ida do economista Adolfo Sachsida para comandar o Ministério de Minas e Energia em meio à crise dos combustíveis. Sachsida foi secretário de Guedes e apoia a venda da PPSA e da Petrobras.

O próximo passo deverá ser a inclusão da Petrobras por meio de decreto na carteira do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) visando a sua privatização. Como mostrou o **Estadão**, o governo também vai enviar projeto para abrir à concorrência a Transpetro, subsidiária da Petrobras na área de transporte, para reduzir os preços dos combustíveis. Há ceticismo com o avanço dessa agenda em ano eleitoral.

Novo ritmo
Sachsida, ex-secretário de Guedes, acelerou agenda de privatização ao assumir Minas e Energia

Procurados, a área do Ministério da Economia responsável pelo Fundo Social e o Ministério de Minas e Energia não quiseram dar detalhes sobre o caixa do Fundo Social nem comentar a desvinculação de recursos. ● A.F.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Inflação menor, mas ainda cruel

Custo de vida subiu menos em maio, mas sobre patamar muito alto e num cenário de desemprego alto e empobrecimento

Quem anda ansioso por uma notícia positiva pode até festejar a inflação de maio, 0,47%, a menor em 13 meses. Os mais entusiasmados podem até celebrar a redução da taxa acumulada em 12 meses, de 12,13% em abril para 11,78% no mês seguinte. Mas é prudente comemorar com moderação. Há um surto inflacionário global, mas a situação é pior no Brasil do que na maior parte do planeta. O desemprego brasileiro é um dos maiores, a distribuição de renda é muito desigual e milhões de famílias têm dificuldade até para comprar gás de cozinha. Uma pesquisa recente apontou 33 milhões de pessoas com fome. Mas o quadro geral, com 125 milhões sujeitos a algum grau de insegurança alimentar, é ainda mais contrastante com os padrões das economias emergentes e desenvolvidas.

Além desses dados, é preciso levar em conta um fato nem sempre destacado pelos analistas. A inflação mensal medida pelo IBGE diminuiu de 1,06% para 0,47% entre abril e maio, mas sem anular os aumentos acumulados no ano ou em períodos mais longos.

Nos 12 meses até maio o custo da alimentação subiu 13,51%. Os combustíveis domésticos, incluído o gás, encareceram 29,56%. As tarifas de transporte público subiram 17,43%. Os preços dos produtos farmacêuticos aumentaram 13,41%. Os combustíveis de veículos ficaram 29,12% mais caros. Foi uma alta enorme, de fato, mas muito mais importante, para a maioria dos brasileiros, foi o encarecimento da comida, do gás, do transporte público e dos medicamentos. Enquanto isso, o presidente da República parece ter notado apenas a variação dos custos de gasolina e do diesel.

Para os desempregados, subempregados e outras pessoas mal situadas no mercado de trabalho, a alta do custo de vida tem sido especialmente cruel. Não há, no Brasil, redes de segurança social para garantir condições minimamente decentes às pessoas em dificuldades. O Auxílio Brasil, sucessor eleitoreiro do velho programa Bolsa Família, funciona mal e tem sido incapaz de absorver o enorme número de novos candidatos à ajuda.

O aumento da insegurança alimentar – fome, nos casos mais graves – combina com as condições de trabalho dominantes nos últimos anos. Os desempregados eram 11,3 milhões, 10,5% da força de trabalho, no trimestre móvel encerrado em abril. Os desalentados eram 4,5 milhões e os subocupados por insuficiência de horas de trabalho, 6,6 milhões. Somados, esses três grupos compunham, nesse período, 22,4 milhões de trabalhadores em péssima situação, sem condição de sustentar ou de contribuir para o sustento das famílias.

O crescimento da economia tem sido insuficiente para atenuar de forma significativa essas dificuldades. O aumento dos negócios tem sido puxado pelos serviços, conhecidos como geradores de postos de trabalho, mas nem isso tem atenuado os problemas. Geradora de empregos decentes, a indústria continua travada.

Com a inflação ainda alta, crédito caro e economia sem rumo, o desemprego, na melhor hipótese, diminuirá lentamente até o fim do ano, e o consumo familiar, mesmo com algum aumento, continuará muito modesto. ●

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - A Cooperativa de Transporte São Paulo, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 19.630.738/0001-60 por seu Presidente o Sr. Antonio Aparecido Cardoso, portador do RG nº 18.089.493-6 e CPF nº 106.924.468-69, vem convocar os 40 cooperados para Assembleia Geral Extraordinária **que será realizada no dia 01 de julho de 2022, na Av. Atlântica, nº 2.099, Jardim Três Marias, CEP 04772-003 - São Paulo/SP às 17:00 horas em primeira convocação, às 18:00 horas em segunda convocação e às 19:00 horas em terceira e última convocação,** para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Reforma Estatutária e (II) Abertura de Filial. **Antonio Aparecido Cardoso** - Presidente.

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

Chamada Pública Copel SGT 001/2022; Objeto: Disponibilidade de infraestrutura de fibra óptica em cabos OPGW do trecho da linha de transmissão 230kV SQT-UMB, Curitiba/PR, para compartilhamento, de forma onerosa, conforme detalhado no edital; Retirada do Edital em www.copel.com; Informações: licitacoes.get@copel.com.

SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reprografia e outras avenças para as unidades de Cubatão, Guarulhos, Ipiranga, Piracicaba, São Bernardo do Campo, São José dos Campos e Votuporanga.
Retirada do edital: a partir de 10 de junho de 2022, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 22 de junho de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O ITEM 16 (CANCELADO NO JULGAMENTO)

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 456/2021**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS**.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE SOLUÇÕES DE GRANDE VOLUME, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 456/2021 - SMS**, foi declarada LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O ITEM 16 (CANCELADO NO JULGAMENTO). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: (85)3452-3477.

Fortaleza – CE, 09 de junho de 2022.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

**AVISO DE INCLUSÃO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2022**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no sob CNPJ nº: 08.996.378/0001-07, com sede na Cidade de Mogi Mirim – SP, à Rua Dr. José Alves, nº 403, Centro, CEP 13.800-050, representado pelo seu Presidente, Sr. **Rodrigo Falsetti**, neste ato denominado simplesmente "CON-8", **COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS QUE A TABELA DE PROCEDIMENTOS CREDENCIAMENTO Nº 001/2022, será reajustada a partir da data de 10 de junho de 2022, nos procedimentos abaixo relacionados:**

03.02.02.001-2	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO - CUIDADOS PALIATIVOS	R$ 14,00
03.02.07.001-0	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE MÉDIO QUEIMADO	R$ 14,00
03.02.07.003-6	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES C/ SEQUELA DE QUEIMADURAS (MÉDIO E GRANDE QUEIMADO)	R$14,00
03.02.02.002-0	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES ONCOLÓGICOS CLÍNICOS	R$14,00
03.02.05.002-7	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	R$14,00
03.02.06.003-0	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO NAS DESORDENS NO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR	R$ 14,00
03.02.04.005-6	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO NAS DISFUNÇÕES VASCULARES PERIFÉRICAS	R$14,00
03.02.03.001-8	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO P/ ALTERAÇÕES OCULOMOTORAS PERIFÉRICAS	R$14,00
03.02.06.004-9	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO P/ COMPROMETIMENTO COGNITIVO	R$14,00
03.02.01.002-5	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO P/ DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS	R$14,00
03.02.06.001-4	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO P/ DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICOS FUNCIONAIS S/ COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	R$14,00
03.02.06.002-2	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO P/ DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICOS FUNCIONAIS C/ COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	R$14,00
03.02.04.003-0	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO P/ TRANSTORNO CLÍNICO CARDIOVASCULAR	R$14,00
03.02.04.001-3	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO P/ TRANSTORNO RESPIRATÓRIO C/ COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	R$14,00
03.02.04.002-1	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO P/ TRANSTORNO RESPIRATÓRIO S/ COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	R$14,00
03.02.04.004-8	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO PRÉ/PÓS CIRURGIA CARDIOVASCULAR	R$14,00
03.02.01.001-7	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO PRÉ/PÓS CIRURGIA GINECOLÓGICA	R$14,00
03.02.02.003-9	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO PRÉ/PÓS CIRURGIA ONCOLÓGICA	R$14,00
03.02.06.005-7	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO PRÉ/PÓS OPERATÓRIO DE NEUROCIRURGIA	R$14,00
03.02.05.001-9	ATEND. FISIOTERAPÊUTICO PRÉ/PÓS OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO-ESQUELÉTICAS	R$14,00

Mogi Mirim, aos 10 de junho de 2022.
RODRIGO FALSETTI
Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril

A ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA - ASF torna público a publicação do processo para a SELEÇÃO DE FORNECEDORES, na modalidade tipo COLETA DE PREÇOS 015/2021, Processo ASF nº 060/2021, que tem por objetivo A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTER HOSPITALAR TERRESTRE EFETUADO EM AMBULÂNCIAS DE SUPORTE AVANÇADO (UTI - TIPO "D"), SUPORTE BÁSICO (TIPO "B") E REMOÇÕES AVULSAS, PARA ATENDIMENTO EM UNIDADES DE SAÚDE ADMINISTRADAS PELA ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA, PELO CRITÉRIO DE MENOR PREÇO POR LOTE. O edital na íntegra poderá ser consultado e extraído do *site* da ASF: www.saudedafamilia.org Informações no endereço eletrônico: **selecaodefornecedor@saudedafamilia.org** e/ou por telefone: 3154-7050. **Data da Sessão Pública por Videoconferência: 28/06/2022 às 10h00min** - Local da entrega dos envelopes: Associação Saúde da Família, Praça Mal. Cordeiro de Farias, 65, Higienópolis - São Paulo/SP.

COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO

51.561.819/0001-69

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DIGITAL

O Presidente da **COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971 e art. 22 do Estatuto Social), convoca os associados para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL**, a realizar-se no dia **20 de Junho de 2022**, na sala virtual que será acessada mediante link https://meet.google.com/joi-sysa-ieg às **17:00 horas**, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em **primeira convocação**; às **18:00 horas**, com a presença de metade mais um dos associados, em **segunda convocação**; ou às **19:00 horas**, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, em **terceira convocação**, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1º) Eleição dos componentes do Conselho Fiscal; 2º) Assuntos gerais de interesse da Cooperativa. Para votação, os associados presentes na AGO Digital receberão no dia da assembleia um e-mail para cadastro e participação da votação que será realizado através do endereço assembleia.curia.coop. Para participar da Assembleia Geral Ordinária Digital, o associado deve enviar um e-mail para: linkcpt2021@gmail.com com nome, nº de matrícula e e-mail para envio do link. O associado pode participar da assembleia desde que envie o e-mail até 30 (trinta) minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Número de sócios ativos: 1741 em 06/06/2022. **Rudifran de Almeida Pompeu – Conselho de Administração.**

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA/DESERTA

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 210/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS (ALTEPLASE 50 MG, AZUL PATENTE SOLUÇÃO INJETÁVEL, ÁGUA DESTILADA E OUTROS), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 210/2022 - IJF, foi declarada FRACASSADA PARA OS ITENS 8, 30 E 41 (CANCELADOS NO JULGAMENTO), bem como DESERTA PARA OS ITENS 15, 40, 42 E 43. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 9 de junho de 2022.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 005/2022.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA GESTÃO REGIONAL - SEGER.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXUMAÇÃO, REMOÇÃO, ACONDICIONAMENTO E TRANSLADO DOS CORPOS E RESTOS MORTAIS DE PESSOAS ENTERRADAS NOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, BEM COMO A RECUPERAÇÃO DOS JAZIGOS EM CASO DE DANOS ESTRUTURAIS.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo os **Documentos de Habilitação e Propostas de Preços** serão recebidos no dia 13 de julho de 2022, no horário compreendido entre 10h00min às 10h15min.(horário local) na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, CEP:60.140-060 – Fortaleza-CE, e iniciada a abertura dos envelopes com os **Documentos de Habilitação e Propostas de Preços** no dia 13 de julho de 2022 às 10h15min. (horário local). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta no ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452-3477.

Fortaleza-CE, 09 de junho de 2022.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

Pesquisa nacional

Decisão da Justiça pode afetar Censo, diz IBGE

DANIELA AMORIM
RIO

O IBGE disse ontem que não conseguirá incluir no questionário do Censo Demográfico 2022 uma pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero conforme determinado pela Justiça. O instituto informou que acionou a Advocacia-Geral da União para recorrer da decisão, caso contrário terá de adiar novamente o levantamento censitário.

A decisão liminar, concedida pelo juiz Herley da Luz Brasil, da 2.ª Vara Federal Cível e Criminal do Acre, atendeu a um pedido do Ministério Público Federal, sob o argumento de que a falta de estatísticas dificulta o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população LGBT+.

O IBGE afirmou que não haveria mais tempo para incluir a pergunta "com técnica e metodologia responsáveis e adequadas – muito menos, com os cuidados e o respeito que o tema e a sociedade merecem". O órgão lembrou ainda que faltam menos de dois meses para o início da operação.

O início do Censo está previsto para 1.º de agosto. As informações recolhidas servem de base, por exemplo, para o rateio do Fundo de Participação de Estados e municípios, sendo essenciais também para políticas de saúde. ●

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021

AES Tietê Eólica S.A.

CNPJ 11.289.590/0001-30

www.aesbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2021 e 31/12/2020.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	927	900	4.812	5.380
Investimentos de curto prazo	4	96.307	79.191	238.085	300.878
Contas a receber de clientes	5	–	–	32.576	66.567
Conta de ressarcimento	13	–	–	345	281
Estoques	6	–	–	8.754	7.250
Tributos e contribuições sociais compensáveis		562	193	1.492	822
Dividendos a receber	15	736	873	–	–
Cauções e depósitos vinculados	7	27.104	–	27.104	–
Outros créditos		–	–	2.601	1.623
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		**125.636**	**81.157**	**315.769**	**382.801**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Conta de ressarcimento	13	–	–	288	3.351
Tributos e contribuições sociais compensáveis		3.456	3.620	3.457	3.620
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	5.222	2.979
Outros tributos diferidos		–	–	6.189	3.531
Cauções e depósitos vinculados	7	–	57.127	58	57.167
Partes relacionadas	15	371.490	459.249	–	–
Investimentos	9	924.157	1.070.327	–	–
Imobilizado, líquido	10	546	416	1.320.549	1.383.153
Intangível, líquido		223	279	1.156	1.532
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		**1.299.872**	**1.591.018**	**1.336.919**	**1.455.333**
TOTAL DO ATIVO		**1.425.508**	**1.672.175**	**1.652.688**	**1.838.134**

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	11	755	196	6.122	7.214
Debêntures	12	39.152	39.908	39.152	39.908
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	3.164	2.362
Tributos a pagar		54	18	1.232	1.232
Dividendos a pagar	15	604	702	604	702
Conta de ressarcimento	13	–	–	117.445	70.952
Provisão para custos socioambientais	17	–	–	248	372
Passivo de arrendamento	14	75	48	367	304
Outras obrigações		–	–	108	1.548
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		**40.640**	**40.872**	**168.442**	**124.594**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	12	66.549	96.003	66.549	96.003
Conta de ressarcimento	13	–	–	43.869	25.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	1.121	2.060
Outros tributos diferidos		–	–	1.329	2.441
Provisão para custos socioambientais		–	–	213	461
Passivo de arrendamento	14	507	399	28.864	28.122
Partes relacionadas	15	–	31.689	–	31.689
Provisões para processos judiciais e outros	17	–	–	182	–
Provisão para desmobilização	16	–	–	24.307	23.766
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**67.056**	**128.091**	**166.434**	**210.328**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado		1.241.382	1.348.868	1.241.382	1.348.868
Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948
Reserva de lucros		9.588	67.905	9.588	67.905
Dividendos adicionais propostos		49.894	69.491	49.894	69.491
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	**1.317.812**	**1.503.212**	**1.317.812**	**1.503.212**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.425.508**	**1.672.175**	**1.652.688**	**1.838.134**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

				Reserva de Lucros				
Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**494.459**	**16.948**	**3.242**	**60.968**	–	–	**575.617**
Aumento de capital		854.409	–	–	–	–	–	854.409
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	73.888	73.888
Constituição de reserva legal		–	–	3.695	–	–	(3.695)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	(702)	(702)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	69.491	(69.491)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.348.868**	**16.948**	**6.937**	**60.968**	**69.491**	–	**1.503.212**
Deliberação de dividendos adicionais		–	–	–	(60.968)	(69.491)	–	(130.459)
Redução de capital		(107.486)	–	–	–	–	–	(107.486)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	53.051	53.051
Constituição de reserva legal		–	–	2.653	–	–	(2.653)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	(504)	(504)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	49.894	(49.894)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18	**1.241.382**	**16.948**	**9.588**	–	**49.894**	–	**1.317.812**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	19	–	–	248.302	265.121
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	–	–	(169.309)	(170.228)
LUCRO BRUTO		–	–	**78.993**	**94.893**
Gerais e administrativas	21	(2.577)	(1.755)	(5.074)	(117)
Outras despesas e receitas operacionais		(71)	(35)	(155)	(548)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		**(2.648)**	**(1.790)**	**(5.229)**	**(665)**
Resultado de equivalência patrimonial	9	73.472	91.930	–	–
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**70.824**	**90.140**	**73.764**	**94.228**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		5.923	2.936	16.753	14.279
Despesas financeiras		(23.696)	(19.188)	(27.319)	(23.148)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	22	**(17.773)**	**(16.252)**	**(10.566)**	**(8.869)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**53.051**	**73.888**	**63.198**	**85.359**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		–	–	(13.329)	(10.991)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		–	–	3.182	(480)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	23	–	–	**(10.147)**	**(11.471)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**53.051**	**73.888**	**53.051**	**73.888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	53.051	73.888	53.051	73.888
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**53.051**	**73.888**	**53.051**	**73.888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		53.051	73.888	53.051	73.888
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	20 e 21	56	48	83.241	82.221
Juros e atualização monetária sobre debêntures	12	23.112	18.707	23.112	18.707
Juros sobre cauções		(1.517)	(1.433)	(1.518)	(1.435)
Juros sobre investimentos de curto prazo		(4.629)	(1.550)	(11.643)	(5.626)
Juros sobre passivo de arrendamento	14	42	54	2.819	3.102
Apropriação dos custos de transação das debêntures		531	394	531	394
Atualização desmobilização		–	–	541	–
Impostos diferidos		–	–	(6.952)	1.050
Atualização (reversão) da provisão para custos socioambientais		–	–	(372)	224
Baixa de ativo imobilizado		–	–	–	2.161
Resultado de equivalência patrimonial	9	(73.472)	(91.930)	–	–
Variação dos ativos e passivos operacionais		**(1.987)**	**(2.416)**	**249.854**	**216.597**
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		–	–	(12.247)	(10.673)
Pagamentos de juros sobre debêntures	12	(10.244)	(12.172)	(10.244)	(12.172)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		2.950	1.126	8.560	4.146
(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo		(15.793)	(35.726)	65.289	(157.900)
Caixa líquido gerado/(usado) pelas/nas atividades operacionais		**(25.074)**	**(49.188)**	**301.212**	**39.998**
Atividades de investimentos:					
Cauções e depósitos vinculados		–	–	–	(19)
Dividendos recebidos de controladas		219.779	9.429	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(130)	(279)	(19.121)	(11.615)
Partes relacionadas - ações resgatáveis de controladas	15	87.759	70.032	–	–
Caixa líquido gerado/(usado) pelas/nas atividades de investimentos		**307.408**	**79.182**	**(19.121)**	**(11.634)**
Atividades de financiamentos:					
Cauções e depósitos vinculados		31.540	7.700	31.523	7.774
Pagamentos de debêntures	12	(42.634)	(36.911)	(42.634)	(36.911)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		–	(82)	(335)	(3.026)
Partes relacionadas - ações resgatáveis	15	(31.689)	–	(31.689)	–
Custo de debêntures (custos de transação e prêmios)	12	(975)	(250)	(975)	(250)
Redução de capital		(107.486)	–	(107.486)	–
Dividendos a pagar	15	(131.063)	(616)	(131.063)	(616)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		**(282.307)**	**(30.159)**	**(282.659)**	**(33.029)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		27	(165)	(568)	(4.665)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		900	1.065	5.380	10.045
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		**927**	**900**	**4.812**	**5.380**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Eólica S.A. ("Tietê Eólica" ou "Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Nova Energia S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. ("AES Operações").

Atualmente, a Companhia participa de sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva - 2010 ("LER 2010"); outra parte tem sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 ("LEN 2011 (A-3)"). Estas controladas integram o Complexo Eólico Alto Sertão II conforme detalhado a seguir.

Complexo Eólico Alto Sertão II

O Complexo Eólico Alto Sertão II, conforme apresentado, é composto pelas seguintes sociedades de propósito específico ("SPE's"):

Parque gerador	Contrato/ Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/2012	14/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Araçás	3º LEN/2010	241/2011	08/04/2011	07/03/2046	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/2012	15/04/2047	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetité	12º LEN/2011	167/2012	23/03/2012	14/03/2047	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Da Prata	3º LEN/2010	177/2011	28/03/2011	27/03/2046	35 anos	2014	13	21,9	10,1

continua

AES Tietê Eólica S.A.

CNPJ 11.289.590/0001-30

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Parque gerador	Contrato/ Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Dourados	12º LEN/2011	130/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/2012	11/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Morrão	3º LEN/2010	268/2011	25/04/2011	24/04/2046	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/2012	22/03/2047	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	12º LEN/2011	128/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Seraíma	3º LEN/2010	332/2011	31/05/2011	30/05/2046	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Tanque	3º LEN/2010	330/2011	30/05/2011	29/05/2046	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LEN/2010	161/2011	21/03/2011	20/03/2046	35 anos	2014	14	23,5	10,1
						Total	**230**	**386,1**	**184,4**

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de setembro de 2013 a agosto de 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de janeiro de 2016 a dezembro de 2035.

A comercialização de energia no mercado regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:

		Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
Companhia	**Contrato**	**Compradora**	**Energia anual contratada MWh**	**Preço Médio atualizado MWh**	**Inicial**	**Final**	**Índice de correção**	**Mês de reajuste**
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	85.760	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	106.784	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	124.848	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	125.846	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	111.988	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			**643.702**					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	169,18	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	167,84	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	168,13	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	168,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	170,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	168,83	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	168,68	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	166,78	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	166,11	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			**907.536**					
Total			**1.551.238**					

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

			Participação	
Descrição	**Atividade**	**Sede**	**2021**	**2020**
Controladas diretas:				
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã,BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araças S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 30 de maio de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards - IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Critérios de consolidação dos empreendimentos controlados

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

(i) arrendamento;
(ii) ressarcimento;
(iii) desmobilização; e,
(iv) valor justo de instrumentos financeiros.

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as controladas da Companhia possuem provisionado o valor de R$182 (em 31 de dezembro de 2020 não havia saldo provisionado de processos judiciais).

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

• Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas controladas.

• Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros - Fase 2.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia e suas controladas detêm uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

3.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10/IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 - Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso - recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS - Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos - custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia e suas controladas pretendem adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

continua ☆

AES Tietê Eólica S.A.

CNPJ 11.289.590/0001-30

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".
Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Numerário disponível	927	900	4.812	5.380
Subtotal	**927**	**900**	**4.812**	**5.380**

	Controladora		Consolidado	
Investimentos de curto prazo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
CDB	96.307	79.191	238.085	300.878
Subtotal	**96.307**	**79.191**	**238.085**	**300.878**
Total	**97.234**	**80.091**	**242.897**	**306.258**

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 98,96% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,63% em 31 de dezembro de 2020).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.
O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não constituíram PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.
Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2021, no valor de R$32.576 (R$66.567 em 31 de dezembro de 2020), são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias.

	Consolidado	
	2021	**2020**
Circulante		
LER 2010 - CCEE	12.286	11.616
LEN 2011 - Distribuidoras	18.009	15.686
LEN 2011 - Mercado de curto prazo (i)	2.281	39.265
Total	**32.576**	**66.567**

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Consolidado		
	Saldos vincendos	**Saldos vencidos – Mais de 360 dias**	**Saldo líquido de PECLD**
Circulante			
LER 2010 - CCEE	12.286	–	12.286
LEN 2011 - Distribuidoras	18.009	–	18.009
LEN 2011 - Mercado de curto prazo (i)	–	2.281	2.281
Total	**30.295**	**2.281**	**32.576**

(i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL.
A Companhia espera que o saldo remanescente vencido acima de 360 dias, no montante de R$2.281 seja regularizado ao longo de 2022.
As garantias sobre as vendas de energia no curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo.

6. ESTOQUES

Os estoques são compostos principalmente por peças de reposição e materiais utilizados na manutenção do parque eólico, mensurados pelo seu custo de aquisição no reconhecimento inicial e avaliados com base no "preço médio de estoque".
Quando um item do estoque é baixado, seja para o uso na manutenção do parque eólico ou para reposição de peças que compõem o ativo imobilizado, o seu custo é baixado, pelo "preço médio de estoque", sendo a contrapartida lançada no resultado como custo de manutenção, ou no ativo imobilizado, em caso de reposição.
O saldo consolidado de estoques, em 31 de dezembro de 2021 é de R$8.754 (R$7.250 em 31 de dezembro de 2020).

7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Garantias de financiamento	27.104	–	27.104	–
Total Circulante	**27.104**	**–**	**27.104**	**–**
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	–	–	58	–
Garantias de financiamento	–	57.127	–	57.167
Total Não circulante	**–**	**57.127**	**58**	**57.167**
Total	**27.104**	**57.127**	**27.162**	**57.167**

Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações das escrituras de debêntures celebrados entre a Companhia e agente fiduciário, foi firmado o Contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios ("Contrato de Cessão"), administração de contas e outras avenças, obrigando a Companhia a manter determinadas reservas em conta vinculada, durante todo o prazo de vigência do contrato de debêntures, destinando-se ao pagamento das prestações de amortização de principal e dos acessórios.
As garantias de financiamento (reserva debêntures) deve possuir saldo equivalente a duas parcelas de serviço da dívida, paga semestralmente. Em 31 de dezembro de 2021, esses compromissos financeiros foram cumpridos.
Os saldos dos recursos das contas reservas poderão ser aplicados em títulos públicos federais ou em fundos de investimento, ou Certificados de Depósito Bancário, desde que, em todos os casos, as aplicações possuam baixo risco e liquidez diária. No encerramento do ano de 2021 este saldo referia-se basicamente a aplicações financeiras em fundo de investimentos, com rentabilidade média de 98,98% do CDI.
A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**63.484**	**63.503**
Adições	94.072	94.091
Atualização monetária	1.433	1.435
Baixas e resgates	(101.862)	(101.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**57.127**	**57.167**
Adições	45.047	45.064
Atualização monetária	1.517	1.518
Baixas e resgates	(76.587)	(76.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**27.104**	**27.162**

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 19) de suas controladas. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.
A expectativa de realização dos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos firmados com a CCEE.

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
IRPJ diferido	3.391	1.934	728	722
CSLL diferida	1.831	1.045	393	1.338
Total	**5.222**	**2.979**	**1.121**	**2.060**

Em 31 de dezembro de 2021 a Controladora possuía R$ 556.183 de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados (R$ 536.844 em 31 de dezembro de 2020), sendo que não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em função da ausência da expectativa de realização.

9. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta o investimento da Companhia. Esse investimento é avaliado com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo.

	Controladora	
	2021	**2020**
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	924.157	1.070.327
Total	**924.157**	**1.070.327**

A composição dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Controladas	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro/ (prejuízo) do exercício
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	100%	143.605	54.762	84.994	63.133	3.849
Centrais Eólicas da Prata S.A.	100%	88.135	27.070	53.537	42.503	7.528
Centrais Eólicas Morrão S.A.	100%	111.534	36.773	66.402	47.811	8.359
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	100%	119.581	40.724	68.841	49.132	10.016
Centrais Eólicas Tanque S.A.	100%	109.326	32.210	69.220	49.636	7.896
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	100%	86.527	17.580	58.786	38.327	10.161
Centrais Eólicas Ametista S.A.	100%	108.530	63.392	47.742	43.515	(2.604)
Centrais Eólicas Borgo S.A.	100%	89.359	35.164	47.375	32.053	6.820
Centrais Eólicas Caetité S.A.	100%	128.971	51.740	70.500	47.595	6.731
Centrais Eólicas Dourados S.A.	100%	107.335	63.572	44.382	42.969	(619)
Centrais Eólicas Espigão S.A.	100%	49.973	23.417	24.795	17.777	1.761
Centrais Eólicas Maron S.A.	100%	108.521	46.864	59.944	44.507	1.713
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	100%	92.922	37.599	48.886	33.998	6.437
Centrais Eólicas Pilões S.A.	100%	103.342	41.357	62.723	53.823	(738)
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	100%	83.373	34.653	42.558	28.567	6.162
Total		**1.531.034**	**606.877**	**850.685**	**635.346**	**73.472**

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Controladas	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Dividendo mínimo obrigatório	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos adicionais	Dividendo mínimo obrigatório	31/12/2021
Araçás	84.780	4.996	(47)	89.729	3.849	(4.700)	(36)	88.842
Da Prata	64.582	6.652	(63)	71.171	7.528	(17.562)	(72)	61.065
Morrão	83.459	9.145	(87)	92.517	8.359	(26.036)	(79)	74.761
Seraíma	84.103	9.601	(91)	93.613	10.016	(24.677)	(95)	78.857
Tanque	83.295	9.026	(86)	92.235	7.896	(22.940)	(75)	77.116
Ventos do Nordeste	69.094	9.765	(93)	78.766	10.161	(19.882)	(97)	68.948
Ametista	51.674	2.357	(22)	54.009	(2.604)	(6.267)	–	45.138
Borgo	59.092	6.478	(62)	65.508	6.820	(18.068)	(65)	54.195
Caetité	85.945	10.670	(100)	96.515	6.731	(25.951)	(64)	77.231
Dourados	46.238	698	(7)	46.929	(619)	(2.547)	–	43.763
Espigão	30.734	1.762	(17)	32.479	1.761	(7.667)	(17)	26.556
Maron	65.444	5.984	(57)	71.371	1.713	(11.411)	(16)	61.657
Pelourinho	55.983	6.701	(64)	62.620	6.437	(13.673)	(61)	55.323
Pilões	64.077	2.957	(28)	67.006	(738)	(4.283)	–	61.985
Serra do Espinhaço	50.770	5.138	(49)	55.859	6.162	(13.242)	(59)	48.720
Total	**979.270**	**91.930**	**(873)**	**1.070.327**	**73.472**	**(218.906)**	**(736)**	**924.157**

10. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.
Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.
A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.
Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.
Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.
O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.
(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2021				2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	**Custo (ii)**	**Depreciação acumulada**	**Saldos líquidos**	**Saldos líquidos**
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	52.105	(13.616)	38.489	40.537
Máquinas e equipamentos	3,6%	1.776.970	(535.385)	1.241.585	1.303.521
Equipamentos de informática, móveis e outros	6,4%	2.941	(657)	2.284	10
Terrenos	–	2.503	–	2.503	2.503
Imobilizado em serviço		**1.834.519**	**(549.658)**	**1.284.861**	**1.346.571**
Imobilizado em curso (i)		8.832	–	8.832	9.737
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,66%	30.080	(3.224)	26.856	26.845
Total		**1.873.431**	**(552.882)**	**1.320.549**	**1.383.153**

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
(ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R$19.941. O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.
(iii) A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Companhia reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 27 anos, depreciados à taxa de 3,66% a.a.
(b) Movimentação do ativo imobilizado:
A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Consolidado									
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	**Adições**	**Provisão Desmantelamento**	**Baixas**	**Transferências**	**Outras mutações**	**Saldos em 31 de dezembro de 2020**	**Adições**	**Transferências**	**Saldos em 31 de dezembro de 2021**
Edificações, obras civis e benfeitorias	53.101	–	–	–	(998)	–	52.103	–	2	52.105
Máquinas e equipamentos	1.743.345	–	10.052	(2.973)	9.440	–	1.759.864	–	17.106	1.776.970
Equipamentos de informática, móveis, utensílios e outros	23	–	–	–	–	–	23	–	2.918	2.941
Terrenos	2.503	–	–	–	–	–	2.503	–	–	2.503
Em curso	2.343	11.378	–	–	(8.442)	4.458	9.737	19.121	(20.026)	8.832
Direito de uso de terreno arrendado	27.281	1.659	–	–	–	–	28.940	1.140	–	30.080
Subtotal	**1.828.596**	**13.037**	**10.052**	**(2.973)**	**–**	**4.458**	**1.853.170**	**20.261**	**–**	**1.873.431**
Depreciação	(387.590)	(80.567)	(637)	872	–	–	(467.922)	(81.736)	–	(549.658)
Depreciação do direito de uso de terreno arrendado	(1.413)	(682)	–	–	–	–	(2.095)	(1.129)	–	(3.224)
Total líquido	**1.439.593**	**(68.212)**	**9.415**	**(2.101)**	**–**	**4.458**	**1.383.153**	**(62.604)**	**–**	**1.320.549**

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

continua—☆

aes Brasil

AES Tietê Eólica S.A.

CNPJ 11.289.590/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

11. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores consolidado no montante de R$6.122 (R$7.214 em 31 de dezembro de 2020), referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de materiais, serviços e encargos de energia elétrica.

12. DEBÊNTURES

Os saldos de debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

			Consolidado							
			2021							
			Circulante				Não Circulante			
Instituições Financeiras/Credores	Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a apropriar	Total	Total circulante + não circulante
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% a.a.	166	23.140	(302)	23.004	24.297	(902)	23.395	46.399
Debêntures - 1ª Emissão (2ª série)	2025	IPCA + 7,87% a.a.	218	16.220	(290)	16.148	44.026	(872)	43.154	59.302
Total da dívida			**384**	**39.360**	**(592)**	**39.152**	**68.323**	**(1.774)**	**66.549**	**105.701**

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

A movimentação das debêntures é como segue:

Consolidado								
Moeda nacional Instituições Financeiras/Credores	Saldo Inicial 31.12.2020	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de transação	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final 31.12.2021
Debêntures								
Debêntures	135.911	10.180	12.932	(42.634)	(10.244)	(975)	531	105.701
Total	**135.911**	**10.180**	**12.932**	**(42.634)**	**(10.244)**	**(975)**	**531**	**105.701**

Consolidado								
Moeda nacional Instituições Financeiras/Credores	Saldo Inicial 31.12.2019	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de transação	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final 31.12.2020
Debêntures								
Debêntures	166.143	12.123	6.584	(36.911)	(12.172)	(250)	394	135.911
Total	**166.143**	**12.123**	**6.584**	**(36.911)**	**(12.172)**	**(250)**	**394**	**135.911**

As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Companhia	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
AES Tietê Eólica	146.000	15 de dezembro de 2014	Debênture Infraestrutura	IPCA + 7,61% a.a. (1ª série) IPCA + 7,87% a.a. (2ª série)	Semestral	Semestral	47.603 60.464	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor total de R$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

As amortizações das debêntures de primeira e segunda série seguem o cronograma disposto na Escritura da Emissão, sendo que a amortização das debêntures da primeira série teve início em 15 de junho de 2015 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025 e a amortização das debêntures da segunda série tiveram início em 15 de dezembro de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorre em parcelas semestrais, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela Companhia contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a Companhia emitiu debênture de infraestrutura, a qual possui restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo de R$60.000 na "Conta Reserva Especial da Holding"; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; (v) adimplemento das empresas do grupo econômico perante o Sistema BNDES; e (vi) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

Os financiamentos com debêntures estabelecem que o índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior)/serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantém o acompanhamento do índice.

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas ao principal das debêntures e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2023	27.467	(616)	26.851
2024	25.733	(616)	25.117
2025	15.123	(542)	14.581
	68.323	**(1.774)**	**66.549**

13. CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Para o cálculo do ressarcimento, a Companhia utiliza: (i) informações históricas, como o volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como o volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como o IPCA e o PLD - Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 e LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 LER 2009 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009 e LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009 e LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017, LEN 2011 em dezembro de 2019 e o segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

A receita dos Parques Eólicos é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021.

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
CIRCULANTE		
Ressarcimento	345	117.445
Subtotal	**345**	**117.445**
NÃO CIRCULANTE		
Ressarcimento	288	43.869
Subtotal	**288**	**43.869**
Total	**633**	**161.314**

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial 31 de dezembro de 2020	Provisão	Amortização	Saldo final 31 de dezembro de 2021
Ressarcimento	3.632	–	(2.999)	633
Total ativo	**3.632**	**–**	**(2.999)**	**633**
Ressarcimento	96.738	64.576	–	161.314
Total passivo	**96.738**	**64.576**	**–**	**161.314**

	Consolidado			
	Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	Provisão	Amortização	Saldo final 31 de dezembro de 2020
Ressarcimento	4.009	–	(377)	3.632
Total ativo	**4.009**	**–**	**(377)**	**3.632**
Ressarcimento	49.927	47.279	(468)	96.738
Total passivo	**49.927**	**47.279**	**(468)**	**96.738**

Suspensão de devolução de ressarcimento

Do saldo total de R$161.314 do passivo de ressarcimento, R$113.509 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o Constrained-off de usinas eólicas.

O Constrained-off pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao Constrained-off de usinas.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos contabilizados referente ao Constrained-off no passivo de ressarcimento correspondem a R$113.509, sendo R$40.464 para o LER 2010 e R$73.045 para LEN 2011. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões são efetuadas com base nas posições regulatórias vigentes.

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas optaram pelo método retrospectivo modificado para adoção inicial ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 10).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia e suas controladas consideraram os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

No reconhecimento inicial, para a determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada a taxa de desconto nominal de 10,08% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor. A taxa de desconto reflete o custo de captação da Companhia. Além disso, foram considerados *spread* bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a..

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**26.691**
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	1.659
Encargos financeiros	3.102
Pagamento de principal	(3.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**28.426**
Ingresso	1.140
Encargos financeiros	2.819
Pagamento de principal	(335)
Pagamento de encargos	(2.819)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**29.231**

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Consolidado Fluxo futuro
CIRCULANTE	
2022	367
Subtotal	**367**
NÃO CIRCULANTE	
2023	403
2024	443
2025	486
2026	534
2027	586
Após 2027	26.412
Subtotal	**28.864**
Total	**29.231**

15. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	36	47	–	–
Centrais Eólicas da Prata S.A.	72	63	–	–
Centrais Eólicas Morrão S.A.	79	87	–	–
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	95	91	–	–
Centrais Eólicas Tanque S.A.	75	86	–	–
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	97	93	–	–
Centrais Eólicas Ametista S.A.	–	22	–	–
Centrais Eólicas Borgo S.A.	65	62	–	–
Centrais Eólicas Caetité S.A.	64	100	–	–
Centrais Eólicas Dourados S.A.	–	7	–	–
Centrais Eólicas Espigão S.A.	17	17	–	–
Centrais Eólicas Maron S.A.	16	57	–	–
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	61	64	–	–
Centrais Eólicas Pilões S.A.	–	28	–	–
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	59	49	–	–
Ativo não circulante				
Ações resgatáveis - Controladas	371.490	459.249	–	–
Subtotal	**372.226**	**460.122**	**–**	**–**

continua

AES Tietê Eólica S.A.

CNPJ 11.289.590/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo circulante				
Dividendos a pagar				
Nova Energia Holding S.A.	(604)	(702)	(604)	(702)
Passivo não circulante				
Ações resgatáveis - Nova Energia Holding S.A.	–	(31.689)	–	(31.689)
Subtotal	**(604)**	**(32.391)**	**(604)**	**(32.391)**
Total líquido de partes relacionadas	**371.622**	**427.731**	**(604)**	**(32.391)**

A Companhia, com a interveniência de suas controladas diretas, obteve financiamento no valor total de R$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R$310.080). Neste contrato está previsto um plano para transferência de recursos entre as centrais eólicas e sua controladora, visto que as centrais eólicas são as efetivas geradoras de caixa e foram as beneficiadas diretas dos recursos liberados pelo BNDES, sendo que o pagamento das parcelas do financiamento é feito pela Companhia.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014 os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora Nova Energia Holding S.A. para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a pagar a Companhia no passivo não circulante das Controladas e no ativo não circulante da Controladora como partes relacionadas - ações resgatáveis.

Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.

Em abril de 2019, partes dos recursos utilizados para liquidação das dívidas antecipadas, foram recebidos da Controladora direta Nova Energia por meio de AFAC, no montante de R$854.409, foram utilizados para os seguintes resgates antecipados: (i) financiamento com o BNDES, no valor total de R$653.406; e (ii) financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R$245.475.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores da Companhia e suas controladas são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

16. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Alto Sertão II. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque. A taxa de desconto adotada foi a taxa Selic de longo prazo de 1,75%. O saldo registrado na rubrica de "Provisão para desmobilização" em 31 de dezembro de 2021 é de R$24.307 (R$23.766 em 31 de dezembro de 2020), resultando uma despesa financeira de R$541.

17. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Provisão para contingências fiscais

Em 31 de dezembro de 2021 as controladas da Companhia possuem o valor de R$182 provisionados de contingências de PIS e COFINS.

Provisão para custos socioambientais

Em atendimento ao processo de licenciamento torna-se necessária a provisão do PRAD (Plano de recuperação das áreas degradadas). Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial do parque, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante o período de operação do parque, utilizando-se a taxa de 8,5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica de "Provisão para custos socioambientais" é de R$461 (R$833 em 31 de dezembro de 2020).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$1.241.382 (R$ 1.348.868 em 31 de dezembro de 2020) representado por 600.866.844 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de agosto de 2021, foi deliberado a redução do capital em R$107.486, sem alteração nas quantidades de ações, mediante a restituição de capital à acionista Nova Energia Holding S.A.

Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

	2021	2020
Reservas de lucro:		
Reserva legal	9.588	6.937
Reserva de investimentos	–	60.968
	9.588	67.905

Destinação do Lucro

De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

O lucro líquido apurado será destinado sucessivamente e nesta ordem, observando o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

b) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório, em cada exercício, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal;

c) O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela AGO.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	53.051	73.888
Constituição de reserva legal (5%)	(2.653)	(3.695)
Base para pagamento de dividendos	**50.398**	**70.193**
Destinação:		
Dividendos mínimos obrigatórios	504	702
Dividendos adicionais propostos	49.894	69.491
Total destinado	**50.398**	**70.193**

Dividendos declarados

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de dividendos declarados consignados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia é referente à dividendos mínimos obrigatórios de R$ 604.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado			
	2021		2020	
Geração própria e outras:	MWh	R$	MWh	R$
Receita fonte eólica				
Contratos de energia eólicos	1.619.890	310.112	1.905.389	320.176
Ressarcimento de energia	(368.648)	(67.517)	(267.829)	(47.657)
Mercado de curto prazo				
Outros	–	10.393	–	3.806
Partes relacionadas	48.002	11.458	48.002	7.727
Outras receitas	–	–	–	5
Receita operacional bruta	**1.299.244**	**264.446**	**1.685.562**	**284.057**
Deduções fonte eólica				
PIS/COFINS	–	(9.543)	–	(12.326)
ICMS	–	(6.601)	–	(6.610)
Receita operacional líquida	**1.299.244**	**248.302**	**1.685.562**	**265.121**

20. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado			
	2021		2020	
	MWh	R$	MWh	R$
Custo de produção e operação de energia				
Contratos bilaterais	90.429	(8.798)	147.525	(19.036)
Contratos com partes relacionadas	223.626	(11.459)	103.092	(7.726)
Mercado de curto prazo				
SPOT	–	(170)	–	(133)
Outros	–	(335)	–	(108)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	–	(17.551)	–	(16.513)
Taxa de fiscalização ANEEL	–	(1.439)	–	(1.362)
Subtotal	**314.055**	**(39.752)**	**250.617**	**(44.878)**
Custo da operação				
Serviços de terceiros	–	(34.134)	–	(32.651)
Material	–	(9.113)	–	(7.817)
Depreciação e amortização	–	(83.437)	–	(82.173)
Seguros	–	(2.355)	–	(1.771)
Arrendamentos e aluguéis	–	(302)	–	(279)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	–	(213)	–	(407)
Outros custos operacionais	–	(3)	–	(252)
Subtotal	**–**	**(129.557)**	**–**	**(125.350)**
Total	**314.055**	**(169.309)**	**250.617**	**(170.228)**

21. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Material	(125)	(239)	(1.019)	(439)
Serviços de terceiros	(2.396)	(1.468)	(4.000)	(5.432)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	–	–	–	5.802
Depreciação e amortização	(56)	(48)	(55)	(48)
Total	**(2.577)**	**(1.755)**	**(5.074)**	**(117)**

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	6.094	2.983	13.091	7.061
PIS e COFINS sobre receita financeira	(289)	(137)	(289)	(137)
Outras receitas financeiras	118	90	3.951	7.355
Total	**5.923**	**2.936**	**16.753**	**14.279**
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(10.711)	(12.123)	(10.711)	(12.123)
Atualização monetária de debêntures	(12.932)	(6.584)	(12.932)	(6.584)
Multas	–	–	(18)	(262)
Arrendamentos	(42)	(55)	(2.819)	(3.102)
Outras	(11)	(426)	(839)	(1.077)
Total	**(23.696)**	**(19.188)**	**(27.319)**	**(23.148)**
Total líquido	**(17.773)**	**(16.252)**	**(10.566)**	**(8.869)**

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e as controladas com base no lucro presumido. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 13) de suas controladas diretas. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	–	–	–	–	(8.740)	(4.589)	(7.134)	(3.857)
Diferidos	–	–	–	–	2.066	1.116	(312)	(168)
Total	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6.674)**	**(3.473)**	**(7.446)**	**(4.025)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	**53.051**	**53.051**	**73.888**	**73.888**	**63.198**	**63.198**	**85.359**	**85.359**
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(73.472)	(73.472)	(91.930)	(91.930)	–	–	–	–
Ajuste lucro presumido	–	–	–	–	(55.532)	(45.054)	(72.336)	(58.682)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	20.421	20.421	18.042	18.042	19.030	20.445	18.042	18.042
Total das adições (exclusões)	**(53.051)**	**(53.051)**	**(73.888)**	**(73.888)**	**(36.502)**	**(24.609)**	**(54.294)**	**(40.640)**
Resultado ajustado	**–**	**–**	**–**	**–**	**26.696**	**38.589**	**31.065**	**44.719**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6.674)**	**(3.473)**	**(7.766)**	**(4.025)**
Outros	–	–	–	–	–	–	320	–
Total da despesa com tributos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6.674)**	**(3.473)**	**(7.446)**	**(4.025)**
Alíquota efetiva	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**10,6%**	**5,5%**	**8,7%**	**4,7%**

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

24.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

continua

aes Brasil

AES Tietê Eólica S.A.

CNPJ 11.289.590/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

			Consolidado				
			2021		2020		
	Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	4.812	4.812	5.380	5.380	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	238.085	238.085	300.878	300.878	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		32.576	32.576	66.567	66.567	Custo amortizado
Ações resgatáveis - Controladas	6		371.490	371.490	459.249	459.249	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	15		27.162	27.162	57.167	57.167	Custo amortizado
Total			**674.125**	**674.125**	**889.241**	**889.241**	
PASSIVO (circulante e não circulante)							
Fornecedores	11		6.122	6.122	7.214	7.214	Custo amortizado
Debêntures	12		105.701	106.742	135.911	135.911	Custo amortizado
Ações resgatáveis - Nova Energia Holding S.A.	15		–	–	31.689	31.689	Custo amortizado
Dividendos a pagar	15		604	604	702	702	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	14		29.231	29.231	28.426	28.426	Custo amortizado
Total			**141.658**	**142.699**	**203.942**	**203.942**	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

24.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

24.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e suas controladas no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e suas controladas, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia e suas controladas. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia e suas controladas, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é "conhecer" os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia e suas controladas disponibilizam diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente.

A Companhia e suas controladas ainda contam com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxerem ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R$6.000.000) até 25% (PL superior a R$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R$6.000.000) até 5% (PL superior a R$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4.812	5.380
Investimentos de curto prazo	238.085	300.878
Contas a receber de clientes	32.576	66.567
Total	**275.473**	**372.825**

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2021	2020
Debêntures	105.701	135.911
Caixa e equivalentes de caixa	(4.812)	(5.380)
Investimentos de curto prazo	(238.085)	(300.878)
Cauções e depósitos vinculados	(27.162)	(57.167)
Dívida líquida	**(164.358)**	**(227.514)**
Patrimônio líquido	1.317.812	1.503.212
Índice de alavancagem financeira	**-12,47%**	**-15,14%**

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 12.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 12. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Fornecedores	6.122	–	–	–
Debêntures	–	48.502	61.409	23.807
Total	**6.122**	**48.502**	**61.409**	**23.807**

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.812
Investimentos de curto prazo	238.085
Debêntures	(105.701)
Total	**137.196**

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e TJLP, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			**2,51%**	**3,77%**	**5,02%**	**6,28%**	**7,53%**
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(46.399)	(4.784)	(5.413)	(6.037)	(6.667)	(7.291)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(59.302)	(6.273)	(7.079)	(7.878)	(8.684)	(9.484)
Impacto no resultado			**(11.057)**	**(12.492)**	**(13.915)**	**(15.351)**	**(16.775)**
Total da exposição líquida			**(11.057)**	**(12.492)**	**(13.915)**	**(15.351)**	**(16.775)**

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissão de debêntures e empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. A Companhia acompanha seus covenants. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seus contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão - DITs no âmbito da Distribuição.

continua

AES Tietê Eólica S.A.

CNPJ 11.289.590/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

a. Reconhecimento de restrições energéticas;
b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuaria 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off "em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a "Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva". Nesta condição, o caderno de Regras "Penalidade de Energia de Reserva" foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

25. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

	Consolidado						
Posição em 31 de dezembro de 2021	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**Após 2026**	**Total**
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	1.275	1.275	1.275	1.275	1.275	24.858	31.233
Manutenção de usinas	78.986	31.381	–	–	–	–	110.367
Encargo de conexão	1.329	1.329	1.329	1.329	1.329	25.911	32.556
Contrato de uso de transmissão (CUST)	17.292	17.292	17.292	17.292	17.292	337.199	423.659
Total	**98.882**	**51.277**	**19.896**	**19.896**	**19.896**	**387.968**	**597.815**

26. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Provisão de desmantelamento	–	–	541	10.052
Passivo de arrendamento	1.140	–	1.140	–
Dividendos declarados	604	702	604	702

DIRETORIA

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Presidente

Alessandro Gregori Filho
Diretor Vice-Presidente

Anderson de Oliveira
Diretor Vice-Presidente

CONTADOR

Rodrigo dos Santos Martins
CRC 1SP289353/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
AES Tietê Eólica S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Eólica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AES Tietê Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ressarcimento ativo e passivo nos contratos de geração de energia eólica

Veja a Nota 13 das demonstrações contábeis consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta em suas demonstrações contábeis consolidadas, saldos de ressarcimentos ativos e passivos por déficit ou excedente de geração oriundos de contratos nesta modalidade, os quais são apresentados nas rubricas de ressarcimento, cuja contrapartida é a rubrica de receita de fonte eólica. O cálculo da mensuração dos saldos de ressarcimento ativo e passivo da parcela variável da receita de fonte eólica, envolve substancialmente dados baseados em (i) informações históricas, como o volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como o volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como o IPCA e o PLD - Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças. As variações de geração de energia e, consequentemente, o reconhecimento da receita oriunda de referidos contratos, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações contábeis. Em função do exposto acima, e da complexidade dos principais dados utilizados na mensuração dos ressarcimentos ativos e passivos e, consequentemente, do reconhecimento da parcela variável da receita de fonte eólica, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação da precisão matemática do cálculo da mensuração dos saldos relativos a ressarcimentos ativos ou passivos, e consequentemente, da parcela variável da receita de venda de energia elétrica; - Avaliação dos principais dados utilizados no cálculo, incluindo o volume (MWh) e os preços previstos nos termos contratuais, os índices de atualização (IPCA), o volume de geração de energia efetiva (MWh) e o PLD - Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças, através do confronto com informações disponibilizadas ao mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e - Avaliação se as divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do ressarcimento ativo e passivo nos contratos de geração de energia eólica, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de maio de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Rogério Werneck

Lula e os eleitores de centro

Tenho arguido aqui que, para conquistar o eleitorado de centro, Lula teria de se mover para o centro, no eixo que verdadeiramente importa, que é o da condução da política econômica. Mas houve quem discordasse, com uma indagação que faz sentido: por que razão Lula faria isso, quando já há pesquisas sugerindo que ele poderia ser eleito no primeiro turno?

Posso tentar ser mais claro. De forma ultraesquemática, podemos classificar os eleitores de Lula em três tipos. Há uma massa gigantesca deles formada pelo sólido eleitorado petista que jamais negou voto a candidatos do partido à Presidência. Chamemos tais eleitores de tipo 1. Mas, na eleição deste ano, Lula também contará com um contingente considerável de eleitores do tipo 2. Não petistas que nutrem tamanha aversão a Bolsonaro que estão dispostos a votar em Lula de olhos fechados para evitar, a qualquer custo, o "pesadelo da reeleição".

O problema é que tudo indica que as dezenas de milhões de eleitores desses dois tipos não seriam capazes, por si sós, de assegurar a vitória de Lula. Para ser eleito, é preciso conquistar votos de eleitores do tipo 3. Gente que também tem aversão por Bolsonaro, mas não acha nenhuma graça em Lula. E que, até as eleições, estará imersa em reflexões sobre qual candidato lhe desperta menos aversão.

O ex-presidente insiste num discurso econômico que em nada o ajuda a quebrar resistências

Só Deus sabe por que eleitores do tipo 3 não acham graça em Lula. Mas não lhes faltam razões. Podem, por exemplo, ter ficado chocados com o alastramento da corrupção nos governos petistas e com as proporções do petrolão. Ou podem não ter se esquecido nem do colossal descarrilamento da economia provocado pelo último governo petista, nem de ter sido de Lula, e só dele, a ideia de alçar Dilma Rousseff à Presidência da República.

Não obstante o que agora sinalizam as pesquisas, ainda faltam mais de três meses e meio para o primeiro turno. E Lula bem sabe que, com a selvagem campanha eleitoral que vem por aí, esse seu vasto telhado de vidro pode vir a ser avariado.

Tendo em vista sua longa e inarredável postura negacionista sobre a corrupção nos governos petistas, é difícil imaginar o que o candidato ainda poderia alegar, a esta altura, sobre o petrolão e escândalos afins. O que lhe resta, caso ainda pretenda quebrar a resistência de eleitores do tipo 3, é tentar mudar seu discurso para convencê-los de que a política econômica que adotaria nada teria a ver com o alarmante voluntarismo inconsequente que continua a fascinar o PT. Não é o que Lula tem feito. ●

ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022 - PROCESSO Nº 19.027/2022. TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Sessão de entrega e abertura de envelopes no dia 23/06/2022 as 10h00m, no salão Nobre da Câmara Municipal de Arujá. Local para informações e obtenção do Edital e seus anexos: site oficial da CMA - http://camaraaruja.sp.gov.br – **CRISTIAN DOS REIS - PREGOEIRO OFICIAL.**

AVISO - ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA: nº 01/SMC-G/2022 - Processo nº 6025.2020/0016806-0

A Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar que fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, no regime de **empreitada por preço unitário**, com critério de julgamento de menor preço global, visando a Contratação de empresa especializada para serviço de **obra de refazimento e restauro** da Casa Sede do Sítio Mirim, tombado pela Resolução 05/CONPRESP/91.

Endereço de entrega dos envelopes abertura do certame:

ÀS **11:00 HORAS DO DIA 21 DE JULHO DE 2022**, NA SALA DE REUNIÕES DO CONPRESP NO 11º ANDAR DO PRÉDIO QUE ABRIGA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, À RUA LÍBERO BADARÓ, 346 - 11º ANDAR - CEP 01008-905 - CENTRO - SÃO PAULO - SP.

O Caderno de Licitação composto pelo Edital e seus Anexos poderá ser solicitado pelo e-mail smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br até o último dia útil que anteceder a data designada para a abertura do certame e/ou poderá ser obtida via *internet*, gratuitamente, no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, cópias impressas do Caderno de Licitação serão *fornecidas mediante o prévio recolhimento em agência bancária do preço público relativo à cópia reprográfica.*

O Subprefeito de Vila Maria/Vila Guilherme, Roberto de Godoi Carneiro, em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo 1º do Decreto 15.627/79 de 15/12/79 e item 2.4 da Portaria nº 022/SMSP/GAB/2005 e Decreto 51.832/2010 - Portaria 061/SMSP/GAB/2011, **NOTIFICA** o proprietário do veículo abaixo relacionado a comparecer a esta Subprefeitura situada à Rua General Mendes nº 111, no prazo de **30 dias** a contar da data desta publicação, para providenciar sua retirada, satisfeitas as exigências legais, sob pena de ser alienado por meio de leilão:

NEUSA MARIA PEREIRA
Placa: CNQ1110 - São Paulo/SP
Chassi WF0NGXGBBVGR48327
IMP/FORD - MOD - MONDEO GLX NG - Cor - vermelha - Ano 1997 MD 1997
Processo SEI nº 6058.2018/0000887-5.

CLAUDIA REGINA DE SOUZA
Placa DDG 2456 - OSASCO/SP
Chassi 9BG124ASOYC427303
GM CHEVROLET - MOD S10 - Cor - PRATA - Ano 2000 MD 2000
Processo SEI nº 6058.2021/0001377-7.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS - CAS
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Gabinete, o seguinte pregão:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 519/2022-SMS.G, processo **6018.2022/0028222-4**, destinado ao **registro de preços** para o fornecimento de **COMPRESSA CIRÚRGICA, MARCADOR RADIOPACO, 25 CM X 28 CM, 05 UNIDADES**, para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Licitação, Pesquisa de Preços e Compras/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Material Médico Hospitalar, do tipo **menor preço**. A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9 horas** do dia **29 de junho de 2022**, pelo endereço **www.comprasnet.gov.br**, a cargo da **8ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.

DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, www.comprasnet.gov.br, até a data de abertura, conforme especificado no edital.

RETIRADA DE EDITAL
O edital do pregão acima poderá ser consultado e/ou obtido nos endereços: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br; www.comprasnet.gov.br, quando pregão eletrônico; ou, no gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, na Rua General Jardim, 36 - 3º andar - Vila Buarque - São Paulo/SP - CEP 01223-010, mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo.

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CNPJ 47.902.648/0001-17 - NIRE 3530004507-6

AVISO DE RETI-RATIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/22
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SECURITÁRIO D&O (DIRECTORS AND OFFICERS) E OUTROS PREPOSTOS DA CET

Comunicamos aos interessados em participar do Pregão nº 04/2022, que fica *Reti-Ratificado* o Edital do Pregão 04/2022 da seguinte forma:

EDITAL:
Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA
De:
4.5.3. Retroatividade: Prazo de Retroatividade limitado a janeiro de 2015 para fatos geradores **desconhecidos** pelo(s) pela Companhia e ou seu(s) administrador(es) e apresentadas pela primeira vez no período de vigência da Apólice nos prazos complementares ou suplementares.
Para:
4.5.3. Retroatividade: limitado a 5 anos **anteriores à** data de emissão de apólice para fatos geradores **desconhecidos** pelo(s) pela Companhia e ou seu(s) administrador(es) e apresentadas pela primeira vez no período de vigência da Apólice nos prazos complementares ou suplementares.
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO
De:
2.4. A **CET** tem direito a fixar, como data limite de retroatividade, em cada renovação de uma Apólice à Base de Reclamações, a data pactuada por ocasião da contratação da **primeira apólice será a partir de janeiro de 2015**, sendo facultada, mediante acordo entre as partes, a fixação de outra data, anterior àquela; hipótese em que a nova data limite de retroatividade prevalecerá nas renovações futuras
Para:
2.4. A **CET** tem direito a fixar, como data limite de retroatividade, para a primeira contratação da Apólice à Base de Reclamações, o período **limitado a 5 anos anteriores à data da emissão da apólice**, sendo facultada, mediante acordo entre as partes, a fixação de outra data, anterior àquela. Para eventuais renovações; o período a ser considerado deve ser **limitado a 5 anos anteriores à data da emissão de nova apólice** hipótese em que a nova data limite de retroatividade prevalecerá nas renovações futuras.
De:
3.4.5.3. Retroatividade: Prazo de Retroatividade limitado a janeiro de 2015 para fatos geradores **desconhecidos** pelo(s) pela Companhia e ou seu(s) administrador(es) e apresentadas pela primeira vez no período de vigência da Apólice nos prazos complementares ou suplementares
Para:
3.4.5.3. Retroatividade: limitado a 5 anos **anteriores à** data de emissão de apólice para fatos geradores **desconhecidos** pelo(s) pela Companhia e ou seu(s) administrador(es) e apresentadas pela primeira vez no período de vigência da Apólice nos prazos complementares ou suplementares.
Ficam mantidos os demais itens do Edital e Anexos que não foram objeto desta alteração.
O Edital e Anexos estão sendo republicados na integra.
A abertura da sessão pública deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, ocorrerá no site: www.gov.br/compras/pt-br/, às **09h30min** do dia **24/junho/2022.**

Diretor Administrativo e Financeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022 - PROCESSO Nº 19.008/2022. TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: Contratação de empresa para licenciamento de uso de sistemas de informática integrados, para a gestão pública municipal, com os serviços de conversão de dados, implantação, capacitação, manutenção, suporte técnico e hospedagem, pelo período de 12 meses. Sessão de entrega e abertura de envelopes no dia 24/06/2022 as 10h00m, no salão Nobre da Câmara Municipal de Arujá. Local para informações e obtenção do Edital e seus anexos: site oficial da CMA - http://camaraaruja.sp.gov.br – CRISTIAN DOS REIS - PREGOEIRO OFICIAL.

São Paulo, 06 de junho de 2022

Aos Condôminos do Edifício Convention Corporate Plaza – Torre C – Comercial State

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 21/06/2022

Prezados (as) Senhores(as) condôminos:

Considerando as inúmeras manifestações de protesto recebidas por este Síndico, de condôminos que são titulares de unidades na Torre C – Comercial State e nos Edifícios Plaza I – Torre A e Plaza II – Torre B, quanto à inédita convocação pela Administradora – IHCC – de duas assembleias, no mesmo dia e hora, em locais diferentes, impossibilitando aos condôminos de participar dos dois eventos ao mesmo tempo, considerando que as assembleias das Torres C e das Torres A e B sempre ocorreram em datas diferentes; considerando o pedido do Conselho Consultivo para adequação da data da Assembleia para permitir a mais ampla participação dos condôminos da Torre C e considerando que a Administradora – IHCC, a despeito de sua convocação, não entregou as pastas do exercício de 2021 para parecer do Conselho Consultivo, na forma do art. 53 da Convenção. No exercício das prerrogativas previstas no art. 41, itens 7 da Convenção, decide o Síndico **CONVOCAR** os Senhores Condôminos para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária** a ser realizada no **dia 21 de Junho de 2022** no endereço situado no **Hotel Meliá Ibirapuera, na Av. Ibirapuera nº 2.534, Moema, São Paulo-SP, CEP 04028-002**, em primeira convocação às 19h, com 2/3 (dois terços) dos Condôminos presentes ou representados ou às 19h30 em segunda convocação, com qualquer número de Condôminos presentes ou representados; a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Extraordinária
1) Destituição da administradora e informação/ratificação da Rescisão contratual apresentada à Administradora, em 23/06/2021;
2) Deliberação sobre as providências a serem adotadas em função do disposto no item anterior.

Assembleia Geral Ordinária
1) Prestação de Contas do Condomínio de 01/01/2019 a 31/12/2020(*sub judice*);
2) Deliberação sobre as providencias a serem adotadas em função do disposto no item anterior;
3) Prestação de Contas do Condomínio de 01/01/2021 a 31/12/2021;
4) Deliberação sobre as providencias a serem adotadas em função do disposta anterior;
5) Apresentação da Previsão Orçamentária do Condomínio – Janeiro/2022 a dezembro/2022
6) Deliberação sobre as providencias a serem adotadas em função do disposta anterior;
7) Esclarecimentos sobre a não realização da Auditoria deliberada na assembleia de 13/05/2021.
8) Atualização sobre o Processo movido contra IHCC para Restituição de valores. Caso Zillis.
9) Atualização sobre Processo Impar/Santa Marta (valor de aproximado R$ 9 milhões)
10) Assuntos Gerais.

Fica revogada a convocação anterior realizada pela Administradora, sendo o presente edital protocolado perante a mesma que deverá comparecer na Assembleia com as pastas do Condomínio do exercício de 2021.

Atenciosamente,

Luciano Miranda — **Síndico Eleito**
Francisco Javier Quijada — **Presidente do Conselho**

Thales Wilson Cardoso - Constantino Alexandre Stavro - Lucia de Fátima Araújo Cardoso - Clovis Tharcisio Prada
Conselho Consultivo
Edifício Convention Corporate Plaza – Comercial State – Torre C

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento convida o público interessado para participar das **Audiências Públicas** Semipresenciais para debater as seguintes matérias:

PL 511/2019 - Ver. Professor Toninho Vespoli (PSOL) - que, "Estabelece procedimentos para o transporte coletivo de escolares no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências".
PL 58/2020 - Ver. Gilberto Nascimento (PSC) - que, "Acrescenta parágrafo ao art 1° da Lei nº 12.632, de 06 de maio de 1998, para estender a exclusão da restrição de circulação de veículos aos Juízes de Paz que atuem nos cartórios de registro civil no Município de São Paulo".
PL 457/2021 - Ver. Alfredinho (PT) - que "Dispõe sobre a criação do Parque Linear da Avenida Guido Caloi e dá outras providências".
PL 524/2021 - Ver. Sansão Pereira (REPUBLICANOS) - que "Autoriza o Poder Executivo instituir na Cidade de São Paulo o Programa Jovem Doutor SP, e dá outras providências".
PL 419/2019 - Ver. Professor Toninho Vespoli (PSOL) – que "Assegura a substituição de auxiliar técnico de educação nas unidades educacionais por ocasião de afastamento de servidor lotado, e dá outras providências".
PL 732/2020 - Ver. Atílio Francisco (REPUBLICANOS) – que "Proíbe o uso e a comercialização de coleiras eletrificadas ou de choque em animais e altera a redação dos artigos 21, 30 e 31 da Lei nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo".
PL 88/2021 - Ver. Janaína Lima (MDB) – que "Acrescenta os parágrafos 1° e 2º ao artigo 18 da Lei 10.235, de 16 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a forma de apuração do valor venal de imóveis, para efeito de lançamento dos Impostos de Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências".
PL 208/2021 – Verª. Luana Alves (PSOL) – que "Dispõe sobre a responsabilidade financeira das concessionárias e ou permissionárias de arcar com as custas do exame toxicológico de seus condutores".
PL 543/2021 - Ver. Rubinho Nunes (UNIÃO) – que "Institui o programa municipal de logística reversa, concedendo incentivo fiscal na forma de desconto no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a empresas que implementarem e estruturarem a logística reversa em sua atividade produtiva, institui o selo "Empresa amiga do meio ambiente" e dá outras providências".
PL 625/2021 - Ver. Silvia da Bancada Feminista (PSOL), Ver. Erika Hilton (PSOL), Ver. Thammy Miranda (PL), Ver. Daniel Annenberg (PSDB), Ver. Rodrigo Goulart (PSD), Ver. Luana Alves (PSOL), Ver. Eli Corrêa (UNIÃO), Ver. Arselino Tatto (PT), Ver. Celso Giannazi (PSOL), Ver. Felipe Becari (UNIÃO), Ver. Camilo Cristófaro (AVANTE), Ver. Janaína Lima (MDB) e Ver. Juliana Cardoso (PT) - que "Dispõe sobre a oferta do DIU e outros métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva e amplia o acesso dos cidadãos às informações sobre as opções de métodos anticoncepcionais na rede pública municipal de saúde".
PL 693/2021 - Ver. Rodolfo Despachante (PSC) – que "Autoriza a implantação do Hospital Veterinário Público na região do Ipiranga e dá outras providências".
PL 68/2022 - Ver. Edir Sales (PSD) e Ver. Ely Teruel (PODE) - que "Institui o Programa Lei Lucas de Primeiros Socorros no Município de São Paulo, e dá outras providências".
PL 96/2022 - Ver. Rubinho Nunes (UNIÃO), Ver. Sandra Santana (PSDB) e Ver. Ely Teruel (PODE) - que "Proíbe a utilização de animais no desenvolvimento e experimentos científicos e testes de produtos ou matérias primas, inclusive fumígenos, em casos que gerem sofrimento, no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências".
PL 174/2022 – Verª. Edir Sales (PSD); Ver. Jorge Wilson Filho (REPUBLICANOS) – que "Autoriza o Executivo a criar farmácia popular de medicamentos para animais de estimação de pequeno porte".
PL 230/2022 - Ver. Alessandro Guedes (PT) – que "Institui o programa passaporte cultural para alunos da rede pública municipal de ensino no município de São Paulo".

Data: 15/06/2022
Horário: 10h00
Local: **Auditório Virtual e Auditório Prestes Maia** - 1° andar - Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

O acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo será permitido mediante a aferição obrigatória de temperatura e, segundo o cronograma vacinal municipal, a apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, o uso de máscaras de proteção facial torna-se obrigatório quando houver ocupação acima da metade da capacidade do auditório ou sala de reunião, conforme Art. 2° do Ato nº 1.504, de 02 de março de 2021, alterado pelo Ato nº 1.539, de 29 de março de 2022.

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube www.youtube.com/camarasaopaulo.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da videoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/ ou pelo e-mail financas@saopaulo.sp.leg.br.

Para maiores informações: financas@saopaulo.sp.leg.br

Máquina de Vendas Ex-gigante em dificuldades

Justiça de SP decreta falência da dona da Ricardo Eletro

Juiz vê inviabilidade econômica do negócio; presidente da empresa diz que vai recorrer e que não houve pedido de falência por credores

ANDRÉ JANKAVSKI

A Máquina de Vendas, dona da Ricardo Eletro, teve sua falência decretada pela 1.ª Vara de Falências de São Paulo, que citou a falta de viabilidade econômica do negócio. Segundo o juiz Leonardo Fernandes dos Santos, a empresa não demonstra capacidade de "se reorganizar financeiramente". A companhia se disse pega de surpresa pela sentença. "O juiz tomou essa decisão sem ouvir ninguém. Nenhum credor pediu nossa falência, e o administrador judicial não quer a falência", disse Pedro Bianchi, atual controlador e presidente da varejista, que já recorreu da decisão.

O **Estadão** conversou com um credor da companhia que afirmou que, pelo menos por ora, não há intenção mesmo de pedir a falência da companhia, apesar de existirem dúvidas se o negócio, um dia, terá capacidade de honrar seus compromissos. Por isso, há ações de cobrança e execução de garantias em curso. A dívida do negócio supera R$ 5 bilhões, incluindo tributos, e somente o Bradesco e o Santander concentram cerca de R$ 2 bilhões em títulos da dívida (debêntures).

DIFICULDADES. Foi mais um golpe em uma série de derrotas para a varejista, que acumula quase dez anos de crise. A Máquina de Vendas, que chegou a ter 1,2 mil lojas e a faturar R$ 9,5 bilhões, rivalizando com gigantes como Casas Bahia, Ponto e Magazine Luiza, hoje é um site com poucos produtos e faturamento próximo de zero, conforme mostrou reportagem do **Estadão** no fim de abril. A companhia, além da Ricardo Eletro, também concentrava bandeiras como CityLar (no Centro-Oeste) e Insinuante (na região Nordeste).

FABIO MOTTA/ESTADÃO-5/6/2012

Grupo da Ricardo Eletro chegou a ter 1,2 mil lojas, mas hoje se resume a site com poucos produtos

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-14/4/2022

Bianchi diz que empresa segue com plano de retomar operação

Mesmo com a situação delicada, porém, Pedro Bianchi afirma que nenhum dos 17 mil credores pediu a falência da empresa, que segue com os planos de retomar as operações nas próximas semanas. "A empresa está com salários e encargos sociais em dia e já estamos com 30 mil produtos novos subindo para o site", diz.

A expectativa do executivo para o negócio é bastante ambiciosa, considerada a situação atual: ele espera que a companhia volte a ter vendas brutas de R$ 120 milhões mensais até o fim do ano.

Caso a liminar não seja concedida, o empresário diz que a Máquina de Vendas vai recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ). "Mas estamos com boas expectativas de a liminar ser aceita e existem credores que já vão entrar no recurso nos apoiando", afirma Bianchi.

HISTÓRIA. Depois de atingir o faturamento de R$ 9,5 bilhões, em 2014, a varejista entrou em um período de dificuldades que coincidiu com o período de recessão econômica do Brasil. Em 2018, veio a recuperação extrajudicial – graças aos bilhões em empréstimos tomados com bancos e fornecedores – e a promessa de que as coisas iriam mudar. Foi nessa época que Bianchi, então sócio do fundo Starboard, assumiu o comando da empresa. O fundo, por seu turno, já não é mais sócio da companhia.

A pandemia de covid-19 complicou o cenário da já combalida Máquina de Vendas, que decidiu fechar todas as lojas. Resultado: a receita da empresa foi minguando, de R$ 180 milhões mensais em 2019, para um valor irrisório nos últimos anos.

Para completar a crise de credibilidade, o fundador da Ricardo Eletro, Ricardo Nunes, foi preso em 2020, acusado de sonegação de tributos, mas ficou só um dia na cadeia. Bianchi comprou a participação de Nunes na varejista, e o antigo dono partiu para a vida de "coach" de empreendedores.

Foi também durante a pandemia que Bianchi decidiu largar o cargo na Starboard para se dedicar apenas à Máquina de Vendas. Com isso, a sua principal missão foi renegociar as dívidas da companhia, que chegam a R$ 4 bilhões, além de mais R$ 1 bilhão em atrasos tributários. O resultado disso tudo foi que a empresa precisou entrar em recuperação judicial.

Mais recentemente, a varejista passou por uma reestruturação total. De 28 mil funcionários no auge, reduziu a operação para 40 pessoas. Também mudou o sistema do e-commerce para uma tecnologia da Vtex, com a esperança de que as vendas online poderiam representar o início da retomada da empresa.

Existe a ideia de, inclusive, retomar a operação de lojas físicas em 2023. Para Bianchi, os planos de retomada continuam normalmente, mesmo com a decisão de falência decretada pela Justiça de São Paulo. "Tudo continua nos planos. Aqui é 'imparável'", diz ele. ●

COLABOROU FERNANDO SCHELLER

Alimentos Fusões e aquisições

M. Dias Branco compra a paranaense Jasmine

A companhia de alimentos M. Dias Branco continua em sua cruzada de aquisições: anunciou ontem a compra da Jasmine, do Paraná, conhecida pelos produtos saudáveis, como grãos, alimentos prontos e pães sem glúten. O acordo envolveu 100% das ações e foi realizado por meio de uma subsidiária da gigante cearense, líder no setor de massas e biscoitos no País. A companhia é dona de marcas como Adria, Isabela e Salsitos.

Com o negócio, segundo o vice-presidente de relações com investidores da M. Dias Branco, Gustavo Theodozio, a empresa também se impõe no mercado saudável. "É uma marca grande, pronta e em linha com o plano estratégico da companhia de entrar em novas categorias, aliada às tendências de consumo do futuro e em busca de melhores margens", disse Theodozio, em entrevista ao *Broadcast Agro*.

Em 2018, a M. Dias Branco já havia adquirido, dentro de sua estratégia de expansão, a Piraquê, conhecida por biscoitos e salgadinhos, em um negócio avaliado em R$ 1,5 bilhão. A compra da Jasmine tem um valor menor. Oficialmente, as partes não revelaram o valor do negócio. O faturamento da empresa no ano passado foi de R$ 180 milhões.

Hoje, a Jasmine atende especialmente os mercados da região Sul e de São Paulo, que respondem por cerca de 50% da sua receita, com presença em 26 mil pontos de venda. Agora, a ideia da M. Dias é usar a sua capilaridade no País para expandir a atuação da marca. Segundo o executivo da fabricante cearense, a marca poderia praticamente dobrar sua distribuição, para cerca de 50 mil estabelecimentos.

Também está nos planos da M. Dias Branco aumentar o uso da fábrica de 15 mil m² da Jasmine, localizada em Campina Grande do Sul, região metropolitana de Curitiba. Atualmente, a planta opera com apenas 30% da capacidade total instalada, tendo farto espaço de crescimento.

CONTROLE NACIONAL. Com a aquisição, a Jasmine volta a ser um negócio de capital nacional. Isso porque, em 2014, ela havia vendido seu controle para a empresa francesa Nutrition et Santé, subsidiária da farmacêutica japonesa Otsuka. Segundo informações da época, a farmacêutica via no negócio uma chance de atuar fora do setor de medicamentos, que é bastante regulado.

A Jasmine foi fundada nos anos 1990, mas teve origem ainda no fim dos anos 1970, quando o empresário Christophe Allain e sua mulher, Rosa, iniciaram um negócio de venda de marmitas "saudáveis", ainda antes de o casal se mudar para Curitiba. ● ISADORA DUARTE e F.S.

TRISUL

TRISUL S.A.

CNPJ nº 08.811.643/0001-27 - NIRE 35.300.341.627
Companhia Aberta | Código CVM nº 21130

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 26 de abril de 2022, às 15:00 horas na sede social da **TRISUL S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 37, 18º andar, Paraíso, CEP 01311-902. **2. Convocação:** O edital de primeira convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") no jornal "O Estado de São Paulo", nas edições dos dias 30 e 31 de março de 2022 e 01 de abril de 2022, nas páginas B6, B4 e B9, respectivamente, com divulgação simultânea dos documentos na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. **3. Presença:** Presentes acionistas titulares de 113.369.392 (cento e treze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 62,2524% do capital social total e com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, o Sr. Fernando Salomão, Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, na qualidade de representante da administração da Companhia e o Sr. Nelson Varandas dos Santos, representante da Baker Tilly Brasil Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia. **4. Composição da Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Michel Esper Saad Junior e secretariados pelo Sr. Jorge Cury Neto. **5. Publicações e Divulgação**: Conforme o art. 133 da Lei das S.A., foram devidamente publicados no jornal "O Estado de São Paulo", na edição do dia 23 de março de 2022, nas páginas Estadão RI 1, RI 2, RI 3, RI 4, RI 5, RI 6, RI 7 e RI 8, de forma resumida, com divulgação simultânea dos documentos, de forma integral, na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A., o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Os documentos anteriores e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e da Companhia, com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **6. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária**: **(i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** a eleição de membro independente do Conselho de Administração; **(vi)** a caracterização do membro independente do Conselho de Administração; e **(vii)** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária**: **(viii)** a reforma do Estatuto Social com vistas a ajustes de redação e adaptá-lo aos requisitos do novo mercado, com a consequente alteração dos seguintes artigos: (1) Art. 6º – Refletir o novo valor do capital autorizado (cujo aumento será deliberado nos termos do item (ii) abaixo); (2) Art. 6º, Parágrafo 3º - Ajuste para fins de aprimoramentos redacionais; (3) Art. 9, Parágrafo Único – Inclusão da possibilidade de cumulação dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente em caso de vacância, observadas as determinações previstas no parágrafo único do art. 20 do Regulamento do Novo mercado; (4) Art. 12, Parágrafos 1º e 2º - Inclusão da previsão de que 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, bem como acerca da necessidade do Conselheiro Independente apresentar a declaração por escrito atestando seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado; (5) Art. 17, item XVIII - Inclusão de trecho para fins de compatibilização deste inciso com o art. 8º do Estatuto Social da Companhia; (6) Art. 26, Parágrafo Único - Alteração para prever que as Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (7) Art. 27, caput e Parágrafos 3º e 4º - Ajuste para fins de aprimoramentos redacionais; (8) Art. 28, item IX – Exclusão para fins de aprimoramento redacional; (9) Art. 36, Parágrafo 4º - Alteração para fazer menção de que o termo de posse dos membros do Conselho Fiscal deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 47 do Estatuto Social; (10) Art. 36, Parágrafo 5º - Exclusão para fins de aprimoramento redacional; e (11) Art. 43, Parágrafo 1º - alteração para incluir a definição de "Controle" e exclusão da definição de "Poder de Controle"; **(ix)** o aumento do limite do capital autorizado para um total de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias; **(x)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(xi)** a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **7. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **(A) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 7.1. Aprovar, por maioria, desconsideradas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. 7.2. Aprovar, por maioria, desconsideradas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. 7.3. Aprovar, por unanimidade, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R$ 120.551.692,40 (cento e vinte milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), conforme segue: (a) R$ 6.027.584,62 (seis milhões, vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, destinado à formação da reserva legal da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.; (b) R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) correspondente ao pagamento de dividendos aos acionistas, sendo: (b.i) o valor de 28.631.026,95 (vinte e oito milhões, seiscentos e trinta e um mil, vinte e seis reais e noventa e cinco centavos) a título de dividendo mínimo obrigatório; e (b.ii) 11.368.973,06 (onze milhões, trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e três reais e seis centavos), a título de valores adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. (c) R$ 74.524.107,78 (setenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e sete reais e setenta e oito centavos) para a Reserva de Retenção de Lucros. 7.3.1. Consignar que os dividendos declarados serão pagos de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 do dia 26 de abril de 2022 (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive; 7.3.2. Consignar que as ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendos" a partir do dia 27 de abril de 2022, inclusive; 7.3.3. Consignar que os valores declarados como dividendos não estão sujeitos à atualização monetária ou remuneração entre a presente data e a data de efetivo pagamento, que será realizado em duas parcelas de igual valor; a primeira a ser paga até 31 de maio e a segunda até 30 de setembro de 2022; 7.3.4. Consignar que os dividendos são, ainda, isentos de Imposto de Renda, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95 e o artigo 72 da Lei nº 12.973/14. 7.4. Aprovar, por unanimidade, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a fixação do número de 6 (seis) membros efetivos, para compor o Conselho de Administração, todos com prazo de gestão até 23 de abril de 2023. 7.5. Eleger, por unanimidade, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a seguinte pessoa como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, com mandato, unificado aos dos demais membros do Conselho de Administração que já ocupam e permanecem nos seus respectivos cargos, até 23 de abril de 2023: **(i) Marcio Alvaro Moreira Caruso**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 17.423.714-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 088.913.568-16, residente e domiciliado na Alameda dos Aicás, 159, apartamento 12, Indianópolis, São Paulo - SP, CEP 04086-000; 7.5.1. Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que o conselheiro ora eleito está em condições de firmar a declaração de desimpedimento mencionada no art. 147, § 4º, da Lei das S.A. e no art. 2º da Instrução CVM nº 367/2002, que ficará arquivada na sede da Companhia. 7.5.2. Consignar que o membro independente do Conselho de Administração ora eleito tomará posse em seu respectivo cargo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data mediante a assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento nos termos do item 7.5.2 acima. 7.6. Aprovar, por unanimidade, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a caracterização do Sr. **Marcio Alvaro Moreira Caruso**, ora eleito, como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, para fins do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"). 7.6.1. Consignar que, na forma do art. 17 do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia analisou os requisitos arrolados no art. 16, §§ 1º e 2º, do Regulamento do Novo Mercado, conforme inserido na proposta da administração apresentada para esta Assembleia, tendo manifestado entendimento de que o Sr. **Marcio Alvaro Moreira Caruso**, ora eleito, enquadra-se nos critérios de independência lá previstos. 7.7. Aprovar, por maioria, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a fixação da remuneração global de até R$ 5.650.000,00 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) para os administradores da Companhia para o exercício social de 2022, ficando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração individualmente entre os membros do próprio Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do art. 11 do Estatuto Social da Companhia. 7.8. Aprovar, por unanimidade, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a autorização aos administradores para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **(B) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** 7.9. Tendo em vista que não foi atingido o quórum legal previsto no art. 135 da Lei das S.A. para instalação, em primeira convocação, de assembleia geral cujo objeto seja apreciar a reforma do estatuto social, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia não foi instalada. As propostas a serem examinadas, discutidas e votadas com relação à reforma do estatuto social ficaram prejudicadas e não puderam ser discutidas. De acordo com as diretrizes legais, a administração da Companhia promoverá, oportunamente, nova convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre tais matérias. Esclarece-se que, em segunda convocação, referida assembleia será instalada com a presença de qualquer número de acionistas, que deliberarão sobre as matérias constantes da ordem do dia indicada no edital de convocação pela maioria de votos dos acionistas presentes, visto que as matérias a serem apreciadas na assembleia geral extraordinária não estão sujeitas à maioria especial prevista em lei. **8. Aviso sobre alteração do jornal**: Consignar que, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 22 de março de 2022, a Companhia informa que não mais realizará as publicações previstas na legislação societária no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo", passando a fazê-las unicamente no jornal "O Estado de São Paulo". **9. Documentos**: Não houve apresentação de documentos e manifestações de voto apresentados por escrito pelos acionistas. **10. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada às 15h21 e suspendeu os trabalhos até às 15h30h para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo transcrição apenas das deliberações tomadas e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme dispõe o artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei das S.A. Nesses termos, lida e achada conforme, a ata foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 26 de abril de 2022. Mesa: Michel Esper Saad Junior - Presidente; Jorge Cury Neto - Secretário. Representante da Administração - Fernando Salomão - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Representante do Auditor Independente - Nelson Varandas dos Santos. Acionistas presentes: Trisul Participações S.A. (pp. José Carlos Mascarenhas Neves); Jorge Cury Neto (pp. José Carlos Mascarenhas Neves); José Roberto Cury (pp. José Carlos Mascarenhas Neves); Michel Esper Saad; José Sayeg Neto *(pp. José Carlos Mascarenhas Neves)*; Flavia Mattar Sayeg Michalua *(pp. José Carlos Mascarenhas Neves)*; IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE; IT NOW SMALL CAPS FUNDO DE INDICE; ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; ITAU GOVERNANCA CORPORATIVA ACOES - FUNDO DE INVESTIMENTO; WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES *(representado por Itaú Unibanco S.A.; pp. Livia Beatriz Silva do Prado)*; PER VALUE FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENT FUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; AMERICAN ELECTRIC POWER MASTER RETIREMENT TRUST; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST; AMERICAN ELETRIC POWER SYSTEM RETIREE MEDICAL TRUST FCUE; ES RIVER AND MERCANTILE GLOBAL RECOVERY FUND; METIS EQUITY TRUST; NORTHERN TRUST COLLECTIVE GLOBAL REAL ESTATE INDEX FUND-LEND; NORTHERN TRUST COLLECTIVE GLOBAL REAL ESTATE INDEX FUND-N L; ROTHKO EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND, L.P.; BATTELLE MEMORIAL INSTITUTE; SEGALL BRYANT HAMILL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; SEGALL BRYANT HAMILL EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LP; THE WESTPAC WHOLESALE UNHEDGED INTERNATIONAL SHARE TRUST; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; JOULE VALUE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; RIVER AND MERCANTILE INVESTMENTS ICAV -RIVER AND M; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME (acionistas votando por boletim de voto a distância *pp. Michel Esper Saad Junior*) **JUCESP** 290.884/22-6 em 07/06/2022

TRISUL S.A. - *Companhia Aberta* - **CNPJ nº** 08.811.643/0001-27 - **NIRE nº** 35.300.341.627 | **Código CVM nº** 21130

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

ANEXO I - MAPA DE VOTAÇÃO

Item	Matéria	Quantidade de votos			
		Aprovar	Rejeitar	Abster-se	Total
1	As demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.	111.445.016	1.812.590	111.786	**113.369.392**
2	O relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.	98.799.201	1.812.590	12.757.601	**113.369.392**
3	A proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.	113.369.392	0	0	**113.369.392**
4	A fixação do número de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia.	113.369.392	0	0	**113.369.392**
5	A eleição do Sr. Marcio Alvaro Moreira Caruso como membro independente do Conselho de Administração.	113.369.392	0	0	**113.369.392**
6	A caracterização do membro independente do Conselho de Administração.	113.369.392	0	0	**113.369.392**
7	A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022.	109.201.647	4.167.745	0	**113.369.392**
11	A autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores.	113.369.392	0	0	**113.369.392**

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
REAVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 1.075/2022.
Pregão Eletrônico nº 51/2022.

Objeto: Aquisição de postes de concreto.
Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 27/06/2022 até às 08:59:59 horas.
Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços: 27/06/2022 – 09:00:00 horas.
Sítio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
Ourinhos, 09 de junho de 2022.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 101/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.808/2022 - EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA UNIDADE DE SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DE CARUTAPERA, ADMINISTRADOS PELA EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EMSERH.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA ABERTURA: dia **06/07/2022,** às **8h30,** horário de Brasília/DF.
MOTIVO: Pedido de esclarecimento resultou em Novo Edital.
ID nº [928881].
Local de Realização: Sistema Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br.**
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **amaral.neto@emserh.ma.gov.br,** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 7 de junho de 2022
Francisco Assis do Amaral Neto
Agente de Licitação da EMSERH

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Nº0066.2022.CCPLE-VIII.PE.0044.SAD.PMPE. Aviso de Licitação/Pregão Eletrônico. Objeto: Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de veículos, do tipo ônibus, para suprir as necessidades de transporte de tropa para o efetivo do Batalhão de Polícia de Choque de Pernambuco. Valor estimado global: R$ 3.745.500,0000 (três milhões setecentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais). Data de abertura: 27/06/2022, às 13:30 horas (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível na página eletrônica: www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações: (81) 3183-7754. **Nelson Gueiros de Azevedo. Pregoeiro.**

Itaú Seguros S.A.

CNPJ 61.557.039/0001-07 NIRE 35300027582

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: Em 30.11.2021, às 09h30, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 12º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Andre Balestrin Cestare - Presidente; Renato da Silva Carvalho - Secretário. **QUÓRUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação ("Protocolo e Justificação") celebrado nesta data pelos órgãos de administração da Companhia e pelos órgãos de administração da **ITAÚ PARTICIPAÇÃO LTDA.**, com sede em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 9º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, CNPJ nº 18.225.199/0001-11, NIRE 35227579720 ("**ITAÚ PARTICIPAÇÃO**"), o qual estabelece todos os termos e condições da incorporação da totalidade do patrimônio da **ITAÚ PARTICIPAÇÃO** pela Companhia ("Incorporação"). 2. Ratificar a nomeação da empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), com sede em São Paulo (SP), na Av. Francisco Matarazzo, 1400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, inscrita no CNPJ sob nº 61.562.112/0001-20, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP000160/O-5, para avaliar, a valor contábil, o patrimônio da **ITAÚ PARTICIPAÇÃO** a ser incorporado pela Companhia. 3. Aprovar o Laudo de Avaliação preparado pela PWC com base no balanço patrimonial da **ITAÚ PARTICIPAÇÃO**, levantado em 31.10.2021, para fins da Incorporação, que avaliou o patrimônio líquido da **ITAÚ PARTICIPAÇÃO** em R$ 327.624.764,59 (trezentos e vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). 4. Aprovar a Incorporação da **ITAÚ PARTICIPAÇÃO** pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação. 5. Em virtude da aprovação da Incorporação, o capital social da Companhia será aumentado em R$ 237.600.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões e seiscentos mil reais), passando este **de** R$1.583.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e oitenta e três milhões de reais), **para** R$ 1.820.600.000,00 (um bilhão, oitocentos e vinte milhões e seiscentos mil reais), mediante a emissão de 14.233.005 (quatorze milhões, duzentas e trinta e três mil e cinco) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, a serem atribuídas da seguinte forma: (i) 14.232.991 (quatorze milhões, duzentos e trinta e duas mil, novecentas e noventa e uma) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal à Itauseg Participações S.A. (CNPJ: 07.256.507-0001-50); e (ii) 14 (quatorze) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal à Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. (CNPJ: 58.851.775/0001-50), em substituição às suas participações na **ITAÚ PARTICIPAÇÃO**, alterando-se, consequentemente, o caput do art. 3º do Estatuto Social da Companhia, que passará a assim se redigir: "Art. 3º - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de 1.820.600.000,00 (um bilhão, oitocentos e vinte milhões e seiscentos mil reais), representado por 138.081.175 (cento e trinta e oito milhões, oitenta e um mil, cento e setenta e cinco) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 120.645.772 (cento e vinte milhões, seiscentas e quarenta e cinco mil, setecentas e setenta e duas) ordinárias e 17.435.403 (dezessete milhões, quatrocentas e trinta e cinco mil, quatrocentas e três) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no eventual reembolso de capital, sem prêmio." 6. Aprovar que a Companhia suceda a **ITAÚ PARTICIPAÇÃO** em todos os seus direitos e obrigações, em caráter universal, nos termos do Protocolo e Justificação. 7. Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos e firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das deliberações ora propostas, conforme previsto na legislação em vigor. 8. Consolidado o Estatuto Social contemplando as alterações anteriormente deliberadas, que vigorarão na forma ora rubricada pelos presentes e após sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 30 de novembro de 2021. (aa) Andre Balestrin Cestare - Presidente; Renato da Silva Carvalho - Secretário. **Acionistas:** Itauseg Participações S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare e Renato da Silva Carvalho - Diretores; Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare e Renato da Silva Carvalho - Diretores; Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare e Carlos Henrique Donegá Aidar. - Diretores. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 30 de novembro de 2021. Andre Balestrin Cestare - Presidente; Renato da Silva Carvalho - Secretário. JUCESP - Registro nº 269.415/22-1, em 27.05.2022 (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Itaú Unibanco Holding S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23 Companhia Aberta NIRE 35300010230

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

DATA E HORA: Em 10.02.2022, às 09h30. **MESA:** Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal - Copresidentes. **QUORUM:** Maioria dos membros eleitos, com a participação dos Conselheiros na forma permitida pelo item 6.7.1. do Estatuto Social. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Iniciada a reunião, os Conselheiros apreciaram as demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2021, que foram objeto de: (i) recomendação para aprovação, consignada no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria; (ii) parecer favorável do Conselho Fiscal; (iii) relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes; e (iv) manifestação da Diretoria, que concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes, com as demonstrações financeiras e com o relatório de análise gerencial da operação. Após considerações, os Conselheiros concluíram pela exatidão de todos os documentos examinados, aprovando-os por unanimidade e autorizando sua divulgação, mediante remessa à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, *SEC - U.S. Securities and Exchange Commission* e *NYSE - New York Stock Exchange* (ambas nos EUA). Após examinarem as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2021, os Conselheiros deliberaram, "ad referendum" da Assembleia Geral e com fundamento no subitem 6.8, X, do Estatuto Social, distribuir aos acionistas juros sobre o capital próprio no valor de R$ 0,013660 por cada ação detida, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R$ 0,011611 por ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas se dará em 11.03.2022, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 21.02.2022, com suas ações negociadas "ex-direito" a partir do dia 22.02.2022, e com crédito contábil em 11.03.2022. Aprovado, ainda, que os juros sobre o capital próprio já declarados pelo Conselho de Administração em 14.10.2021, no valor bruto de R$ 0,264551 por ação (líquido de R$ 0,224868 por ação) também serão pagos em 11.03.2022. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues, secretário do Conselho, lavrou esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 10 de fevereiro de 2022. (aa) Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal - Copresidentes; Ricardo Villela Marino - Vice-Presidente; Alfredo Egydio Setubal, Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela, Candido Botelho Bracher, Frederico Trajano Inácio, João Moreira Salles, Marco Ambrogio Crespi Bonomi, Maria Helena Santana e Pedro Luiz Bodin de Moraes - Conselheiros. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 10 de fevereiro de 2022. (aa) Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal - Copresidentes. JUCESP - Registro nº 268.572/22-7, em 27.05.2022 (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 1.191/2022.
Pregão Presencial nº 61/2022.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza continuada na realização de coleta de amostras biológicas e exames laboratoriais de análises clínicas, destinados à rede pública de saúde do município de Ourinhos-SP.
Sessão de processamento do Pregão, recebimento e abertura dos envelopes "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação": 28 de junho de 2.022, às 09:00 horas.
Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ourinhos, sito à Travessa Vereador Abrahão Abu-jamra, nº 70, fundos, Centro.
O Edital completo poderá ser retira-do no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações ou mediante requerimento da empresa enviado via e-mail para licitacao.pmo@gmail.com, sendo que quaisquer esclarecimentos a res-peito da presente licitação poderão ser obtidos na Diretoria de Estratégia de Aquisições de Materiais, Bens e Serviços ou através do tele-fone (14) 3302-6000 – ramais 6076, 6032 ou 6123.
Ourinhos, 09 de junho de 2022.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

Pedro Doria *E-mail: coluna@pedrodoria.com.br; Twitter: @pedrodoria*

Europa está botando ordem no digital

A partir de 2024, todo equipamento com bateria que ligamos na tomada vendido na Europa terá de usar o padrão USB-C. Os smartphones Android mais modernos já o usam, muitos laptops também, assim como o iPad. A entrada USB-C é pequenina, portanto, cabe em qualquer aparelho. Não importa se posicionamos o cabo de um lado ou do outro, sempre encaixa. Tolera taxas de transferência de dados altas e carregamento rápido. E, como o mercado europeu representa um PIB de US$ 18 trilhões, todas as empresas vão se adaptar. Os iPhones, já no ano que vem, abandonarão o lightning da Apple pelo novo padrão. O resultado da política europeia é que o mundo todo vai adotar um só tipo de entrada. Os centros mundiais da inovação podem ainda ser EUA e China, mas é a Europa que está organizando o mundo digital para todos nós.

No centro da regulação digital europeia, está uma política liberal de 54 anos chamada Margrethe Vestager, que já havia servido como vice-premiê e ministra da Fazenda na Dinamarca. Ela é economista e lidera, na UE, a Comissão de Adequação Digital. Mas não é só a excelência técnica de Margrethe que permite à Europa avançar rapidamente. A estrutura de governança da união ajuda muito. Ou, dito de outra forma, burocracia, quando bem estruturada, funciona.

> *Nova lei do bloco sobre o USB-C vai ter seus efeitos sentidos bem longe do continente*

O processo de polarização do mundo travou parlamentos nacionais. É assim por toda parte – alguns ainda conseguem ser minimamente funcionais, mas pautas divisivas têm dificuldades. Na Europa, porém, as leis que valem para todo o bloco são elaboradas independentemente dos Parlamentos. Corpos técnicos foram erguidos para cada área, com gente tecnicamente habilitada e políticos no comando. Cada problema é estudado nos detalhes. Um projeto de lei é elaborado. E, só aí, os Parlamentos de cada país aprovam.

Descolar a elaboração das leis que tratam de temas muito complexos do processo de aprovação tornou a Europa eficiente no mundo digital. Do outro lado, existem corporações grandes que desenvolvem tecnologias mal compreendidas. Tecnologias que impactam de inúmeras maneiras nosso cotidiano. Às vezes, mudando a dinâmica do debate público. Dificultando o fluxo de informação de qualidade. Estabelecendo monopólios que impedem a entrada de startups inovadoras em mercados. Até influenciando o preço de produtos nos marketplaces do comércio eletrônico.

Este ano, leis europeias vão pela primeira vez regular todos esses espaços. Ao fazê-lo, seus efeitos serão sentidos até bem longe do continente. ●

JORNALISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Educação financeira **Onda de Cortes**

'Primo Rico', que ensina a investir, demite 20% de seus empregados

LUCAS AGRELA

O Grupo Primo, empresa liderada por Thiago Nigro – criador do canal O Primo Rico no YouTube –, Bruno Perini e Joel Jota, demitiu 20% de seus funcionários na quarta-feira. O corte atingiu mais de 50 dos 280 empregados da companhia. A empresa confirmou as demissões ao **Estadão**. O corte vem após a integração de processos e times de aquisições do grupo, como as empresas Spiti, Grão e TopInvest.

A empresa diz crescer consecutivamente há sete semestres, com o acréscimo de 246 pessoas à equipe desde janeiro de 2021. O crescimento foi impulsionado tanto pela expansão dos próprios negócios quanto por compras de outras empresas. A abertura de capital na Bolsa continua nos planos do grupo.

O Grupo Primo produz conteúdos educacionais sobre finanças nas redes sociais, vende cursos sobre investimentos e passou a atuar no segmento de criptomoedas em 2022.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO-12/3/2021

Nigro ficou conhecido ao criar o canal O Primo Rico no YouTube

CRISE NO SETOR. Nesta semana, a Empiricus também cortou funcionários. A empresa é conhecida pela venda de relatórios para investimentos na Bolsa de Valores e foi comprada pelo banco BTG Pactual em 2021. A 2TM, dona do Mercado Bitcoin, foi outra que cortou funcionários recentemente. O preço do bitcoin está na casa dos US$ 30 mil há cerca de um mês – esse valor representa metade do registrado no pico de novembro de 2021, e queda de um terço só em 2022. ●

Saúde **Captação de recursos**

Seguros Unimed cria fundo para hospitais próprios

A Seguros Unimed, grupo segurador e braço financeiro do sistema de cooperativas médicas da Unimed, quer acelerar a construção de novos hospitais para os próximos anos, evitando perder espaço para concorrentes como a Rede D'Or e a Hapvida. Para isso, a empresa aposta na criação de um fundo imobiliário centralizado para captar dinheiro e distribuir para suas cooperativas. A ideia é operar diretamente em cidades importantes onde a companhia não possui operação relevante, como São Paulo, Brasília e Salvador. A meta inicial é levantar mais de R$ 1 bilhão.

Esse é um movimento que a companhia já vem fazendo por meio da InvestCoop Asset Management, gestora de recursos financeiros do Sistema Unimed, criada em 2020. Por meio da gestora, a companhia captou R$ 101,7 milhões para construir o hospital Unimed Campina Grande (PB).

PADRONIZAÇÃO. Segundo Helton Freitas, presidente da Seguros Unimed, um fundo nacional ajudará a criar uma uniformidade entre as filiais da Unimed pelo Brasil, que têm gestões independentes. Em 2015, por exemplo, houve a falência da Unimed Paulistana, mas o fato não impactou a operação das outras cooperativas.

Com a intenção de acelerar a expansão dos hospitais próprios, a ideia da Seguros Unimed é que, para utilizar recursos do fundo, a cooperativa interessada entre com metade do dinheiro. "O R$ 1 bilhão é a parte do fundo. Será necessária uma contrapartida, e o total vai para R$ 2 bilhões", diz Freitas. ● **ANDRÉ JANKAVSKI**

CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, WILIAN MIRON E CIRCE BONATELLI / GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Oferta da Eletrobras atrapalha conversa da Corsan e BRK com mercado

A oferta de ações de mais de R$ 30 bilhões da Eletrobras manteve gestores ocupados nas últimas semanas, atrapalhando a vida dos assessores das duas ofertas de saneamento, Corsan e BRK, que estão na fila para estrear na Bolsa em julho. As duas tentarão captar ao menos R$ 3 bilhões em uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), mas há relatos de recusa de analistas para conversas que antecedem as apresentações formais, também chamadas de *pilot fishing*, por falta de tempo em agenda. A privatização da maior geradora de energia da América Latina, embora bastante aguardada, desembarcou no mercado às pressas. A operação deve terminar o ano como a segunda maior transação global.

Cenário macroeconômico pesa

O lançamento ocorreu na tentativa de aproveitar o interesse gerado pela Eletrobras. Há uma demanda reprimida, como se pôde ver na operação da estatal, que atingiu cerca de R$ 70 bilhões. Mas com o cenário econômico complexo e a elétrica sugando as atenções, crescem as dificuldades para BRK e Corsan.

BRK busca captar R$ 2 bilhões

A BRK pretende captar cerca de R$ 2 bilhões em uma oferta primária, na qual o dinheiro vai todo para o caixa. Será a primeira empresa privada de saneamento a fazer um IPO, e os recursos serão usados para bancar participações em licitações de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

● **DONOS.** Em seu prospecto, a BRK ressalta que não vai usar o dinheiro para pagar dívidas, estratégia de algumas companhias em 2020 e 2021, que acabaram tendo de engavetar as ofertas. A empresa pertence à canadense Brookfield, dona de uma fatia de 70% por meio de um fundo, e à Caixa, que tem os 30% restantes, via FI-FGTS.

● **SEM DONO.** Já a estatal gaúcha Corsan pode captar cerca de R$ 1,5 bilhão, em uma privatização que segue os moldes da Eletrobras. Haverá aumento de capital e o governo do Rio Grande do Sul vai diluir sua fatia de pouco mais de 50% para menos de 30%. A empresa a ser listada na Bolsa será uma companhia sem controle definido, ou uma *corporation*.

● **A CAMINHO.** Ainda na fila para emplacar uma oferta de ações estão a CVC, que quer fazer uma emissão primária, de novas ações, para engordar o caixa, e a PetroRecôncavo, que pretende captar até R$ 2 bilhões para financiar fusões e aquisições. A precificação está prevista para o dia 14.

FOCO NA ELETROBRAS

AGER-16/2/2018

Além de a Eletrobras ter concentrado as atenções do mercado, o cenário macroeconômico pesa contra as ofertas de Corsan e BRK

● **LIGADOS.** A conexão de sistemas de geração própria de energia em telhados (geração distribuída) na área de concessão da CPFL se acelerou no segundo trimestre e já responde por 5% do mercado residencial da distribuidora. Segundo Gustavo Estrella, presidente da companhia, a modalidade pode alcançar até 15% do mercado no médio prazo.

● **PROPÍCIO.** O avanço se dá como consequência dos altos níveis de insolação no interior de São Paulo, área de atuação da companhia, onde boa parte da população tem renda elevada. Há ainda a previsão de incentivos fiscais para os equipamentos instalados neste ano.

● **SALGADOS.** Outro motivo pelo qual mais consumidores têm buscado esses sistemas é o aumento nas tarifas neste ano, que devem subir, em média, 18% em todo o País, devido ao custo da crise hídrica.

● **REAJUSTES.** A CPFL já teve a tarifa de algumas de suas distribuidoras reajustadas neste ano, com aumento médio da ordem de 15% na CPFL Paulista e de 8,83% na Santa Cruz. Segundo Estrella, as altas só não foram maiores porque a empresa buscou formas de mitigar os reajustes, por meio da devolução aos consumidores de créditos de PIS/Cofins.

● **QUASE LÁ.** Após quase um ano de tramitações, a operação de venda da empresa de fibra ótica V.tal está muito perto de chegar ao fechamento (*closing*), apurou a Coluna. Um comunicado com o anúncio deve sair nos próximos dias.

● **EM ANDAMENTO.** A Oi fez a cisão do seu braço de redes para banda larga e acertou a venda por meio de leilão em julho de 2021 para fundo de investimento do BTG Pactual em conjunto com a Globenet Cabos Submarinos. A Oi permaneceu com 42,1% da subsidiária, enquanto os novos acionistas levaram 57,9% por R$ 12,9 bilhões. A V.tal é a principal fornecedora de redes para provedores de banda larga, tendo a própria Oi como sua maior cliente. Na cisão, a empresa herdou uma rede de 400 mil quilômetros de fibra.

SOBE

Demanda da China impulsiona frigoríficos

NACHO DOCE/REUTERS-27/7/2017

Após queda em bloco na quarta-feira, o setor de frigoríficos teve alta, em sua maior parte, moderada ontem na B3. Com avanço de 2,04%, Minerva puxou os ganhos. BRF subiu 0,47%, seguida por Marfrig (0,46%) e JBS (0,35%). Rodrigo Brolo, da Criteria Investimentos, atribuiu a valorização a uma maior procura da China pela carne brasileira. Sinal disso é que as empresas estão pagando mais pelo boi para abate.

DESCE

Petroleiras recuam com queda da commodity

EDUARDO CHAMON-30/3/2022

Em um dia negativo para as petrolíferas, que acompanharam a queda do óleo nos mercados internacionais, a PetroRio recuou 2,09%, liderando as perdas do setor na Bolsa brasileira. Na quarta-feira, a empresa divulgou dados preliminares de produção de petróleo, mostrando alta de 2,2% em maio, notícia considerada neutra por analistas. Os papéis ON da Petrobras caíram 1,19% e os PN, 1,44%. Já a 3R Petroleum fechou em queda de 1,65%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **107.093,71 PTS.** | Dia **-1,18%** | Mês **-3,82%** | Ano **2,17%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
HAPVIDA ON NM	6,23	2,98	39.003
SUL AMERICA UNT	25,55	2,69	14.128
CCR SA ON NM	13,23	2,24	17.241

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

SID NACIONALON	19,64	-6,65	23.670
MAGAZ LUIZA ON	3,01	-6,52	53.001
AZUL PN N2	16,47	-5,34	19.114

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

6/6 A 6/7	0,1455	0,9567	0,6462	0,5000
7/6 A 6/7	0,1484	0,9586	0,6491	0,5000
8/6 A 8/7	0,1501	0,9613	0,6509	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	32.272,79	-1,94	-2,17	-11,19
FRANKFURT - DAX	14.198,80	-1,71	-1,32	-10,61
LONDRES - FTSE	7.476,21	-1,54	-1,73	1,24
TÓQUIO - NIKKEI	28.246,53	0,04	3,54	-1,89

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,46	3.178,86
	15/5/2035	5,70	1.943,32
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,62	4.160,85
PREFIXADO	1º/1/2025	12,57	738,90
	1º/1/2029	12,71	457,49
SELIC	1º/3/2025	0,11	11.728,67

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Abril	Maio	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	1,04	0,45	4,96	11,90
IGPM (FGV)	1,41	0,52	7,54	10,72
IGP-DI (FGV)	0,41	0,69	7,17	10,56
IPC (FIPE)	1,62	0,42	5,06	12,27
IPCA (IBGE)	1,06	0,47	4,78	11,73
CUB (Sinduscon)	0,76	3,99	5,65	11,87
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,51	0,31	2,14	4,48

Índices de reajuste do aluguel (Junho)

IGP-M (FGV)	1,1072	IPCA (IBGE)	1,1173
IGP-DI (FGV)	1,1056	INPC (IBGE)	1,1190
IPC-FIPE	1,1227	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (JUNHO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO 7/7. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/32)	13,06	0,15	1,32	42,73
CDI	12,65	0,00	0,00	38,25

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	JUL/22	19,29	232.972	18,82	19,45	1,53
CAFÉ NY*	SET/22	234,80	82.039	230,50	235,80	1,21
SOJA CBOT**	JUL/22	17,690	238.221	17,285	17,840	1,67
MILHO CBOT**	SET/22	7,280	374.000	7,195	7,378	0,21

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	193,18	0,71	15,25
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	312,10	-1,28	-1,19
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	85,85	-0,01	-10,31
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.327,76	1,00	51,86

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,9156	0,52	3,43	-11,84
DÓLAR TURISMO	5,1170	0,85	3,62	-10,81
EURO	5,2180	-0,42	2,25	-17,36
OURO	288,000	0,88	3,23	-12,73
WTI US$/BARRIL	121,2600	-0,94	5,21	58,63
IBRENTUS$/BARRIL	122,8000	-0,85	5,66	57,66

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,0617	1,2494	0,2035
EURO	0,942	1,0000	1,1768	0,1917
FRANCO SUIÇO	0,981	1,0414	1,2256	0,1996
LIBRA ESTERLINA	0,801	0,8500	1,0000	0,1629
IENE	134,431	142,7250	167,9590	27,358

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Tecnologia Saída com acusação de assédio

‘Estrela da Microsoft’, brasileiro é demitido

Alex Kipman, brasileiro responsável pela criação de vários produtos na Microsoft, foi demitido pela empresa na terça-feira, após acusações de assédio e má conduta dentro da companhia. Kipman liderou projetos importantes como o dispositivo Kinect, para Xbox, e os óculos de realidade virtual HoloLens.

A Microsoft não fez comentários sobre as acusações, confirmando apenas a saída: “Alex Kipman deixará a empresa para buscar outros interesses, depois de passar os próximos dois meses ajudando na transição”. Kipman ainda não se manifestou sobre o assunto – o último post dele no Twitter é de 23 de maio. A reportagem tentou contato, sem sucesso.

A informação sobre a saída de Kipman foi divulgada inicialmente pelo site *Business Insider*. Na sequência, o site *Geek Wire* exibiu um suposto e-mail interno da Microsoft, enviado aos funcionários, comunicando o desligamento. De acordo com o site, o responsável pelo aviso interno à empresa foi Scott Guthrie, chefe da divisão de inteligência artificial e nuvem da Microsoft. O documento, porém, não cita as acusações de assédio.

Em 25 de maio, o *Business Insider* publicou uma outra reportagem em que acusava Kipman e outros executivos da Microsoft de assédio moral e sexual. Segundo a reportagem, o engenheiro frequentemente fazia do ambiente de trabalho um local hostil para mulheres.

● BRUNA ARIMATHEA

SERGIO PEREZ/REUTERS-24/2/2019

Entre outros projetos, Kipman liderou o Kinect, para Xbox

C3 **Cinema.** ‘Está Tudo Bem’ narra história de luto e superação. C4 **Paladar.** Dicas de fondue para enfrentar os dias mais frios

C8 **Música**

Cumplicidade

Dori Caymmi e Mônica Salmaso celebram em show o novo disco

LORENA DINI

Direto da Fonte

Gilberto Amendola
gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Avatar

Rafa Kalimann promete 'intensidade' no metaverso

Para dar conta de tantos projetos, Rafa Kalimann vai precisar se desdobrar em duas. A participante do BBB 20, em vias de se tornar atriz na Globo, em breve terá um avatar no metaverso. Os detalhes ela guarda a sete chaves, mas contou um pouco sobre o projeto: "Eu acho que é uma extensão da Rafa, apesar de não ser eu. Vai ser uma persona criada por mim, uma mistura de versão real da Rafa mais nova". E, afinal, que Rafa é essa que imaginou? "Ela vai ser muito intensa e muito determinada. Acho que as pessoas vão gostar de acompanhar."

Os avatares têm personalidade própria e seus donos os exibem nas redes sociais. "Quando eu busco entender mais sobre o metaverso vejo que a ideia é que todas as plataformas estejam interligadas. E os avatares serão um desses elos", ensina Rafa.

No meio disso, há uma série de benefícios, interação, negócios, entretenimento e estímulos. A sensação é de estar dentro de um jogo. O avatar está sendo tratado como um ativo por marcas e celebridades. Sabrina Sato também já criou seu "alter ego" no metaverso, assim como o influenciador Lucas Rangel que afirmou ter investido R$ 240 mil no seu.

● PAULA BONELLI

ERIC GAILLARD/REUTERS

A ex-BBB deve ampliar seus negócios em um ambiente virtual

Bloco de Notas

● **LIXO ZERO.** Começa hoje o Encontro Lixo Zero – com debates sobre a gestão de resíduos na cidade de São Paulo. O evento oferece uma série de oficinas, como a de recuperação de orquídeas resgatadas do descarte e de técnicas de compostagem. Na Unibes Cultural.

● **LISTA TRÍPLICE.** Pela segunda vez, a procuradora de Justiça Lídia Passos é a mais votada na lista tríplice, que será enviada ao governador Rodrigo Garcia, para a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça de SP.

● **SOLIDARIEDADE.** O Camarote Solidário, que Roseli Tardelli organiza há 19 anos na Parada do Orgulho Gay, terá show de Zélia Duncan e campanha virtual para doações de cestas básicas. No próximo dia 19.

FOTOS CHRISTINA RUFATTO

1. Mary Carmen Matias lançou o livro "Os Caminhos da Forma", junto com abertura de exposição. 2. Lucilia Diniz e Luiz Carlos Trabuco Cappi. 3. Olga e Wolf Kos. Anteontem, no MIS.

Balcão do Giba

● **VERMUTES.** O culto aos vermutes é uma realidade entre argentinos, espanhóis e italianos. Por aqui, a categoria ainda está engatinhando – mas acaba de ganhar um importante aliado: o Trinca Bar & Vermuteria, no Baixo Pinheiros.

● **O QUE É?** Para os não iniciados, o básico: vermutes são vinhos fortificados e aromatizados com especiarias, ervas, raízes, cascas, sementes, flores...

● **COMO BEBE?** Puro. Com água com gás ou água tônica. O vermute também é um ingrediente fundamental em drinques clássicos, como o Negroni, o

LEO MARTINS

Manhattan e o Dry Martini.

● **NO TRINCA BAR.** Experimente os vermutes produzidos no próprio bar (três opções). Entre os coquetéis, tente o Negroni Trinca – que leva o vermute da casa e fat wash de azeite espanhol. Na Rua Costa Carvalho, 96 – Pinheiros.

Cinema *Em cartaz*

‘Está Tudo Bem’ narra história de luto e superação

CAROLE BETHUEL/MANDARIN PRODUCTION

Sophie Marceau e André Dussollier: filha e pai no filme de François Ozon sobre o delicado tema da eutanásia

Longa acompanha sem julgamentos o impasse de uma família diante do pedido do patriarca doente por uma morte assistida

RODRIGO FONSECA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Membro titular da Comédie-Française há 50 anos, André Dussollier comemora suas bodas de ouro com a mais prestigiosa instituição do teatro em seu país ao mesmo tempo que colhe os louros da carreira internacional pela atuação que renovou seus laços de amor com o cinema europeu: *Está Tudo Bem*. Já em cartaz no Brasil, o novo filme de François Ozon rendeu a seu protagonista uma ovação em sua passagem pelo Festival de Cannes de 2021.

Ozon dá ao veterano intérprete uma história de luto e superação sobre suicídio assistido – e baseado em fatos reais – que estreou em seu país no ano passado, no momento em que ele se despedia de um amigo: Jean-Paul Belmondo (1933-2021).

“Fiquei muito próximo de Belmondo em seus momentos finais e acompanhei sua luta para viver uma experiência de apego à sobrevivência que me fez entender que, enquanto conseguem se expressar, as pessoas em estado de fragilidade ainda têm no que se agarrar e ainda têm razões para resistir”, disse Dussollier ao **Estadão** durante o Rendez-Vous Avec Le Cinéma Français, um fórum de promoção da produção francófona realizado em janeiro. “O mais triste no ciclo de finitude que leva as pessoas ao desespero é a perda da autoestima. Conheci pessoas geniais como Jean-Dominique Bauby, jornalista e escritor que ficou paralisado após um derrame, sendo capaz de se expressar apenas com o movimento de um olho e que se agarrou à vida enquanto teve chance. Mas não julgo quem deseja antecipar a partida. Não me cabe esse direito.”

ARQUÉTIPOS. Ator desde seus 23 anos, Dussollier ingressou no cinema também há cinco décadas, quando foi escolhido por François Truffaut (1932-1984) para um papel em *Uma Jovem Tão Bela Quanto Eu* (1972). E ele não parou mais. “Teatro é onde reflito sobre os arquétipos da existência. Nos filmes, penso sobre a vida cotidiana. Percebo que cada geração de cineastas aporta sua própria percepção da realidade. A de Ozon se dá pelo respeito aos afetos”, diz Dussollier.

Em *Está Tudo Bem*, ele encarna o industrial octogenário André Bernheim, baseado no pai da escritora Emmanuèle Bernheim (1955-2017). Amiga de Ozon, ela registrou nas páginas de seu best-seller *Tout S’Est Bien Passé* sua luta para ajudar André a ter uma eutanásia autorizada após as sequelas de um derrame. No filme, Sophie Marceau encarna Emmanuèle. “Ela chegou a me pedir que filmasse o livro, logo depois de publicado, mas éramos próximos demais para ter o distanciamento que esse projeto exigia”, contou Ozon ao **Estadão**, na Berlinale, em fevereiro. “Mudei de ideia depois que ela morreu e percebi a necessidade de explorar esse tema da despedida e, sobretudo, da experiência de lidar com alguém que está partindo. E a sabedoria de Dussollier foi fundamental para isso.” ●

Sextou! Gastronomia

Veja no site do 'Paladar' onde comprar cestas de café da manhã para o Dia dos Namorados

RAUL DA MOTA

Paladar Dias frios

É tempo de fondue

Com a queda nas temperaturas, os rechauds ressurgem na mesa dos restaurantes; confira onde pedir

CINTIA OLIVEIRA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Já que a estação mais fria do ano está logo aí – o inverno tem início em 21 de junho no hemisfério sul –, mas o frio já apareceu por aqui, as panelinhas de fondue começam a dar as caras no centro das mesas dos restaurantes. É possível encontrar da clássica versão suíça, à base de queijos como gruyère e emental, além de kirsch (aguardente de cereja), a outras, que levam de carne a chocolate na receita. A seguir, confira uma seleção de endereços onde provar a sua em São Paulo.

CHALEZINHO. Com duas unidades na capital paulista e uma filial em Campos do Jordão (SP), o restaurante tem como carro-chefe a fondue. Além da original, com queijos emental e gruyère, vinho branco e kirsch (R$ 134), o menu oferece a versão com filé-mignon, na qual os cubos de carne são finalizados dentro de um consommé com vinho, e chegam à mesa com torradas de alho e molhos rosé, cogumelos e mostarda (R$ 180). Entre as fondues doces, uma novidade: doce de leite com Baileys, que chega à mesa com chocolates finalizados com flor de sal (R$ 152).

R. Jorge Coelho, 160, Itaim Bibi. 11-94623-1000. 19h/0h (6ª e sáb. 19h/1h).

EMPÓRIO MANUEL. Recentemente, o chef Marcilio Araújo incluiu no cardápio duas versões da receita. A fondue savoyarde, por exemplo, tem como base queijos gruyère, emental e reblochon, além de vinho Riesling e kirsch, e chega à mesa escoltada por pão de fermentação natural e batatas (R$ 240). A outra pedida fica por conta da fondue de chocolate, servida com frutas da estação (R$ 110). Quem pedir as duas versões ganha um desconto (R$ 320).

Rua Manuel Guedes, 426, Itaim Bibi. 11-3073-1679. 8h/23h (dom. 8h/23h; fecha 2ª)

FLORINA. O restaurante suíço, sob o comando de Cristina Häfeli, funciona desde 1995 em uma charmosa casa de esquina no Campo Belo. Um dos destaques do menu é a seleção de fondues, como o appenzeller (com queijos gruyère, emental e appenzeller, R$ 225) e o campagne (com gruyère, emental e bacon tostado, R$ 185), que servem duas pessoas e chegam à mesa com pão italiano e uma seleção de itens de charcutaria.

R. Cristóvão Pereira, 1.220, Campo Belo. 11-96416-8121. 19h/23h (sáb. 12h/16h e 19h/23h. Dom. 12h/17h; fecha 2ª).

GABRIELLE FRASSATI/AGÊNCIA GALLIAH

Versão do Empório Manuel leva queijos gruyère, emental e reblochon

PRAÇA SÃO LOURENÇO. O restaurante traz de volta sua seleção de fondues, que ficará em cartaz até o fim de setembro. Entre as sugestões, destaque para a fondue de queijos Mogiana, da Fazenda Atalaia (SP), e fontina, da Serra das Antas (MG), servida com pão italiano, presunto tessinês, bresaola, linguicinha curada, picles de pepino e pera (R$ 167). Outra pedida é a fondue de chocolate ao leite Danke com caramelo e flor de sal, servida com frutas, financier de coco, waffle e minichoux (R$ 86).

R. Casa do Ator, 608, Vila Olímpia. 11-3053-9300. 12h/15h e 19h/22h (sáb. 12h/16h e 19h/22h. Dom. 12h/16h). Delivery pelo iFood.

BISTROT DE PARIS. O chef Alain Poletto traz para o cardápio de seu bistrô a fondue au fromage, com appenzeller, gruyère e emental (R$ 95 por pessoa), servida com pão. Também é possível pedi-la na companhia da tábua de charcutaria da casa (R$ 109 por pessoa). Para a sobremesa, a fondue de chocolate meio amargo vem com frutas da estação e madeleines (R$ 46 por pessoa).

R. Augusta, 2.542, Jardim Paulista. 11-3063-1675. 12h/15h30 (3ª e 4ª 12h/15h30 e 19h/23h30. 5ª 12h/23h30. 6ª e sáb. 12h/0h. Dom. 12h/22h).

TARTUFERIA SAN PAOLO. O restaurante na Rua Oscar Freire lançou a fondue al tartufo (R$ 75). Elaborada pela chef Daiane Chad, a receita mescla queijos gruyère e canastra da Estância Capim Canastra (MG) e trufa negra Estivo. Chega à mesa dentro do pão italiano, que é assado com azeite de oliva e alho confitado e é guarnecido de batatas rústicas crocantes. Ainda é possível acrescentar lâminas de trufas frescas à mesa (R$ 17 o grama).

R. Oscar Freire, 155, Jardim Paulista. 11-93202-2662. 12h/15h e 18h30/23h (sáb. 12h/23h e 12h/21h).

GANSARAL. A fondue está de volta ao cardápio da comedoria e tem como base o queijo appenzeller, de sabor levemente picante e aroma de nozes, da Cooperativa Witmarsum, de Palmeira (PR). Ela chega à mesa escoltada por pão italiano, batatas inglesas cozidas, picles da casa, compota de frutas vermelhas e uvas (R$ 221).

R. Demóstenes, 885, Campo Belo. 11-2338-6380. 12h/20h (fecha 2ª e 3ª).

QUADRADO RESTAURANTE. O restaurante do chef Gabriel de Almeida apresenta uma cozinha ibérica com um toque de brasilidade. Neste ano, ele traz para o menu sugestões de fondue como a de frutos do mar, com camarão-rosa e mexilhões, que chega à mesa com um caldo para cozinhá-los na hora, além de creme de queijo (R$ 200). Outra pedida é a fondue de chocolate 70% (R$ 105).

R. Coropé, 57, Pinheiros. 11-94007-4756. 12h/15h30 (4ª e 5ª 12h/15h30 e 18h/23h. 6ª a dom. 12h/16h30 e 18h/23h).

NA WEB
Confira mais roteiros de restaurantes e novidades do universo gastronômico.
https://paladar.estadao.com.br

Menu ampliado

Kotori apresenta novos pratos

Pouco mais de um ano após a casa dedicada aos yakitoris abrir as portas em Pinheiros, o Kotori, do chef Thiago Bañares, acaba de incluir novos pratos no cardápio. Antes dedicada especialmente aos cortes de frango (daí o nome, que significa pássaro, em japonês), a casa agora apresenta mais variedade, novas proteínas e mais opções para compartilhar no centro da mesa. Entre as novidades está o okonomiyaki (R$ 55), panqueca tradicional em botecos japoneses, que na versão do chef mistura polvo, barriga de porco, repolho e cebolinha, e o aconchegante kamo tataki (R$ 116), que combina magret de pato grelhado na brasa, molho tataki, cebolinha e karashi. O bar também ganhou drinques autorais, assinados pela chefe de bar Priscila Okino, em parceria com Alex Mesquita, premiado bartender do grupo, também à frente do Tan Tan.

R. Cônego Eugênio Leite, 639, Pinheiros. 19h/23h30 (sáb. 12h/16h e 19h/23h30; dom. 12h/17h; fecha 2ª).

TATI FRISON

Pipo

Sabores renovados

Localizado no Museu da Imagem e do Som (MIS), o restaurante do chef Felipe Bronze está com diversas novidades no menu. Entre as sugestões, destaque para o croquete de moqueca (peixe defumado, tartare de banana, pimenta dedo-de-moça e coentro – R$ 45, quatro unidades) e para o escabeche de mexilhões, com tomatinhos semissecos, servido com pão na brasa (R$ 52).

Av. Europa, 158, Jardins. 11-3530-1760. 12h/15h e 18h/22h30 (sáb. 12h/16h e 19h/22h30. Dom. 12h/16h).

Teatro, circo, dança e simulação espacial são opções para levar as crianças no fim de semana

Show *Dia dos Namorados*

50 anos de Chitãozinho e Xororó para os apaixonados

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Nem só de reserva em restaurante se faz uma boa comemoração de Dia dos Namorados. Na cidade, shows e eventos especiais são boas opções para celebrar a data. Uma delas é o show que a dupla Chitãozinho & Xororó faz no domingo, 12. Os sertanejos, que completam 50 anos de carreira, vão cantar músicas como *Fio de Cabelo*, *Nuvem de Lágrimas* e *Se Deus me Ouvisse*, além, claro, de *Evidências*.

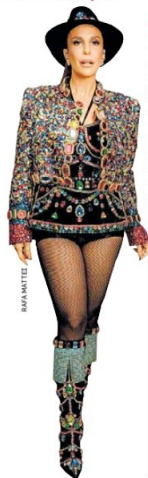
Chitãozinho e Xororó vão cantar hits românticos da carreira, como 'Fio de Cabelo' e 'Evidências'

MARCOS HERMES

Outra opção é a apresentação do grupo Roupa Nova, donos de hits românticos que fazem parte da vida de muitos casais, como *Dona*, *Volta pra Mim*, *Anjo*, *Seguindo no Trem Azul* e *A Viagem* – todas elas valem como uma declaração de amor.

Chitãozinho e Xororó. Dom. (12), 20h30. Espaço Unimed. R. Tagipuru, 795, Barra Funda. R$ 110/R$ 750; bit.ly/chitao50.
Roupa Nova. Hoje (10) e sáb. (11), 22h30. Espaço Unimed. R$ 110/ R$ 440; bit.ly/roupanova12

Outros destaques

RAFA MATTEI

Clima de carnaval

Ivete Sangalo e companhia

Ivete Sangalo, Daniela Mercury, Luisa Sonza, Pabllo Vittar, Ludmilla, Gloria Groove, Claudia Leitte, Alinne Rosa, É o Tchan, Pepita, Lia Clark e Danny Bond sobem no trio elétrico em três dias da Micareta São Paulo. Uma arena eletrônica terá apresentações de DJ's.

De 5ª (16) a 18/6, 12h. Arena Anhembi. Av. Olavo Fontoura, 1.209, Santana. R$ 130/ R$ 900 (três dias);bit.ly/micaretasp

Fernanda Takai

Show solo

No show *Será Que Você Vai Acreditar*, baseado em seu mais recente álbum solo, a cantora Fernanda Takai mostra músicas que retratam a realidade atual do País, entre elas, *Terra Plana* e *O Amor em Tempos de Cólera*.

Sáb. (11), 10h e 22h30. Blue Note. Av. Paulista, 2.073, 2º andar, Bela Vista. R$ 120; bit.ly/bluenotetakai

'Capô'

Em busca do coração da Terra

Na peça *Capô*, três mulheres saem em busca do coração da Terra após o planeta ser devastado por uma guerra. Para chegar ao local, elas enfrentam a solidão extrema, o ego e descobrem a liberdade.

Estreia sáb. (11). 6ª e sáb., 21h; dom., 20h. Centro Cultural São Paulo. Rua Vergueiro, 1.000, Liberdade. R$ 20; bit.ly/ccspcapo

André Frateschi

Para lembrar de Bowie

O cantor e ator André Frateschi e sua banda Heroes prestam um tributo a David Bowie ao interpretar hits como *Space Oddity*, *Changes* e *Let's Dance*.

4ª (15). Studio SP. R. Augusta, 591, Consolação. R$ 60/R$ 80; bit.ly/af-studio

Passeio

Carros antigos

O 3.º Encontro e Exposição de Carros Antigos reunirá veículos com pelo menos 30 anos de fabricação de modelos variados, entre clássicos, hot rods e caminhões. A previsão é que o evento, que terá ainda venda de peças, shows e brincadeiras para crianças, reúna 1.500 veículos.

Sáb. (11), 10h/19h; dom. (12), 8h/16h. PAMA. Hangar 1 do Campo de Marte. Avenida Santos Dumont, 2.241, Santana. Gratuito

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Pagamos para trabalhar
Data estelar: Mercúrio e Plutão em trígono

É certeza que se o Coliseu, os *Jogos Vorazes* ou quaisquer outras fantasias mórbidas de "esportes" em que as pessoas lutem por suas vidas fossem liberadas e legalizadas, seria um sucesso estrondoso e, como na filosofia do lucro não há dilemas morais, só a devoção ao lucro, de uma maneira ou de outra, esta é uma realidade consumada.

Existimos numa civilização em que as guerras são financiadas mutuamente pelos que guerreiam, assim como, também, se faz as pessoas pagarem para trabalhar para as corporações que detêm o controle da internet. Ah! Você não sabia disso? Você compra seus aparelhos, conexões e assinaturas para navegar pela internet e, enquanto isso, você contribui com engajamento e muito mais, para que essas corporações arrecadem trilhões.

Na prática, pagamos para trabalhar. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Aproveite todas as deixas que a vida lhe oferecer para se aproximar às pessoas e fazer acordos, que podem ser pequenos combinados apenas, porém, que sirvam ao propósito de auspiciar uma boa convivência. Em frente.

TOURO 21-4 a 20-5
As questões práticas predominam nesta parte do caminho, portanto, evite se deter em dilemas que, neste momento, não seria necessário resolver, e se atenha a tudo que estiver ao seu alcance fazer, sem estresse.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Está tudo certo, você tem direito a viver bem, se divertir e levitar acima de quaisquer perrengues que insistirem em grudar em você. Não há de haver culpa alguma nesse sentido, apenas o usufruto do bom viver.

CÂNCER 21-6 a 21-7
As emoções que provocam tranquilidade e sossego são preferíveis, mas nem sempre dá para sustentar essa nota diante de um cenário no qual acontecem coisas que requerem intervenções imediatas. A emoção segue aos acontecimentos.

LEÃO 22-7 a 22-8
Mantenha a bola em jogo, improvise, negocie, faça o que estiver ao seu alcance, e quando perceber que seus recursos ficam curtos para dar conta da realidade, lance mão da ajuda que as pessoas oferecerem. Em frente.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Veja o que há para você em tudo que acontece neste momento, não espere que ninguém mais se interesse em proteger o que seria do seu merecimento, pois, na prática, é você que precisa fazer valer seus direitos.

LIBRA 23-9 a 22-10
O que você pratica evidencia o que você realmente pensa, e contra fatos, não há argumentos. Portanto, se você tiver necessidade de explicar algo a alguém, procure verificar, em primeiro lugar, se é condizente à sua prática.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Tome distância moderada de tudo e de todos, para, assim, observar o panorama amplo em que sua presença está inserida e, com isso, poder tomar decisões mais sábias sobre o que está em andamento. Sabedoria.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
O bom entendimento é fundamental e, como não costuma durar muito, porque sempre imperam os conflitos e desavenças, o melhor a fazer é aproveitar o movimento e colocar sobre a mesa suas expectativas e projetos.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
É possível passar a vida se preparando para um momento especial e, quando esse acontece, ficarmos estupefatos e paralisados, sem saber o que fazer. Não se preocupe, apesar de tudo e de todos, dará certo.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Para você resolver suas dúvidas, em vez de se debruçar sobre as argumentações, procure continuar fazendo suas coisas e deixar o tempo passar, porque, com certeza, as respostas necessárias acabarão se mostrando.

PEIXES 20-2 a 20-3
As emoções, ainda que atrapalhem a visão prolixa da mente lógica, trazem verdades viscerais que é necessário considerar, para, assim, sua alma poder tomar decisões mais realistas e tudo ser mais verdadeiro na prática.

Música Justiça

Roberto e Erasmo vão ao tribunal brigar por suas canções

Artistas que pedem revisão de contrato feito com Editora Irmãos Vitale querem os direitos sobre 27 canções

JULIO MARIA
PEPITA ORTEGA

Roberto e Erasmo Carlos vão recorrer de uma decisão dos desembargadores da 2ª Câmara de Direito Privado do TJ paulista, que negaram recurso impetrado por eles para reverem os direitos autorais patrimoniais de 27 músicas, gravadas entre 1964 e 1966. Por maioria de votos, a 2ª Câmara de Direito Privado da corte manteve decisão de primeiro grau que reconheceu a celebração, entre os artistas e a Editora Irmãos Vitale, de contrato de cessão envolvendo as obras musicais, "sem vislumbrar qualquer nulidade ou inadimplemento da empresa".

Na tarde de ontem, a assessoria de Roberto informou ao **Estadão** que "eles eram inexperientes à época do contrato e, por isso, seguirão na Justiça".

As informações sobre a decisão do TJ foram divulgadas pelo jornalista Rogério Gentile, do *UOL*, e confirmadas pelo **Estadão**, que também teve acesso ao documento. O entendimento vencedor foi do relator Álvaro Passos, que considerou que o teor do contrato é claro no sentido de cessão das obras, já que "o seu cumprimento foi regularmente atendido ao longo de décadas". "Dizer que os autores seriam jovens, sem experiência e nem conhecimento do alcance que as suas obras teriam não serviria, neste momento, para qualquer espécie de nulidade do instrumento firmado, pois qualquer vício de consentimento que possam entender ter se configurado já foi objeto de decurso do prazo legal de decadência de quatro anos, pois a questão engloba negócios celebrados entre as décadas de 60 e 80", registrou. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

SPLOOSH

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO | *"Poesia é a intersecção entre o divino e o humano"* **Octavio Paz**

Literatura *Lançamento*

Proust despachou amante incômodo para o Brasil

Cartas reveladas em novo livro mostram como autor se livrou de um garçom suíço com a ajuda de amigo banqueiro francês

O escritor Marcel Proust (1871-1922) continua a fazer correr rios de tinta na França cem anos depois de sua morte, e o último episódio é sua complicada relação com um suíço, Henri Rochat, que teve de enviar ao Brasil.

Pouca coisa se sabe sobre Rochat, que nasceu em data indeterminada na Suíça, e que era garçom no hotel Ritz em Paris, quando o autor de *Em Busca do Tempo Perdido* o conheceu, em 1917. Proust já era uma figura literária reconhecida e sua homossexualidade era um segredo aberto nos círculos parisienses.

O escritor o convidou para morar em sua casa em 1918. Em carta a um amigo, o banqueiro Horace Finaly, Proust confessa que acreditava que o jovem suíço "ficaria apenas algumas semanas" e que "poderia atuar como secretário". Essas cartas de Proust a Finaly fazem parte da rica herança literária e epistolar que continua a aparecer regularmente na França em torno do autor.

As *Lettres à Horace Finaly* (*Cartas a Horace Finaly*) mostram que o escritor rapidamente se arrependeu de seu impulso. "Por estar entediado em casa, ele 'fugiu' duas ou três vezes e, infelizmente, não só perdeu peso, mas também todo o dinheiro que dei a ele", lamenta o autor a seu amigo banqueiro.

As contas do alfaiate iam se acumulando. "Ele gastou muito mais do que Proust. Foi um dândi que só lhe deu alguma inspiração, alguns jogos de damas e noites ao piano", explica Thierry Laget, editor dessas 20 cartas publicadas pela editora Gallimard.

EMPREGO. As cartas de Proust ao amigo, enfim, ajudam a entender a importância do banqueiro Finaly para a solução desse incômodo problema: mandar o jovem para o Brasil. Finalmente consegue um emprego para ele em uma delegação do Sudameris, a agência do banco BNP para a América Latina, no Recife.

"Até o momento, ele não foi identificado. Também não temos seu retrato", explica Laget. No Recife, Rochat voltou a levar uma vida de luxo. Acumulou dívidas e depois disse que "um tal" Proust iria pagá-las.

A trilha de Rochat se perde em um continente onde naquela época era relativamente fácil para um europeu recomeçar do zero. Acreditava-se que ele tivesse morrido na Argentina, mas descobriu-se recentemente que ele vivia nos arredores de Parnaíba, no Piauí, quando desapareceu em 1923.

Luxo em Pernambuco

No Recife, Rochat voltou à vida de luxo, acumulou dívidas e disse que 'um tal' Proust iria pagá-las

Nenhuma sepultura foi descoberta em seu nome. Mas sabe-se que trouxe ao Brasil exemplares autografados dos romances de Proust. "Rochat ajudou a divulgar o trabalho de Proust no Brasil, um dos países onde ele é conhecido e apreciado há muito tempo", explica Laget. "Sabemos que no Brasil ele mostrou fotos dele com Proust, então essas fotos podem reaparecer um dia." ● AFP

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

BANCO 3/sur. 4/d'arc — turn. 6/across. 7/tolteca.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o nome científico da borboleta conhecida como "almirante vermelho".

Fertilizo a terra.	1	2	3	4	5		6
Acometer.	7	8	6	9	10		9
A naturalidade de Gloria Perez.	7	1	9	5	7		7
A água boa para beber.	11	6	4	7	12		3
Filho de Zeus e Sêmele (Mit.).	10	5	6	13	5		6
Sucesso de Caetano Veloso.	4	5	14	9	15		7
As catedrais Saint-Denis e Notre-Dame, quanto ao estilo arquitetônico.	14	6	4	5	1		16
Aquele que chega no horário.	11	6	13	4	2		3
A música como a de Villa-Lobos.	15	9	2	10	5		7
Começar a ter validade (a lei).	12	5	14	6	9		9
Classificação do verbo "ser" (Gram.).	7	13	6	17	7		6
Abrandar; suavizar.	17	5	13	6	9		9
Como é chamado o gato, quando filhote.	8	5	1	18	7		6
Enterrado.	16	15	11	2	3		6
Tocar o instrumento típico das guarânias.	18	7	9	11	15		9

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

Nível Médio

2		1				6		9
				1				
9			2		7			4
		5		9		2		
	9		1		4		6	
		7		8		4		
8			3		6			1
				2				
1		9				3		5

SOLUÇÕES

Música *Lançamento*

Dori Caymmi e Mônica Salmaso celebram o Brasil 'meio utópico'

Show traz canções inéditas de parceria com Paulo César Pinheiro e que estão em 'Canto Sedutor', gravado com cantora

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

LORENA DINI

Mônica e Dori gravaram 'Canto Sedutor' a partir de ideia dela, depois de série publicada no Instagram

"O meu contentamento sai de mim com voz de mágoa." O verso, escrito por Paulo César Pinheiro e coberto pela melodia composta por Dori Caymmi, está em *Voz de Mágoa*, uma das três canções inéditas do álbum *Canto Sedutor*, que Dori e Mônica Salmaso acabam de lançar pela Biscoito Fino e que estreiam no palco neste fim de semana, no Sesc Pinheiros.

Desse verso, pode-se puxar o fio do disco, que tem 14 faixas, todas parcerias de Dori e Pinheiro. Esse filamento está tingido com as cores do Brasil. Não o verde e amarelo tão banalizado atualmente, mas dos tons de Guimarães Rosa, Pixinguinha, João Cabral de Cabral de Melo Neto, Dorival Caymmi, Jorge Amado, Di Cavalcanti, Adonias Filho, Tom Jobim e João Gilberto.

A música de Dori se fez à feição desse Brasil. A de Pinheiro também. A parceria entre eles, que começou em 1969, é impregnada desse sotaque e de gêneros musicais como toada, baião, frevo e samba-canção. A referida voz da mágoa, então, não é de mero desgosto. É a que reclama por um país que parece perdido. E aí se realiza.

"Nossa música é de um Brasil menos progressista, sem essa coisa de industrialização. Até meio utópico. O Brasil para mim foi ter conhecido Cartola, Zé Kéti, Nelson Cavaquinho, Monsueto. Ouvir meu pai dizer: 'A coisa que mais me entristeceu foi chegar ao Rio de Janeiro em 1938 e Noel Rosa ter morrido em 1937'. Essa era a frustração dele", conta Dori que, em agosto, completará 79 anos.

O compositor carioca ainda recorre a outros de sua geração, como Chico Buarque, Edu Lobo, Toninho Horta e João Bosco, o cinema e o teatro dos anos 1960 – Dori foi diretor musical do show *Opinião* – para falar do país que lhe seduz.

"Eu amo o Brasil. Detesto o minerador, o cara que estraga rio, que mata índio. Tenho horror de político. Eles só maltrataram o País, que está todo arrebentado. Sou inimigo mortal da falta de cultura e da queima de livros em praça pública", afirma.

Água do Rio Doce, outra inédita, aliás, nasceu da indignação causada pela tragédia de Mariana que sujou a água do rio que banha Minas Gerais e o Espírito Santo. A letra de Pinheiro diz "a água do rio tem medo de gente".

POLÍTICA. Mônica Salmaso, de 51 anos, vê um lado político no que gravou em *Canto Sedutor*, ora sozinha, ora enredando sua voz ao canto maduro de Dori: "Nesse momento, cantar esse repertório virou uma atitude política, um posicionamento. Esse disco é o Brasil de várias misturas, que é potencialmente inacreditável, mas que deu mil passos para trás em todos os sentidos. Há um ódio à cultura e à beleza que é gritado por uma gente que eu me pergunto de onde surgiu. Isso atropela todos os nossos valores. Temos de tirar isso, de alguma maneira".

Foi de Mônica, aliás, a ideia do álbum. A coragem, segundo a cantora, apareceu depois que ela convidou o compositor para participar da série Ô de Casas, publicada em seu perfil no Instagram durante a pandemia. Nela, Mônica cantou, a distância, com inúmeros convidados. Só com Dori, foram quatro duetos. Na ocasião, fizeram juntos, inclusive, duas canções que estão nesse disco: *À Toa* e *História Antiga*.

Dori delegou a Mônica a escolha do repertório do álbum, que traz ainda canções como *Desenredo*, *Estrela da Terra* e *Velho Piano*. Ela, por sua vez, fez uma pequena barganha: quis que Dori, além de tocar, cantasse com ela. "Tem o compositor que é uma escola, um fazedor de canções. Tem o violão que redesenhou o jeito de fazer os acordes, tem a voz absurda e a mão de arranjador", enumera a cantora.

Ele devolve o elogio. "Foi a primeira vez que vi meu repertório cantado por uma pessoa com vontade de entender todo o meu processo criativo. Cantar meu trabalho com Paulo César Pinheiro, que é artesanal e de uma complexidade melódica extrema, é sair da zona de conforto. Já teve cantor que disse que preferia não cantar", lembra Dori, com a sinceridade dos Caymmis.

INÉDITAS. A direção musical é assinada por ambos em companhia do músico Teco Cardoso, marido de Mônica, e que trabalhou com Dori nos Estados Unidos, nos anos 1990. Com eles, estão os músicos Tiago Costa (piano), Sidiel Vieira (baixo acústico), Neymar Dias (viola caipira), Lulinha Alencar (acordeom), Bré Rosário (percussão) e o Duo Imaginário, formado por Adriana Holtz e Vana Bock (cellos). As cordas, escritas por Dori, foram executadas pela St. Petersburg Studio Orchestra.

Água com medo
'Água do Rio Doce' nasceu da indignação causada pela tragédia que atingiu a cidade de Mariana

Dori afirma ter outras tantas composições inéditas com Pinheiro, a quem ele e outros amigos tratam de Paulinho. De 2008 para cá, eles fizeram cerca de 80 canções. Mônica deixa um alerta. "Intérpretes, corram, peçam!"

O compositor ainda trabalha em outros dois álbuns com previsão de lançamento para este ano. Um deles é *Sonetos Sentimentais* para violão e orquestra, com poemas escritos por Pinheiro. Outro, um songbook do Selo Sesc que trará um livro e um CD para registrar o modo de Dori tocar violão.

Mônica excursiona, ao lado do pianista André Mehmari, com um show em que canta Milton Nascimento – já registrado em disco que esbarrou em imbróglios de direitos autorais. Ela ainda é cotada para fazer uma turnê ao lado de Chico Buarque – que anunciou a volta aos palcos para este ano – algo que ela ainda não confirma.

Além de um álbum primoroso, *Canto Sedutor*, com a sensibilidade de Mônica em privilegiar a parceria Dori/Pinheiro, mostra que ambos seguem o propósito que os uniu e que nem o tempo e tampouco essa "gente" capaz de assustar até a água tiveram força para desviar. ●

Dori Caymmi e Mônica Salmaso
'Canto Sedutor'
Biscoito Fino; R$ 52,66